

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MONAH NASCIMENTO PEREIRA

***ONE KING TO RULE THEM ALL: IDENTIDADE, LEGITIMAÇÃO E
UNIDADE NA VERSÃO ALFREDIANA DA CONSOLAÇÃO DA FILOSOFIA
(SÉC. IX – X)***

CURITIBA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MONAH NASCIMENTO PEREIRA

***ONE KING TO RULE THEM ALL: IDENTIDADE, LEGITIMAÇÃO E
UNIDADE NA VERSÃO ALFREDIANA DA CONSOLAÇÃO DA FILOSOFIA
(SÉC. IX – X)***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Fátima Regina Fernandes

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Pereira, Monah Nascimento

One king to rule them all: identidade, legitimação e unidade na versão Alfrediana da consolação da filosofia (séc. IX-X) / Monah Nascimento Pereira – Curitiba, 2016.

98 f.

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Inglaterra - História. 2. Civilização anglo-saxônica – Inglaterra.
3. Império britânico – História e crítica. 4. Alfred, o Grande, (871-899).
I. Título.

CDD 942.0164



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

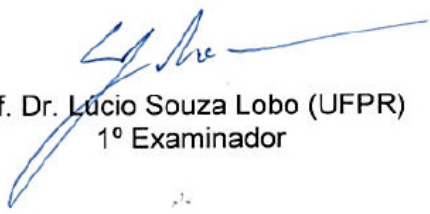
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MONAH NASCIMENTO PEREIRA**, intitulada: **ONE KING TO RULE THEM ALL: Identidade, legitimação e unidade na versão alfrediana da consolação da Filosofia** (séc. IX – X), após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

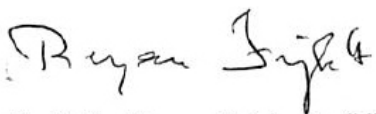
Curitiba, seis de julho de dois mil e dezesseis.



Prof. Dra Fátima Regina Fernandes Frighetto (orientadora)
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Lúcio Souza Lobo (UFPR)
1º Examinador



Prof. Dr. Renan Frighetto (UFPR)
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Fátima Regina Fernandes, que desde a graduação aceitou orientar um trabalho tão diverso de seu próprio objeto de estudo e recorte espaço-temporal. Ainda sim, foi capaz de encontrar pontes de diálogo que enriqueceram enormemente a pesquisa, conferindo-lhe profundidade e relevância.

Ainda, agradeço ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná e à agência de fomento CNPq, por proporcionarem um ambiente adequado para a realização de pesquisa e uma bolsa de estudo.

Sou grata a todos os professores que contribuíram para minha formação como pesquisadora e para a realização deste trabalho em específico. Agradeço aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Renan Frighetto e Prof. Dr. Lúcio Lobo, pelas inestimáveis contribuições na banca de qualificação, as quais levaram à produção de um trabalho mais sólido e consistente. Ainda, agradeço aos professores do departamento de História da Universidade Federal do Paraná e, em especial, agradeço à Prof.^a Dr.^a Marcella Lopes Guimarães, que esteve presente na minha trajetória educacional desde cedo e pode ajudar a me tornar a pesquisadora que sou hoje.

Agradeço a todos os colegas de ofício que se interessaram pela minha pesquisa e me apoiaram nessa caminhada. Obrigada Elton Medeiros, por ser uma pessoa tão aberta ao diálogo e por desbravar a Inglaterra anglo-saxônica no Brasil. Sou grata aos colegas Vinícius Dreger e Renan Birro, os senhores dos PDFs, pela contribuição inestimável em termos de material bibliográfico e de bom humor na troca de informações. Agradeço ao caríssimo Michael Kelly por todas as elucubrações, acadêmicas ou não, que ajudaram a me tornar uma pesquisadora mais crítica e mais aberta a novas possibilidades. Obrigada Otávio Luiz Vieira Pinto, o notório organizador de eventos.

Agradeço também àquele com quem aprendi que importante é o caminho que traçamos e não só o destino a que queremos chegar; alguém que foi sempre meu maior incentivador, que me comprava livros como presente não importava que não houvesse uma ocasião especial para isso; que sempre apoiou meu desejo de seguir a carreira de historiadora, ou em verdade, qualquer outra carreira que eu quisesse seguir.

Agradeço à toda minha família, que contribuiu, de uma forma ou de outra, para minha construção como pessoa e para meu crescimento. Sou grata à toda minha

família paulista, que sempre me deu refúgio e alegria na terra da garoa. Obrigada Hermília e Clóvis por sempre me receberem com amor e carinho e por me darem essa pessoa maravilhosa, generosa e carinhosa, que considero minha irmã da vida, Anna Paula Menezes. Foi e é um prazer crescer junto com você e poder dividir todas as minhas alegrias e tristezas contigo. Sou muito grata também ao Rodrigo do Nascimento, pessoa que esteve presente ao longo de quase toda minha trajetória acadêmica, que me viu crescer como pessoa e me ajudou a me descobrir como tal, sempre me fazendo acreditar em mim mesma.

Agradeço a todos que fazem parte da minha família estendida, aquela que eu escolhi ao longo dos anos e que também me escolheu. Agradeço a todos os meus amigos do GRR 2007, por tornarem minha experiência universitária mais calorosa, divertida e crítica. Tenho orgulho dessa turma e do que todos nós nos tornamos hoje. Lara Taline, sua amizade foi a descoberta mais incrível que a universidade me proporcionou. Obrigada por ser minha companheira de festas, de séries, de dias preguiçosos no sofá ou de madrugadas intensas de trabalho. Obrigada aos queridos André “Salim” e Douglas Gasparin pelos momentos de descontração e debate sério. Obrigada ao “casal presidencial” Flora Morena e Felipe Filippetto, por todas as comidinhas gostosas compartilhadas e leituras debatidas. Obrigada aos caríssimos Diego Tavares, Arthur Aroha, André “Ronaldão” Pupo, Fernanda Haag, Lorena Oliveira e demais colegas que me fazem lembrar que amizades podem ser duradouras, mesmo que se transformem ao longo dos anos.

Agradeço a todos os meus alunos, meus pequenos monstros, que me respondem na prática todos os dias a difícil questão de qual seria a função social da História. Agradeço Giovana Punhagui e Pâmella Kawase por toda a compreensão diante da minha dupla jornada e por acreditarem na importância da formação. Obrigada à minha primeira amiga na docência, Danielle Fracaro, que me acolheu nessa jornada louca que é a do professor. Agradeço à Natália Moreira por todas as conversas profundas que me desanuviam a mente e me fazem querer aprender cada vez mais; agradeço a meu caro amigo Luis Larocca, por trazer a arte e a descontração para meu cotidiano; agradeço ao trio Jean Ilsuk, Guilherme Guedes e Daniel Moura, por compartilharem tardes de trabalho, discutindo os percalços da vida acadêmica com “memes” e bom humor. Finalmente, agradeço Pedro Cestari, por todos os intervalos e atividades compartilhadas, pelos bons momentos de trabalho e descontração que tornam a vida mais leve e mais fácil. Porque a vida tem que ser “massa”.

“The preachers tell us that pride is a great sin, but the preachers are wrong. Pride makes a man, it drives him, it is the shield wall around his reputation... Men die, they said, but reputation does not die.”

— Bernard Cornwell, *The Last Kingdom*

RESUMO

No final do século IX inicia-se o que se convencionou chamar de período alfrediano na Inglaterra anglo-saxônica. Este configurou-se a partir de alguns fatores essenciais, a citar a necessidade de luta por sobrevivência do reino de Wessex ante aos invasores vikings, bem como o processo de resgate cultural e espiritual que marcou o reinado de Alfred, o Grande (871-899). Nesse contexto, reconhecidas obras da patrística cristã foram traduzidas do latim para o inglês antigo, numa conjuntura de mudanças sociais e culturais que eram construídas e legitimadas a partir de uma tradição reconhecida. A *De Consolatione Philosophiae*, escrita originalmente por Boécio no século VI, é uma obra caráter filosófico e literário, na qual são discutidas questões como a verdadeira felicidade, a sabedoria, o livre arbítrio e o destino mutável (wyrd). A versão alfrediana da mesma traz uma série de mudanças e adições, que visam atualizar o discurso autorizado de Boécio, adaptando-a às necessidades e expectativas do momento histórico vivido. Nossas chaves interpretativas para estudo de tal temática advém de uma linha historiográfica representada por pesquisadores como David Pratt e Nicole Disenza, os quais não apenas procuram observar as questões filosóficas presentes na obra alfrediana, mas sim analisar a relação entre esta e um contexto de mudanças no cenário político e cultural da Inglaterra medieval, o qual encaminha-se para a unificação inglesa do século X. Assim, procuraremos entender a própria identificação da obra em seu contexto, analisando as formas de abstração utilizadas na época para explicação da sociedade e, consequentemente, legitimação de uma prática real que está se construindo. Nosso objetivo é compreender o modo como as noções de história, unidade e providência presentes no texto contribuem para a criação de um ideal de identidade calcado na religião e na tradição latino cristã, o qual, em última instância, fortalece um conceito de unidade do reino que começa a ser forjado a partir de Alfred.

Palavras-chave: *Inglaterra anglo-saxônica; Alfred; Legitimação*

ABSTRACT

At the end of the ninth century what historians have named as Alfredian period begins in Anglo-Saxon England. The main characteristics of such period are built upon essential factors, including the struggle for survival of the kingdom of Wessex facing Viking invaders, and the process of cultural and spiritual revival that marked the reign of Alfred the Great (871-899). In this context, recognized works of Christian Patristic were translated from Latin to Old English, in an environment of social and cultural changes that were constructed and legitimated based on a recognized tradition. *De Consolatione Philosophiae*, originally written by Boethius in the sixth century, is a philosophical and literary work, in which issues such as true happiness, wisdom, free will and the mutating fate (*wyrd*) are discussed. The Alfredian version of it brings a number of changes and additions, which aim to update the authorized speech by Boethius, adapting it to the needs and expectations of the historical moment. Our interpretive keys to study this theme come from a historiographical line represented by researchers like David Pratt and Nicole Discenza, which seek not only to observe philosophical issues presented in the Alfredian work, but to analyze the relation between this and the context of changes in the political and cultural landscape of medieval England, which is heading towards the English unification of the tenth century. Thus, we seek to understand the work identifying it in its context, analyzing the forms of abstraction used at the time for explanation of society and, consequently, legitimation of a royal practice that is being built. Our goal is to understand how the sense of history, unity and providence in the text contributes to the creation of an identity ideal based on religion and Christian Latin tradition, which ends up strengthening the concept of unity of the kingdom, which begins to be forged from Alfred onwards.

Keywords: *Anglo-Saxon England; Alfred; Legitimation*

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	33
1.1 O fortalecimento da Monarquia e o período alfrediano.....	33
1.2 Anglo-Saxões e Vikings.....	40
CAPÍTULO II.....	50
2.1 O poder das analogias.....	52
2.2 Unidade e unificação.....	59
2.3 Identidade, religião e tradição.....	71
2.4 História e <i>wyrd</i> – do destino do homem e da humanidade.....	78
CONCLUSÃO.....	85
FONTES.....	89
BIBLIOGRAFIA.....	89
ANEXO.....	93

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – migrações dos anglo-saxões (século V).....	33
MAPA 2 – reinos e províncias da Britânia Anglo-Saxã.....	35
MAPA 3 – A supremacia mércia (séculos VIII e IX).....	41
MAPA 4 – A supremacia dos anglo-saxões de Wessex (séculos IX e X).....	44

INTRODUÇÃO

Alfred foi rei de Wessex (ou dos saxões do oeste) no período de 871 a 899, tendo recebido o título de Anglo-Saxões, o regente dominante na Inglaterra Medieval. Seu governo se deu em um período bastante conturbado, especialmente devido ao grande aumento dos ataques e invasões vikings¹ à Inglaterra anglo-saxônica, as quais consolidaram uma mudança no cenário político local. Mais do que uma oportunidade de consolidação de seu domínio na Britânia, Alfred deparou-se com a necessidade de defender seu reino e, em última instância, encabeçar a resistência aos ataques escandinavos. Nesse sentido, o governante realizou diversas mudanças no sistema político e militar anglo-saxônico, compondo novas leis e fortificando seus domínios contra os ataques, com as construções de *burhs* (vilas fortificadas concebidas para resistir às investidas danesas), e também construindo uma frota naval capaz de patrulhar e combater possíveis invasores. Entretanto, sua atuação não se deu apenas no âmbito político e militar, mas também intelectual e, acima de tudo, espiritual.

O período alfrediano pode ser caracterizado por uma gama considerável de fontes primárias, advindas do chamado “projeto educacional” instituído em tal contexto. Neste, foram traduzidas importantes obras da Patrística cristã para a língua vernácula, sempre dando grande ênfase a questões religiosas e espirituais. O governante teria acompanhado de perto o programa de tradução, escolhendo ele próprio as obras a serem traduzidas, as quais considerava as mais importantes para todo homem conhecer, como atestam Greenfield e Calder². Através da *literacia* e do incentivo à produção intelectual, Alfred legitimava as bases de seu reinado e fortalecia sua autoridade na Britânia³.

Estes textos foram amplamente traduzidos e analisados por estudiosos ao longo dos séculos, especialmente por causa de sua atribuição incomum a um rei. Desde o início dos anos 70, R.H.C. Davies colocou em foco uma nova base de questionamento no que se refere às discussões acerca do reinado de Alfred. Com seu

¹ Palavra que significa aventureiro do mar, pirata; historiadores a aplicam para designar os invasores noruegueses e daneses (dinamarqueses) no século IX. CAMPBELL, James (Ed.). *The Anglo-Saxons*. London: Penguin Books, 1991. p. 132.

² GREENFIELD, Stanley B. e CALDER, Daniel G. *A new critical history of Old English literature*. New York: New York University Press, 1986. p. 44.

³A respeito da proposta de legitimação do governo alfrediano baseada no projeto de educação e na disseminação dos textos produzidos na corte, vide PRATT, David. *The political thought of king Alfred the Great*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

*Alfred, The Great: Propaganda and Truth*⁴, um debate mais sólido a respeito do discurso presente em tais textos começa a ganhar importância. Outros autores, como Janet Nelson, Patrick Wormald e David Pratt começam a abordar as fontes anglo-saxônicas de um ponto de vista que enfatiza conceitos como "ideologia", "propaganda" e "prática real", em detrimento de análises puramente filológicas e/ou filosóficas.

Ao analisar os trabalhos de tradução, mais do que observar as ideias filosóficas de Alfred presentes nos textos, historiadores têm tentado compreender os textos em um contexto de teorização de um discurso real. Nesse sentido, a prática real passa a ser um foco, especialmente uma vez que podemos relacionar tais documentos a uma miríade de outras fontes disponíveis. Com base nesse ponto de vista historiográfico, observa-se a existência de uma voz una e coerente em todas estas fontes, demonstrando assim a existência do que entendemos ser um projeto político, que também esteve presente no âmbito religioso e cultural das traduções alfredianas. Esse projeto perpassa toda a produção cultural da época e nos aponta questões relevantes para os produtores de discursos de poder da época. Assim, tais fontes nos ajudam a entender como a Patrística cristã foi recebida e re-significada no contexto anglo-saxônico.

Entretanto, ao escolher interpretar as fontes a partir dessa perspectiva, surge uma questão significativa já bastante debatida pela historiografia especializada, a questão da autoria. De acordo com o que é mais comumente aceito pelos estudiosos da temática, três textos, a citar o *Regula Pastoralis* de Gregório Magno, *De Consolatione Philosophiae* de Boécio e *Soliloquia* de Santo Agostinho⁵, teriam sido traduzidos pelo próprio rei, ao passo que outros dois teriam sido traduzidos sob sua orientação direta, sendo eles *Dialogi* de Gregório Magno e *Historiae adversus paganus* por Orósio. Alguns autores aceitam tal diretiva como sendo verdadeira e desenvolvem seus trabalhos com base nesse princípio. Há aqueles, por outro lado, que se propõem a debater esta proposta, incisivamente M. Godden, em seu artigo *Did King Alfred write anything?*⁶. Seu texto traz uma discussão bem-vinda a este debate já inflamado, colocando em perspectiva os argumentos a favor e contrários à autoria dos textos por parte do rei. Com esse intuito, Godden explora diferenças linguísticas e

⁴ Apud. PRATT, David. Op. Cit. p. 2.

⁵ Optamos por utilizar o nome "Solilóquios" ao invés do tradicional "Confissões" por ser a forma como a versão anglo-saxônica do texto se auto-intitula.

⁶ GODDEN, Malcolm. *Did King Alfred Write Anything?* In: *Medium Ævum* 76.1, 2007. p 1-23.

questões contextuais com o objetivo de questionar o pressuposto da autoria de Alfred, já aceito por boa parte dos anglo-saxonistas. Sua argumentação aponta principalmente para fatores internos aos textos, como por exemplo o fato de que Alfred teria aprendido latim apenas aos 39 anos, segundo o que consta em sua biografia régia, o que tornaria difícil, segundo Godden, que o rei tivesse habilidade suficiente para realizar o complexo trabalho de tradução. Outro ponto levantado por ele é o de que nenhuma das traduções tidas como feitas por Alfred são mencionadas no texto de Asser, redator da biografia.

Apesar de todas as proposições e argumentos apresentados, Godden não consegue e, em verdade, não pode apontar para uma resposta definitiva, pela simples falta de evidências materiais que comprovem uma ou outra teoria. O autor procura assim apresentar sua própria interpretação com base na compilação de argumentos realizada por ele. Godden não acredita que Alfred possa ter escrito, ele próprio, pena em punho, coisa alguma. Ele concorda que o rei possa ter autorizado algumas das traduções enquanto outras podem ter sido concluídas e atribuídas a sua figura após sua morte, embora não em um futuro distante, estando circunscritas ao que convencionamos chamar de período alfrediano, ainda no século X. Mas quais são as implicações dessa discussão ao se estudar o período alfrediano? Citando Godden: “It matters for our understanding of Alfred himself, and of questions of education, culture, and literacy in the period [...] it also matters because it frees interpretation to concentrate on the texts themselves”⁷. De acordo com ele, estaríamos muito inclinados a perceber “everything in terms of a royalist, authority-centered position”⁸ ao considerar efetivamente que essas são obras do próprio Alfred.

Mas pode-se debater tal proposição tomando como base o cânone alfrediano como um todo, incluindo outras fontes do período. Como Pratt e Nelson indicam, é possível notar um padrão que aponta para uma teorização de um modelo de prática real, mesmo que não possamos testemunhar seus usos práticos por falta de documentação. Em seu *The Political Thought of King Alfred the Great*⁹, Pratt constrói uma análise sólida que, em última instância, busca demonstrar a existência de um modelo coerente de prática real, incluindo um nexo de relações, expectativas e

⁷ “Importa para o nosso entendimento do próprio Alfred, e para entendimento de questões relativas a educação, cultura e literacia no período [...] também importa pois libera a interpretação para concentrar-se nos textos” (Tradução Livre) GODDEN, Malcolm. Op. Cit. P.19.

⁸ “tudo a partir de uma posição centrada na autoridade real” (Tradução Livre).Idem.

⁹ PRATT, David. Op. Cit.

obrigações presentes na sociedade anglo-saxônica na época de Alfred. Analisando as diversas fontes disponíveis sobre o período alfrediano, como cultura material (cunhagem de moedas, a joia de Alfred, dentre outros¹⁰), o cânone jurídico, as Crônicas Anglo-Saxônicas, sua biografia régia¹¹, tratados, traduções e demais documentos, percebemos que há uma concordância na forma do tratamento da temática real e que o conjunto dessas matérias indica que estes foram produzidos em um contexto de transformações, no qual a sociedade anglo-saxônica estava se reorganizando de acordo com um ideal unificador, criando um modelo próprio de atuação política e espiritual. Além disso, a escolha das obras, por si só, e a atualização de valores e ideias cristãs já reconhecidas demonstram uma preocupação em teorizar uma identidade anglo-saxônica, baseada em um ideal cultural, educacional e religioso. O fato destes textos terem sido atribuídos a Alfred, mesmo que não possamos afirmar com certeza que ele foi de fato o tradutor, nos diz muito a respeito do papel que o rei tinha neste discurso. As traduções, com suas glosas, alterações e adições, podem nos dizer muito sobre o tipo de pensamento que estava sendo desenvolvido na época e a tentativa de criar a base de um quadro religioso-ideológico para os anglo-saxões.

No âmbito da história medieval, em grande parte dos casos é difícil apontar com certeza o autor deste ou daquele texto, muitas vezes por falta de evidências que apoiem uma ou outra hipótese. Entretanto, ao adentrarmos tal debate, cabe colocarmos algumas questões. O que seria de fato um autor? A concepção de autor presente na Idade Média certamente difere sensivelmente daquela utilizada na contemporaneidade, por exemplo. Mais ainda, podemos perguntar, evocando Foucault: que importa quem fala? Por certo, tal problema discutido pelo filósofo em seu texto “O que é um autor?” é pensado principalmente para problematizar a questão em uma temporalidade diversa da de Alfred, entretanto pode nos trazer importantes reflexões para o estudo das fontes alfredianas.

Delineamos assim as condições de produção, impacto e ressonância de um discurso que é atribuído a Alfred utilizando como fonte principal a versão alfrediana da *De Consolatione Philosophiae* (*A Consolação da Filosofia*). Discurso este que, entendemos, acaba por organizar o presente pelo passado, visando uma expectativa de futuro informado por questões relativas a identidade. Nesse sentido, procuramos

¹⁰ Vide Alfred In: KARKOV, Catherine E. *The Ruler Portraits of Anglo-Saxon England*. Woodbridge: The Boydell Press, 2004. pp. 23 – 52.

¹¹ KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. *Alfred the Great – Asser's life of king Alfred and other contemporary sources*. London: Penguin, 1983.

compreender e problematizar o lugar do autor como produtor, levando em consideração que “‘documentos’ são, eles mesmos, textos que ‘processam’ ou retrabalham a ‘realidade’ e requerem, por esse motivo, um leitor crítico que possa ir além das tradicionais formas filológicas da *Quellenkritik*”¹². Assim, a análise histórica não seria apenas uma narrativa construída para reorganizar e significar o passado a partir dos vestígios documentais, mas sim a interpretação de uma interpretação, a moda do entendimento foucaultiano. Alfred, não o sujeito, mas o “autor”, apesar de não ser ele próprio historiador, narra e organiza sua narrativa de acordo com questões e preocupações importantes em seu presente. Mais ainda, seu discurso é informado pelas próprias condições de possibilidade de sua existência, de modo que o autor não se constitui como uma origem criadora absoluta.

Ao elaborar sua própria versão de conhecidas obras da Patrística cristã, Alfred não reproduz o texto de maneira totalmente fiel, no sentido moderno de uma tradução, especialmente nos casos da *De Consolatione Philosophiae* e *Soliloquia*, as quais têm alterações significativas no corpo do texto, sendo que algumas passagens são suprimidas, outras alteradas e novos trechos são adicionados. Tais procedimentos não são incomuns no medievo, uma vez que a própria noção de tradução existente no período não compreende a necessidade de preservar as obras no original e nem sequer de diferenciar aquilo que de novo havia sido acrescentado. O mais importante, de fato, era a nova versão, aquela que melhor correspondia às expectativas, vivências e saberes daquele que traduzia. Roger Chartier atenta para uma referência etimológica entre o “ator e o escrito investido de *auctoritas*”, presente no século XIV, mas que é advinda de uma tradição medieval anterior, segundo a qual entende-se “o primeiro no sentido daquele que glosa, que comenta em língua vulgar os textos dos segundos que, escritores da Antiguidade ou membros da tradição cristã, são investidos de *auctoritas*”¹³. Podemos assim começar a problematizar qual seria a significação dada por esses sujeitos históricos ao ato de traduzir e escrever. Um autor é aquele que efetivamente pega a pena e escreve, ou aquele que encomenda? Qual o papel do glosador nessa equação? Ao analisarmos tal questionamento no contexto medieval, o ato mecânico de escrever acaba por ser diminuído ante à imagem daquele que

¹² “Em alemão, a palavra se refere à crítica interna das fontes, principalmente no que tange aos seus aspectos de autoria, estilística e data de escrita (N. do tradutor).” LACAPRA, Dominick. Retórica e história. In: *Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan-jun. 2013. p. 100.

¹³ CHARTIER, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Carlos: Edufscar, 2012. p. 32.

encomenda a obra, uma vez que suas ideias e seu discurso, é que são apresentados no texto. Não ignorando a subjetividade do sujeito que empunha a pena, o patrocinador da obra, ou seja, seu idealizador, tem um papel importante de autoria, na medida em que define a própria existência da obra e os elementos que irão compô-la.

Nesse sentido, elencamos como fonte primária para nosso estudo a tradução para o inglês antigo da *De Consolatione Philosophiae*, originalmente escrita em latim por volta do ano de 524, três séculos antes. A *Consolatione* é um tratado filosófico escrito por Boécio enquanto este se encontrava, ao que tudo indica, aprisionado sob acusação de traição ao então rei godo Teodorico Amalo. No texto, Boécio se encontra desiludido com sua fortuna adversa, ao que é confrontado pela Filosofia, que busca confortá-lo e demonstrar que apesar dos infortúnios vividos pelo autor este sempre estaria amparado por seu conhecimento e sua razão.

A versão alfrediana traz significativas modificações ao texto, uma das mais notáveis sendo a transformação dos dois personagens originais, Filosofia e Boécio, em Sabedoria e Mente, respectivamente. A *Consolatione* foi, de fato, uma dentre as obras que ganharam versões no inglês antigo nas quais se pode observar a recorrência da temática religiosa/espiritual. Mais ainda, desenvolve com mais vagar um argumento presente em todos os outros textos: a sabedoria. Assim, consideramos a *Consolatione* como uma obra fundamental para compreender a estruturação de um discurso recorrentemente retomado no período, o qual se pauta na religião como fio condutor da criação de um ideal de identidade para os anglo-saxões.

A versão alfrediana do texto sobrevive hoje em dois manuscritos, a citar: *Oxford, Bodleian Library, Bodley 180*, o qual trata-se de uma cópia datada da primeira metade do século XII e escrito em formato de prosa; e *B.L. Cotton Otho A.vi*, manuscrito de meados do século X, danificado; este último seria um segundo estágio da tradução, composto por texto em verso e prosa, sendo os versos baseados diretamente na versão prévia em inglês antigo. Dessa forma, optamos por basear o corpo de nossa análise na tradução para o inglês moderno do manuscrito Bodley, o qual foi recentemente editado, juntamente com o manuscrito Cotton em uma versão bilíngue por Malcom Godden e Susan Irvine¹⁴. Entretanto, o segundo manuscrito

¹⁴ GODDEN, Malcolm and IRVINE, Susan (ed.). *The Old English Boethius: An Edition of the Old English Versions of Boethius's De Consolatione Philosophiae (2 volumes)*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

também foi utilizado como uma fonte constante de referências e comparações, uma vez que teria sido composto a partir do primeiro.

O prefácio da versão alfrediana do texto apresenta claramente uma busca por re-significação da obra, de modo a torna-la inteligível para o contexto anglo-saxônico;

King Alfred was the translator of this book, and turned it from Latin into English, as it is now done. Sometimes he set it down word for word, sometimes sense for sense, in whatever way he could most clearly and intelligibly explain it, on account of the various and multiple worldly cares which often busied him in mind and body.¹⁵

Tal recorrência temática não é casual, pois denota a busca por reorganização do presente pautando-se em um passado recuperado através da voz de autoridade dos autores que se pretende traduzir. Se construiu um discurso que procura delimitar novas fronteiras e identidades para os anglo-saxões, especialmente face à existência de um contraponto claro, a citar os invasores nórdicos. O problema a ser explorado é, então, a forma como o discurso alfrediano acaba por criar uma ideia de unidade baseada na noção de cristandade, de maneira a produzir-se uma representação de uma última fronteira da cristandade.

Aliando-se a língua e a religião, pode-se tecer as bases de uma única identidade que é oferecida aos anglo-saxões, identidade esta que se torna ainda mais fortalecida por um opositor cuja ameaça é sensível e iminente. A esse respeito, Nicole Discenza retoma André Lefevere e Susan Bassnett, que apontam a tradução como um dos meios pelos quais uma nova nação se prova e demonstra ser capaz de produzir e assimilar o que já foi produzido e assimilado por uma língua mais prestigiada, de maneira a demonstrar a legitimidade e o poder daquele que escreve¹⁶. A autora salienta que, obviamente, Alfred não concebia a construção de uma nação da mesma maneira que estudiosos modernos o fazem, mas seus textos sim exploram a possibilidade da criação de uma cultura compartilhada, evocando a identidade de um

¹⁵ “Rei Alfred foi o tradutor deste livro, e transformou-o do latim para o inglês, como é feito agora. Às vezes, ele o fez palavra por palavra, às vezes sentido por sentido, de qualquer maneira que ele pudesse mais clara e compreensivelmente explicá-lo, em vista das várias questões mundanas que muitas vezes ocuparam ele em mente e corpo.” (Tradução livre) As referências e citações da obra serão feitas sempre utilizando como base a tradução do manuscrito Bodley produzida em 2009 por Malcom Godden e Susan Irvine supracitada, empregando a abreviação *OEB* para identificar a versão anglo-saxônica da *De Consolatione Philosophiae*. *OEB*. p. 1.

¹⁶ DISCENZA, Nicole Guenther. *The King's English: strategies of translation in the Old English Boethius*. Albany: State University of New York, 2005. p. 3.

povo que fala a mesma língua e divide a mesma tradição germânica, por um lado, e ideais cristãos por outro.

No caso de Alfred, compreendemos as diversas versões de clássicos da Patrística produzidas durante seu reinado como uma busca por normatização de uma identidade, a qual é apresentada à sua sociedade política por meio de uma chamada tradução inventiva¹⁷ de tais obras para o inglês antigo. Várias delas eram de cunho filosófico, como a *Consolatione* de Boécio, a qual discute questões espirituais principalmente pelo foco da sabedoria, grande interlocutora do diálogo apresentado no texto. Destarte, apresenta-se uma vinculação a nível de tradição cultural e espiritual entre Alfred e essa reconhecida voz de autoridade, de maneira que a política se encontra entremeada na obra filosófica, na qual também são realçados elementos cristãos.

Tece-se assim um discurso de legitimação do reinado de Alfred, segundo o qual a sabedoria, ou a virtude da sapiência, seria o requisito principal e necessário para um governante, uma vez que “power is never good unless he who has it is good”¹⁸, o qual se utiliza da atualização de valores clássicos e cristãos, objetivando a apresentação de um novo ideal identitário, pautado na valorização da instrução e da religião.

[...] truly you know that avarice and the desire for this earthly power never attracted me very much, nor did I greatly yearn for this earthly authority, except that I sought tools and material for the work that I was commanded to carry out. [...] He who wants to have complete power must first strive to have power over his own mind.¹⁹

Os escritos detêm uma grande importância no sentido de relatar o que ocorreu e são, portanto, verdadeiros. A importância da tradição escrita é ressaltada, bem como o caráter pedagógico por ela desempenhado. Na obra supracitada apresenta-se uma visão do papel daquele que escreve, criticando inclusive os maus escritores, os quais deixavam de cumprir sua função moral a contento.

¹⁷ Segundo David Pratt, tais obras caracterizavam uma centralização real dos novos discursos de poder, os quais se pautavam em textos cuja autoria se encontrava monopolizada por atos de tradução inventiva. PRATT, David. Op. Cit. p. 339.

¹⁸ “O poder nunca é bom, a não ser que aquele que o exerce seja bom” (Tradução Livre) *OEB* p. 23.

¹⁹ “realmente você sabe que a avareza e o desejo por este poder terreno nunca me atraíram muito, nem eu anseio grandemente por esta autoridade terrena, mas apenas que eu buscava ferramentas e materiais para o trabalho que fui comandado a realizar. [...] Aquele que quer ter o poder completo deve primeiro se esforçar para ter poder sobre a sua própria mente.”(Tradução Livre) *Idem*. p. 26, 44.

[...] it has often very grievously happened through the misfortunes with writers that, because of their sloth and carelessness and lack of attention, they left unwritten the customs of those men and the deeds of those who in their day were most famous and most worthy of honour.²⁰

Essa própria visão remonta à ideia de história já apresentada desde Tucídides, que considera a verdade um conceito universal, a qual deve ser relatada, apenas. Entretanto, a partir de Chartier, podemos pensar que a identificação com uma realidade é construída, a partir de suas próprias práticas e constituição; pensada a partir de uma percepção e sensibilidade histórica; e dada a ler, a partir dos produtos, dos signos que se constroem para sua representação. Ora, isso é aplicável ao historiador, quando tece sua narrativa historiográfica, mas também aos nossos objetos de análise, que não têm, de maneira alguma, um caráter estático e, de fato, são informados por práticas discursivas que organizam suas realidades. No caso das traduções alfredianas buscando inclusive em fontes do passado elementos para criação de uma identidade e uma identificação.

Assim, a questão relativa a quem teria de fato produzido tais obras surge sob uma perspectiva diferenciada, de acordo com a qual podemos inclusive discutir a importância atribuída a tal questionamento. Segundo Chartier, “trata-se, portanto, de considerar o autor como uma função variável e complexa do discurso, e não a partir da evidência imediata de sua existência individual ou social”²¹. Assim, o sujeito Alfred e o “autor” Alfred não são equivalentes, na medida em pensamos a existência de uma “função autor” como uma complexa e específica operação do próprio discurso, de modo que, segundo Alves, “o autor representa um modo particular e privilegiado de o sujeito se apropriar do discurso, de forma a controlá-lo e domesticá-lo”²², não sendo um criador totalmente original, na acepção comumente atribuída ao autor e ligada com a própria noção moderna de autoria e direitos de autor.

²⁰ “Frequentemente aconteceu, muito gravemente, através de infortúnios com escritores que, por causa de sua preguiça e descuido e falta de atenção, eles deixaram de escrever os costumes desses [grandes] homens e as ações daqueles que em seus dias eram os mais famosos e mais dignos de honra” (Tradução Livre) *OEB* p. 28.

²¹ CHARTIER, Roger. Op. Cit. p. 27.

²² ALVES, Marco Antônio Sousa. *O autor e a obra como funções do discurso em Michel Foucault*. Disponível em:

http://www.academia.edu/2543068/O_autor_e_a_obra_como_funcoes_do_discurso_em_Michel_Foucault. p. 14.

De acordo com a análise relativa a função autor proposta por Foucault e corroborada por Chartier, o sujeito Alfred não está a nosso alcance, na medida em que o indivíduo não está necessariamente refletido no “autor”. Ademais, o vivido em si, o passado, é importante para o historiador, mas levando-se sempre em consideração que ele próprio não pode ser acessado cruamente através das fontes, as quais são elas próprias discursos acerca de práticas e não seu retrato fiel. Mesmo que o indivíduo Alfred não tenha escrito de próprio punho a *Consolatione* ele estava incluído e intimamente ligado ao seu contexto de produção, e a atribuição de tais obras a ele é feita de acordo com um conjunto de experiências e, principalmente, expectativas com relação ao discurso proferido. Segundo Foucault,

Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo ele ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer "isso foi escrito por tal pessoa", ou "tal pessoa é o autor disso", indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status.²³

Assim, retornamos a uma questão premente quando analisamos tal fonte: que importa quem fala? Historicizando a argumentação de Foucault a respeito do autor, é preciso ressaltar que ele mesmo aponta a especificidade e diferenciação da função autor em contextos históricos diversos;

os textos que chamaríamos atualmente de científicos, relacionando-se com a cosmologia e o céu, a medicina e as doenças, as ciências naturais ou a geografia, não eram aceitos na Idade Média e só mantinham um valor de verdade com a condição de serem marcados pelo nome do seu autor. [...] eram os índices com que estavam marcados os discursos destinados a serem aceitos como provados.²⁴

Chartier acrescenta a esse debate afirmando que “a presença do nome próprio autorizava, certificava como verdadeiros os enunciados que chamaríamos científicos”²⁵ e que no medievo também era associada às temáticas políticas e religiosas, remontando aos grandes nomes da latinidade cristã. Nesse sentido, a

²³ FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III)*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001. p.264-298. Versão PDF. p. 13.

²⁴ Idem. p. 15.

²⁵ CHARTIER, Roger. Op. Cit. p. 39.

autoridade nunca é singular, mas sim remonta a uma tradição. Da mesma maneira, “o discurso vincula-se à instituição que lhe garante, ao mesmo tempo a legitimidade diante do público e a dependência em relação à dinâmica das forças sociais”²⁶, ou seja, na mesma medida em que o discurso, no caso a *Consolatione*, pode ser utilizada para reforçar a legitimidade do reinado de Alfred e sua dinastia, o caminho inverso também é válido e, de certa maneira, ainda mais revelador das práticas sociais no contexto anglo-saxônico. A própria associação dos textos com a figura régia os autoriza e indica o lugar social daquele discurso e a possibilidade de sua existência. A atribuição do texto ao rei denota o lugar desse discurso na sociedade em questão e informa a maneira como este é recebido pela mesma, uma vez que a Alfred é apontado como autor da *Consolatione* e dos outros textos alfredianos ainda no medievo, já a partir do século X, período de produção do manuscrito Cotton, e não em tempos posteriores.

Certeau afirma que um discurso “torna-se crível em nome da realidade que, supostamente, ele representa, mas essa aparência autorizada serve, precisamente, para camuflar a prática que a determina realmente”²⁷. Embora ele estivesse se referindo ao discurso historiográfico, o mesmo pode ser compreendido no âmbito das narrativas em geral, especialmente aquelas que se propõem verdadeiras, como é o caso da argumentação filosófico religiosa presente na *Consolatione*, a qual traz em seu bojo um ideal de identidade e prática política.

Acreditamos que tais chaves interpretativas podem ser de grande valia no estudo da *Consolatione*, que não pode ser entendida apenas como uma obra de cunho filosófico resultante unicamente dos gostos e predileções intelectuais de Alfred ou considerada apenas uma obra singular, apartada de seu contexto de produção. A partir da leitura da mesma - e também de outras fontes relacionadas - notamos a recorrência de certas temáticas e preocupações, como a busca pela sabedoria, os instrumentos necessários para o bom governo de um rei, a exaltação de uma tradição cristã, dentre outros. Estes fatores nos levam a crer que um projeto de governo estava sendo colocado em prática e que obras tradicionais do cânone cristão estavam sendo utilizadas para ajudar a afirmá-lo.

²⁶ CERTEAU, Michel de. A história, ciência e ficção. In: *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 54.

²⁷ CERTEAU, Michel de. Op. Cit. p. 49

A esse respeito, é preciso ressaltar que a reforma promovida no período alfrediano não foi apenas cultural, como alguns autores defendem, mas espiritual, como coloca Elton Medeiros Oliveira de Souza²⁸. O uso de textos cristãos de tal importância conferiam legitimidade ao reinado de Alfred, criando uma conexão com a tradição cristã no continente. Tal construção tende a enfatizar a autoridade daqueles que dominavam as instâncias oficiais do discurso, o reforço da posição do rei como governante. Além disso, os textos produzidos no período alfrediano denotam a construção gradual de uma nova identidade e ideal de unidade dos anglo-saxões, especialmente considerando a presença do inimigo Viking. Cria-se um novo ideal cristão no qual Alfred é apresentado como figura central, o que acaba por também legitimar a centralização política da ilha sob uma figura régia. Essa necessidade de legitimação se dá principalmente no âmbito da sociedade política, de que fazem parte a própria realza em si, a nobreza e a *ecclesia*. Estes são os extratos sociais a quem um rei precisa se provar, de modo a conquistar sua lealdade, de acordo com os princípios antigos de *electio* que pautavam a formação política do *regnum*.

Destarte, consideramos que a *Consolatione* pode ser incluída no que costumeiramente anglo-saxonistas chamam de projeto educacional alfrediano, que compreende a produção extensiva de fontes escritas em língua vernácula que ocorre no período em questão. Tal projeto incluía vários estudiosos trazidos de outras partes da cristandade, dentro e fora da ilha. Traduções do latim para o inglês antigo teriam sido feitas a fim de garantir que os textos pudessem atingir um número maior de pessoas, pois, como alegadamente apontou Alfred, muito poucas pessoas tinham conhecimento de latim naquele momento. Esta observação teria sido feita por escrito pelo rei em sua versão vernáculo da *Cura Pastoralis* de Gregório Magno, que se acredita ser uma de suas primeiras traduções, e aquela com melhores argumentos para comprovar sua autoria²⁹. Alfred elabora:

Learning had declined so thoroughly in England that there were very few men on this side of the Humber who could understand their divine services in English, or even translate a single letter from Latin into English. [...] There were so few of them that I cannot

²⁸ MEDEIROS, Elton O. S. *Dominus exercituum: política, poesia heroica e narrativa bíblica durante o período alfrediano*. 2011. Doctorate thesis.

²⁹ GREENFIELD, Stanley B. e CALDER, Daniel G. Op. cit. p. 43 and KEYNES, Simon and LAPIDGE, Michael. *Alfred the Great – Asser's life of king Alfred and other contemporary sources*. London: Penguin, 1983. P. 124.

recollect even a single one south of the Thames when I succeeded to the kingdom.³⁰

Neste sentido, o ideal de formação fomentado no período alfrediano passa necessariamente pela *ecclesia*, tendo escritos como o de Gregório Magno voltados para o ambiente monástico. Isso se dá não apenas por uma busca de apoio da sociedade política, mas também pois são os eclesiásticos que vão efetuar a conversão efetiva do reino, a qual é necessária para compreender a lógica cristã de aperfeiçoamento utilizada para legitimar o reinado de Alfred. A busca por aperfeiçoamento levada a cabo pelo rei foi inspirada por alguns dos elementos da renovação carolíngia do século anterior, mas diferiam significativamente em termos de objetivos e da forma como foi conduzido. Como apontado por Greenfield e Calder, o projeto não foi concebido simplesmente para reviver e espalhar uma erudição latina, mas para se certificar de todos pertencentes à sociedade política fossem alfabetizados no idioma vernáculo, enquanto o clero, por outro lado, também adquiriria mais conhecimento na língua latina. Se por um lado podemos questionar se este seria o real interesse das ações do rei no que se refere às traduções, observa-se que esta era a justificativa apresentada em diversos dos textos alfredianos, os quais o caracterizavam como um rei sábio que intentava trazer a sabedoria para seu reino através da formação. De acordo com Asser na *Asser's Life of King Alfred*, Alfred chamava atenção para a falta de literacia e sabedoria entre seus oficiais e sociedade política em geral

I am astonished at this arrogance of yours, since through God's authority and my own you have enjoyed the office and status of wise men, yet you have neglected the study and application of wisdom. For that reason, I command you either to relinquish immediately the offices of worldly power that you possess, or else to apply yourselves much more attentively to the pursuit of wisdom³¹.

³⁰ “A aprendizagem tinha declinado tão completamente na Inglaterra que havia muito poucos homens deste lado do Humber que podiam compreender os serviços divinos em inglês ou sequer traduzir uma única letra do latim para o Inglês. [...] Havia tão poucos deles que não consigo me recordar de um sequer ao sul do Tâmesa quando eu sucedi ao Reino” (Livre Tradução) *From the translation of Gregory's Pastoral Care*. Apud. KEYNES, Simon and LAPIDGE, Michael. Op. Cit. P. 125.

³¹ “Estou espantado com sua arrogância, já que através da autoridade de Deus e a minha própria vocês têm aproveitado o ofício e o status de homens sábios, mas ainda sim negligenciaram o estudo e a aplicação da sabedoria. Por essa razão, comando que ou renunciem imediatamente os ofícios de poder mundano que possuem ou que se apliquem com muito mais atenção à busca pela sabedoria.” (Livre Tradução) *Asser's Life of King Alfred*. In: KEYNES, Simon and LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 110. Ainda, sobre esse assunto vide GREENFIELD, Stanley B. and CALDER, Daniel G. Op. Cit. p. 42.

O programa de tradução atribuído ao rei com foco em obras cristãs importantes e a insistência para que os membros da sociedade política aprendessem as letras constituíam uma ferramenta de autoafirmação de Alfred como governante legítimo dos anglo-saxões. Este discurso serviu aos propósitos políticos do mesmo, em primeira instância, mas também aos de seus descendentes, caracterizando-se assim um contexto de centralização régia de novos discursos de poder.

Todo o aparato intelectual alfrediano não existia apenas para atender interesses políticos e criar uma imagem positiva para o governante. Em verdade, trata-se de uma mentalidade medieval, na qual a religião é o fio condutor da vida social e, conseqüentemente, da política também. Não podemos pensar que toda a construção teórica presente na obra baseava-se apenas em uma busca por manutenção do poder, mas sim que ela existia na medida em que era um aspecto fundamental da própria sociedade anglo-saxônica. Alfred está inserido em um contexto cristão no qual a busca pela salvação é uma preocupação genuína, de modo que a valorização das virtudes cristãs e das práticas corretas perante Deus representa uma tentativa de seguir os preceitos da religião que regiam a vida de um cristão. Há uma crítica à forma como governantes deixaram de seguir os preceitos cristãos, o que, inclusive, poderia levar a conseqüências negativas para seu reino. A necessidade de reforçar a imagem do homem sábio, do rei virtuoso, advém também da busca por aperfeiçoamento presente no ideário religioso medieval, o qual acaba por ser instrumentalizado na prática política.

Na versão alfrediana da *Consolatione*, é extremamente interessante a tentativa de "cristianização" da obra, que, embora originalmente tivesse aspectos convergentes com o *modus operandi* do Cristianismo, não era explicitamente cristão em sua forma original. Na tentativa de apresentar Alfred como um bom governante cristão, fazia sentido incluir ou enfatizar o aspecto religioso nas obras traduzidas e ainda associar a religiosidade, o Cristianismo e a sabedoria. Assim sendo, pode-se tecer uma base sólida para a legitimidade, como o rei possuidor de todas essas características.

Desta forma, podemos começar a compreender a recepção da Patrística na Inglaterra anglo-saxônica nos séculos IX e X, identificando como tais processos afetaram a criação de uma nova identidade pautada em princípios retóricos. Note-se que quando dizemos novo, não queremos dizer algo absolutamente original, mas compreendemos a existência de uma transformação, uma atualização de tradições e discursos antigos. Isso nos leva à conclusão de que as conexões podem ser

encontradas não só entre anglo-saxões e carolíngios, como frequentemente apontado pela historiografia, mas também uma conexão com uma reconhecida tradição, valores e estruturas presentes na Antiguidade Tardia romano-bárbara.

Seguindo esta linha de pensamento, Medeiros trabalha com a questão da espiritualidade como uma ferramenta para criação de uma ideologia, cuja base são ideais bíblicos e a sabedoria, mais especificamente. Segundo ele, estes ajudaram a forjar uma nova ordem política baseada em uma centralização régia, até então inexistente, sob a égide do Alfred e a sagrada casa real de Wessex³². Outra questão que abordamos em nossa pesquisa é a criação de uma nova identidade através da apropriação e atualização dos textos da Patrística cristã. Em relação a isso, podemos citar especialmente o trabalho de Discenza, *The King's English: strategies of translation in the Old English Boethius*, publicado em 2005. Seu trabalho é construído sobre dois tipos de análise para tecer sua interpretação acerca da tradução alfrediana de Boécio e o seu papel neste contexto. A primeira linha de estudo utilizado pela autora está relacionada com estudos de tradução, que caracterizam a tradução como um gênero específico que não só reproduz conteúdo em outro idioma, mas também se apropria desse conteúdo para traduzir a sua própria realidade. Discenza também utiliza conceitos de Bourdieu em relação à sua ideia de língua legítima, um ideal ainda em construção na Inglaterra anglo-saxônica, e bastante desafiador para Alfred e os produtores de discursos de autoridade, que devem negociar entre uma base já legitimada, o latim, e a língua local, que serviu ao seu propósito de centralização e a criação de uma identidade comum para aqueles submetidos a ela. Quando mencionamos essa ideia de centralização, entretanto, não queremos demonstrar necessariamente a existência de um projeto de expansão preconcebido e global, mas sim uma resposta a um contexto específico no qual se insere Alfred e que, de fato, se assemelha muito à necessidade de qualquer rei por legitimidade.

À luz da argumentação produzida pela historiografia, não se pode ignorar a questão da autoria, mas a dúvida apresentada sobre o assunto não desqualifica o debate sobre tradução inventiva e prática real. Devemos ser capazes de identificar esta autoria disputada, mas ainda sim estudar as fontes imersas em seu contexto de produção, uma vez que não está sendo discutida uma possibilidade de falsificação

³² MEDEIROS, Elton O. S. Op. Cit. e MEDEIROS, Elton O. S. *Alfred o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: a construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica*. In: COSTA, Ricardo da (coord.). *Mirabilia 13 – As relações entre História e Literatura no mundo Antigo e Medieval*. 2011. p. 134-172.

anacrônica; a comunidade historiográfica em geral, independentemente de seus argumentos acerca do assunto aqui apresentado, aponta como baliza temporal para produção desses textos os séculos IX e X. O fato de que as traduções têm sido atribuídas a Alfred desde esse período mostra uma conexão entre esses textos, a teorização de uma identidade e a prática real na Inglaterra anglo-saxônica.

A partir desta abordagem, acreditamos ser possível analisar a *Consolatione*, por exemplo, a partir da perspectiva de um ponto de vista mais global e não só observando aspectos internos do texto. As traduções nos ajudam a entender o comportamento real como era esperado no período alfrediano, o que está necessariamente ligado ao funcionamento do próprio poder político. Talvez se soubéssemos a autoria de tais textos de fato, esta discussão pareceria fora de lugar, mas temos de reconhecer as lacunas que temos em termos de informação e de materiais a fim de compreender melhor as nossas fontes em seus próprios termos, tanto quanto possível, imersas em seu contexto de produção.

A trajetória dessa pesquisa inicia-se com uma monografia de conclusão de curso denominada *Warfare and Wisdom: as bases legitimadora da monarquia anglo-saxã sob Alfred, o Grande (871-899)*, na qual analisamos o modo como se construiu o discurso acerca do reinado de Alfred em sua biografia, a *Asser's life of king Alfred*, redigida pelo bispo galês Asser em 893, aproximadamente. Procuramos compreender ao longo de nossa análise a forma como o texto de Asser atua em favor de uma apologia ao governo de Alfred. Percebemos a partir do estudo da *Life* a existência de um discurso legitimador que se constrói acerca do reinado do monarca, apontando inclusive para a tentativa de consolidação de um governo hegemônico dos anglo-saxões na Inglaterra medieval. Tal empreitada nos levou a perceber a existência de dois eixos no que se refere a essa busca por legitimidade de Alfred, um quinto filho varão, que inicialmente não estava destinado a governar. Estes eram suas habilidades como comandante militar, necessárias para lidar com as incursões vikings, e também suas virtudes para bem governar, em especial sua sabedoria. Essa está necessariamente ligada ao florescimento de traduções do latim para o anglo-saxão, incluindo a *De Consolatione*. Assim, consideramos interessante explorar esse texto, que tem como fio condutor a própria questão da sabedoria, com o intuito de entender o papel do aperfeiçoamento no discurso alfrediano e a forma como esse se concatenava às mudanças políticas e culturais ocorridas no período.

Assim sendo, criamos categorias de análise nas quais classificamos os eixos temáticos pertinentes às problemáticas abordadas pelo autor. Inicialmente já percebemos a recorrência de uma relativização da nobreza de sangue em favor de uma nobreza da mente, adquirida através do aperfeiçoamento e busca por sabedoria. Tais menções fazem sentido na medida que a própria reivindicação ao trono por parte de Alfred necessitava de fortalecimento, o que era feito enfatizando-se suas virtudes e sua capacidade de bem governar. Além disso, uma segunda categoria percebida foi a de unidade/universalidade. Um argumento construído ao longo do texto procura apontar que a única forma de atingir a universalidade, a verdadeira felicidade e o destino favorável é através de Deus. Ora, o papel da religiosidade no discurso alfrediano é marcante, uma vez que acaba por ajudar a delimitar uma proposta de identidade dos anglo-saxões.

Assim, após identificar e agrupar as passagens da obra nessas categorias de análise, buscamos compreender a forma argumentativa utilizada e como o autor correlaciona todas essas questões a partir do contexto de produção do texto. As fontes secundárias tem um papel importante nesse processo, na medida em que nos permitem relacionar pontos de inflexão nos temas abordados, mesmo se tratando, muitas vezes, de gêneros distintos, como é o caso da biografia de Alfred, mencionada anteriormente, sua legislação, a própria Crônica Anglo-Saxônica, documentação epistolar.

Entretanto, de acordo com tal análise, ao utilizarmos termos como “projeto educacional”, projeto político e centralização é preciso primeiramente relativizá-los, na medida em que estes podem levar a uma ideia de que todo o processo foi estruturado previamente, de acordo com um meticuloso planejamento a fim de atingir apenas um objetivo de dominação política. É preciso historicizar nosso objeto de estudo para perceber as ações dos agentes históricos de acordo com as especificidades de seus contextos.

De fato, houve um aumento da produção intelectual na época de Alfred, a qual tinha como objetivo a expansão da literacia entre os Anglo-Saxões. A versão alfrediana da *Cura Pastoralis*, por exemplo, apresenta a diretiva de ser distribuída e estudada em todos os bispados do reino, como uma espécie de obra guia a ser seguida. A tradução inventiva de textos possibilitava um monopólio dos discursos de poder, os quais apontavam para Alfred como um legítimo e sábio governante e, ao mesmo tempo, criavam um ideal identitário com base na religião. Contudo, não podemos

imaginar que tudo isso se tratasse de um estratagema maniqueísta construído apenas visando consolidar a legitimação de Alfred como governante. Isso era feito continuamente por diversos reis medievais, que recorrentemente necessitavam demonstrar sua utilidade, competência e legitimidade ante a sua sociedade política. É preciso lembrar que os membros da igreja tinham importância como parte de uma elite intelectual, a qual tinha papel importante no processo de manutenção do poder, uma vez que detinha os argumentos teóricos para justificar e legitimar condições práticas da vida terrena. Assim, se a *ecclesia* se encontrasse ao lado do rei, poderia influenciar outros a isso também, dado seu papel de influenciadora de opinião.

Se, por um lado, a *Consolatione* pode ser estudada no âmbito de suas contribuições para o pensamento filosófico do contexto em que foi produzida, pode também apresentar indícios de um contexto político. Neste se utilizava a espiritualidade como base para legitimação de um novo discurso oficial que surgia, buscando como raiz uma tradição Patrística consagrada. A atualização desse discurso é um objeto de estudo instigante na medida em que possibilita uma compreensão da conexão entre espiritualidade, cultura e prática política na Inglaterra anglo-saxônica.

É inegável a importância de Alfred no que se refere ao processo de unificação da Inglaterra, que passa, necessariamente, pelo combate aos Vikings e pelo “projeto educacional” que se inicia a partir de seu reinado, caracterizando-se como uma renascença cultural dos Saxões do Oeste. Assim, em tempos modernos os usos e abusos da imagem de Alfred com objetivos nacionalistas foram recorrentes, entretanto percebe-se a partir da análise de diversas fontes que ele não foi visto dessa forma pelos anglo-saxões daquela época. Não foi considerado um rei, excepcional por seus contemporâneos, mas sim um bom rei, que permitiu a sobrevivência de seu reino ante os Vikings. Pode-se pensar que muito disso se deve ao fato de seu discurso ser sutil e estar de acordo com as necessidades da época, de forma que foi aceito e naturalizado, não sendo imediatamente identificado com um projeto unificador por seus contemporâneos. Assim Alfred foi assinalado como um bom rei, mas em seu contexto não foram reconhecidas as mudanças profundas que estavam sendo possibilitadas por suas ações. O desconhecimento do devir para os atores sociais da época dificultava tal observação, obviamente. Mesmo aqueles que viveram períodos subsequentes ao reinado de Alfred não imputavam a ele um renome acima da média.

Foi apenas tardiamente que Alfred ganhou o epíteto “o Grande”, cunhado no século XVI. Já no século XX ele foi eleito por uma pesquisa realizada junto à

população da Grã-Bretanha como o 14º inglês mais influente de toda a história; chegou a ser considerado pai da marinha britânica e também unificador do país, um governante acima da média, o qual teria sido um dos atores principais no processo de formação da Inglaterra moderna. É compreensível que tenha se desenvolvido tal interpretação moderna acerca desse rei, uma vez que em tempos recentes é notável a preocupação de diversos países europeus em realizar uma espécie de retorno às origens. Muitas pesquisas acadêmicas, especialmente a partir do século XIX tinham como objetivo rastrear e delinear a formação das grandes nações europeias, buscando no passado uma identidade comum. Assim, Alfred aparece como uma figura providencial, à qual é atribuído um papel decisivo no processo de unificação da Inglaterra, e consequentemente, em seu nascimento como Nação.

Entretanto, é fundamental ressaltar que o processo de unificação da Inglaterra não foi fruto do trabalho de um único rei, mas sim uma conquista de várias gerações de governantes de Wessex. Apesar do culto que se criou posteriormente com relação a Alfred, calcado também em uma tradição popular que se desenvolveu ao longo dos séculos, seu papel nesse encadeamento esteve muito mais atrelado, em aspectos práticos, à sobrevivência do reino, resistindo à dominação nórdica. Além disso, sob este rei consolidou-se a influência dos saxões do oeste por conta de uma necessidade de sobrevivência frente aos Vikings, realizando nesse contexto uma série de reformas que fortaleceram o reino e também a autoridade do monarca, mas que não foram tão sensivelmente percebidas pelos homens do seu tempo.

No que se refere à sua reputação entre seus contemporâneos, Alfred estava longe de ser considerado um rei medíocre, mas não havia tanto reconhecimento com relação aos seus feitos se comparado ao culto desenvolvido à sua pessoa em tempos posteriores, sendo seu ápice no século XIX. Não há evidências de que Alfred dispusesse de um reconhecimento maior entre seu povo do que aquele dedicado a outros governantes de Wessex entre os séculos VIII e X. Nesse sentido, apesar de todo o projeto de legitimação e centralização de autoridade realizado pelo monarca, o qual teve resultados efetivos no que se refere ao cenário mais amplo de desestruturação de um modo de governo fragmentário, ele não era considerado superior a outros.

Egbert, seu avô, que conquistou maior influência na Britânia ao derrotar os vizinhos mércios em 825, é tido igualmente ou até em mais alta conta pelos homens daquele período, bem como os descendentes de Alfred, que concluíram o processo de

reformas iniciado por ele. Seu neto já é considerado “rei dos ingleses” e não mais apenas “rei dos anglo-saxões” de acordo com os documentos genealógicos da época³³, e tal mudança estilística no tratamento de um rei nos diz muito sobre as pretensões de domínio e governo que o mesmo possuía. Assim, percebe-se que talvez no próprio contexto de Alfred suas conquistas não tenham sido percebidas tão sensivelmente, a não ser pelo fato de ele ter garantido a sobrevivência do reino de Wessex frente às invasões. Nota-se que houve uma valorização tardia do monarca, de maneira que isso pode nos levar a pensar que o projeto de Alfred de centralizar o poder e legitimar seu governo e sua descendência foi tão bem sucedido que não chegou a ser percebido sensivelmente por muitos de seus contemporâneos, que simplesmente aceitaram-no como um rei bastante capaz que ajudou a defender o reino, atendendo às expectativas da função real.

Assim sendo, os historiadores anglo-normandos do século XII que primeiro começaram a tecer as bases de uma exaltação da figura de Alfred, permitiram, além da criação de crenças populares inverídicas, como a de que o rei teria sido o fundador da Universidade de Oxford, a ampliação dos estudos alfredianos³⁴. Pela criação de uma tradição histórica que exaltava suas virtudes como bom governante, o culto de Alfred também levou a um maior grau de interesse pelo estudo do monarca como personagem histórico. A questão de autoria debatida anteriormente também foi sensivelmente afetada por tal culto a Alfred. Muitos textos foram atribuídos erroneamente ao rei por terem sido produzidos em um contexto remotamente próximo do seu e por conterem material que se esperava encontrar em discursos alfredianos. Isso foi eventualmente revisto, mas ainda lança dúvidas, para alguns pesquisadores, sobre os textos que ainda hoje identificando como seus.

Em um passado não tão distante, este rei “Who had once been a mirror for princes became an exemplar for Victorian schoolchildren”³⁵. Alfred construiu através dos textos a imagem de um rei ideal, que levou com que muitas pessoas em tempos posteriores pensassem nele como um governante perfeito de fato, especialmente no século XIX, período de construção de diversas tradições históricas por parte da

³³ Vide anexo 1 – “Kings of the English (927-1066)”

³⁴ A esse respeito, vide o artigo LOBATO, Maria de Nazareth. *Alfred, o Grande: um rei saxão no Esope de Marie de France*. In: Brathair (2)1, 2002. p. 14-28. Lobato aponta para a identificação de Alfred como um modelo de rei a ser seguido, de acordo com o *Esope*.

³⁵ “que havia sido um espelho de príncipes se tornou um exemplo para as crianças vitorianas nas escolas.” (Tradução Livre) YORKE, Barbara. *Alfredism: the use and abuse of King Alfred's reputation in later centuries*. In: REUTER, Timothy (Ed.). Op. Cit. p. 372.

própria academia. Criou-se uma tradição popular independente que apontava Alfred como governante excepcional, sendo que este foi alcunhado informalmente “the wise King Alfred”, ou “o sábio Rei Alfred”³⁶. Provavelmente a construção dessa tradição tenha se dado em parte por conta de toda a produção intelectual do período alfrediano, a qual acabava por trabalhar a favor da legitimação do rei, destacando suas qualidades e virtudes, as quais adentraram o senso comum e também a tradição histórica escrita em tempos posteriores, a partir do século XVI. A partir desses encadeamentos, não se pode duvidar que, de alguma maneira, os discursos produzidos por Asser, Alfred e outros que viveram aquele contexto de mudanças tiveram considerável eficácia e atingiram, por assim dizer, seu objetivo, alcançando pessoas de uma época muito mais adiante do que o público inicialmente pretendido.

Segundo Yorke, os alfredismos foram bastante usados até o período da Primeira Guerra Mundial e teriam sido também retomados para justificar posicionamentos racistas associados ao anglo-saxonismo³⁷. Obviamente, é preciso questionar o culto a Alfred edificado ao longo dos séculos e os usos do passado para fins ideológicos presentes, mas é interessante observar como tal encadeamento permitiu que surgissem diversas pesquisas históricas sérias, as quais analisam o rei em questão em seu contexto histórico, procurando compreender suas pretensões e realizações no âmbito de suas possibilidades, bem como a recepção que teve seu projeto de governo entre seus contemporâneos, consciente ou inconscientemente.

³⁶ KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 47.

³⁷ YORKE, Barbara. *Alfredism: the use and abuse of King Alfred's reputation in later centuries*. In: REUTER, Timothy (Ed.). Op. Cit. p. 379-80.

MAPA 1 – migrações dos anglo-saxões (século V)

FONTE: MCEVEDY, Colin. *Atlas de história medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 23.

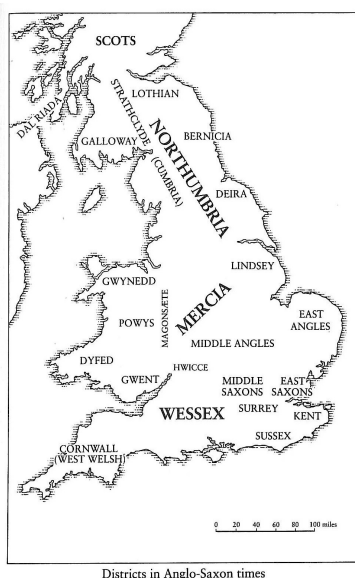
Entretanto, entre o ano 600 e 865, pouco antes de Alfred assumir o poder, já percebia-se um panorama de maior unidade política e autoridade central. As inúmeras unidades pré-existentes foram gradativamente tornando-se províncias, as quais passaram a ser subordinadas e dependentes dos reinos maiores e mais influentes. Estes seriam basicamente três: Northumbria, mais ao norte, e Mércia e Wessex mais ao sul.

Há também outro reino que é por vezes citado como uma quarta força nesse contexto, a Anglia Oriental, a leste. Todavia, este é notadamente inferior aos anteriormente citados em termos de influência política, uma vez que seu próprio território era menor e sua autoridade não se estendia para além de seus domínio territoriais. Apesar de um de seus governantes, Rædwald, ter sido considerado por Bede⁴⁰ como *Bretwalda*⁴¹ assim o foi pois teria conquistado para seu reino liderança independente – *ducatus* – enquanto ainda existia outro governante em Kent. A escolha de Bede pode ser analisada em termos de outros tipos de interesses e critérios que não necessariamente a influência efetiva de Anglia Oriental naquele momento⁴². Pode-se afirmar que Anglia Oriental detinha governo próprio até o século IX, quando foi subjugada pelos invasores daneses, mas não era comparável aos outros três grandes reinos em termos de importância política.

⁴⁰ Ou Beda, o Venerável (c.673-735). Tratou-se do mais influente escritor latino da Inglaterra Anglo-Saxã, sendo seu mais famoso trabalho a *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, ou *Ecclesiastical History of the English people*. RAY, Roger. *Bede*. In: LAPIDGE, Michael; BLAIR, John; KEYNES, Simon e SCRAGG, Donald (Ed). Op. Cit. p. 57-59.

⁴¹ uma denominação utilizada pelo autor para definir sete importantes governantes da Britânia, os quais teriam estendido sua influência para além de seus reinos, determinando assim uma hegemonia sobre boa parte da ilha. KEYNES, Simon. *Bretwalda or Brytenwalda*. In: LAPIDGE, Michael; BLAIR, John; KEYNES, Simon e SCRAGG, Donald (Ed).Op. Cit. p. 74.

⁴² Critérios subjetivos que representavam interesses políticos, bem como a própria escolha dos nomes que integram a lista de *Bretwaldas*. BLAIR, Peter Hunter. Op. Cit. p. 200.



MAPA 2 – reinos e províncias da Britânia Anglo-Saxã

FONTE: SWANTON, Michael (trad/ed.). *The Anglo-Saxon Chronicles*. London: Phoenix Press, 2000.p. 273.

De qualquer modo, a supremacia política na Britânia foi alternada e dividida entre aqueles que se consolidaram como os maiores reinos. Northumbria deteve certa importância no século VII, de maneira que três de seus governantes são apontados por Bede como *Bretwaldas*⁴³. Apesar de compreendermos que tal escolha é um tanto quanto pessoal e subjetiva, como anteriormente citado, também a percebemos como reflexo de uma situação em que os escolhidos tiveram algum tipo de importância no cenário político da Britânia especialmente, pois o reino em si é mencionado diversas vezes como uma espécie de centro político da ilha quando do governo dos chamados Bretwaldas.

Já o século VIII foi marcado por uma forte supremacia mércia, com uma alteração nesse panorama quando do reinado de Egbert, passando a ser Wessex a principal força política da ilha momentaneamente. Tal domínio não foi mantido em sua totalidade após a morte deste rei. Isso só vai se concretizar de fato com o reinado de Alfred, iniciado em 871, mas tal consolidação não se deu apenas por mera força política deste monarca. As invasões Vikings mostraram-se como fator importante na

⁴³ BLAIR, Peter Hunter. Op. Cit. p. 200.

consolidação da monarquia Anglo-Saxã e, mais ainda, “played a decisive part in the creation of the English monarchy”⁴⁴.

Se por um lado havia precedentes de reis que tiveram sua influência estendida por grande parte da ilha, por outro ainda não havia se consolidado uma situação em que houvesse apenas um regente dominante e isso foi possibilitado a Alfred pela chegada dos daneses. Estes destruíram ou conquistaram virtualmente todas as maiores unidades políticas da Britânia, à exceção de Wessex, que se tornou o único foco de resistência com maior poder de oposição aos ataques. No campo dos usos modernos da figura de Alfred, por exemplo, isso levou Bernard Cornwell, um importante autor inglês de romances históricos, a intitular o primeiro livro de sua série *Crônicas saxônicas* como “O último reino”⁴⁵, uma vez que Wessex foi de fato o último reino “inglês” a resistir aos invasores Vikings, sendo o carro chefe da posterior reconquista dos territórios perdidos para os pagãos. Não é incomum observarmos uma recorrência moderna da ênfase da importância de Alfred, especialmente por conta de uma tradição historiográfica que buscou durante muito tempo encontrar as origens das nações europeias, como discutiremos mais adiante. Trata-se de uma questão de criação de uma identidade na qual se opõem as figuras do anglo-saxão, ou inglês, civilizado e do viking bárbaro. Tal construção é feita a posteriori, principalmente a partir do século XIX, no qual era constante a busca pelas raízes medievais da Europa. É claro que tal visão ressignifica e supervaloriza uma construção teórica já existente nos tempos de Alfred, presente na dicotomia cristão/pagão.

De toda forma, é preciso ressaltar que o processo de unificação da Inglaterra não foi fruto do trabalho de um único rei, mas sim uma conquista de várias gerações de governantes de Wessex. Apesar do culto que se desenvolveu posteriormente com relação a Alfred, seu papel nesse encadeamento “was basically survival”⁴⁶. Sob sua égide consolidou-se a influência dos saxões do oeste por conta de uma necessidade de sobrevivência frente aos invasores, realizando nesse contexto uma série de reformas

⁴⁴ “desempenhou um papel decisivo na criação da monarquia inglesa”. (Tradução Livre) BLAIR, Peter Hunter. Op. Cit. p. 199.

⁴⁵ Apesar de não se tratar de um trabalho historiográfico, as obras de Cornwell são aqui citadas pois são baseadas em uma esmerada pesquisa histórica, a qual é explicitada nas notas históricas no final de cada livro, tratando-se de um dos poucos materiais a respeito do reinado de Alfred, ainda que contendo inúmeros elementos ficcionais, que pode ser encontrado traduzido para o português até o presente momento, juntamente com trabalhos originais de Elton Medeiros e Isabela Albuquerque. CORNWELL, Bernard. *As Crônicas Saxônicas*. Rio de Janeiro: Record. Cinco livros traduzidos para o português.

⁴⁶ “foi, basicamente, sobrevivência” (Tradução Livre) KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 46.

que fortaleceram o reino e também a autoridade do monarca. Muito mais tarde é que a ele foi atribuído o epíteto o Grande, e também se afirmou que ele fora o pai da marinha inglesa e até mesmo o unificador da Inglaterra. Entretanto, sobre os usos e abusos que se fizeram da figura de Alfred discorreremos mais adiante.

Em um contexto de ataques Vikings e de gradual fortalecimento da monarquia, como anteriormente explicitado, surge a figura de Alfred, quinto filho varão do então rei de Wessex, Æthelwulf (que por sua vez era filho de Egbert), tendo como irmãos mais velhos Æthelstan, Æthelbald, Æthelberht e Æthelred, além de uma irmã. Nascido em 849, Alfred foi mandado a Roma pelo menos uma vez durante sua infância, em 853⁴⁷, coisa que pode ter sido feita com o intuito de estabelecer boas relações entre o Papa e Wessex. Outra possibilidade é a de que Alfred, tendo poucas chances de governar por ser o filho mais novo, possa ter visitado a sé apostólica para que recebesse formação religiosa e entrasse para a Igreja, ou mesmo a benção do Papa para adentrar na carreira eclesiástica o que, todavia, não seria muito comum para um filho de rei no contexto em questão⁴⁸.

Quaisquer que fossem seus objetivos, a viagem foi usada pelo bispo Asser na redação da biografia de Alfred com a finalidade de legitimar o reinado do mesmo, sob alegação de que o próprio Pontífice o teria apontado como futuro rei de Wessex.

In the same year [853] King Æthelwulf sent his son Alfred to Rome in state, accompanied by a great number of both nobles and commoners. At this time the lord Pope Leo was ruling the apostolic see; he anointed the child Alfred as king, ordaining him properly, received him as an adoptive son and confirmed him⁴⁹

Tais comentários atribuídos ao Papa não foram confirmados por nenhuma outra fonte hoje disponível, podendo ter sido apenas um artifício utilizado para ajudar na consolidação do poder de Alfred. Assim, percebemos que todas essas questões são permeadas pela necessidade de legitimação desse rei, o quinto filho de sua geração,

⁴⁷ Sobre a possibilidade de ele ter retornado a Roma com o pai em 855, como aponta Asser, vide CAMPBELL, James. *Placing King Alfred*. In: REUTER, Timothy (Ed.). Op. Cit.

⁴⁸ KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 211.

⁴⁹ “No mesmo ano [853], o rei Æthelwulf enviou seu filho Alfred a Roma, acompanhado por um grande número de nobres e comuns. Nessa época o senhor Papa Leão estava comandando a sé apostólica; ele ungiu a criança Alfred como rei, ordenando-o propriamente, recebeu-o como filho adotivo e o confirmou”. (Tradução Livre) *Asser's Life of King Alfred*. In: KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 69.

que a princípio não estava destinado a governar, mas que acabou por assumir o trono por conta de uma sucessão de mortes de seus irmãos.

Sobre a questão da sucessão na monarquia Anglo-Saxã, Hunter Blair afirma que embora seja adequado ressaltar o aspecto hereditário na escolha dos governantes de Wessex, o princípio da primogenitura não era necessariamente definidor no processo de sucessão⁵⁰. Nesse sentido, vários estudos de caso demonstram que por vezes não era um filho que sucedia ao pai, mas sim um irmão ou até mesmo sobrinho. Assim sendo, a sucessão não era automática. Trata-se de um processo que rememora os processos tardo-antigo de *electio* e *aclamatio*, na medida em que há uma busca constante por aprovação da sociedade política, mesmo que isso não se caracterize como uma prática institucionalizada. Como afirma Blair “there are a number of passages in Bede’s *History* which suggest that the reigning king himself designated his successor during his own lifetime”⁵¹.

De fato, o próprio Æthelwulf, pai de Alfred, havia dividido seu reino ainda em vida com seu segundo filho, demonstrando que se tratava de uma escolha que era feita ainda durante a vida do monarca reinante⁵². Obviamente ser filho do rei, ou ter berço na família real, era a qualificação mais importante na escolha de um sucessor, mesmo assim não existindo uma regra clara e pré-estabelecida para regular o processo sucessório. Assim sendo, não era obrigatório que o filho mais velho reinasse após o pai, não trata-se de um processo automático regulado pela lei da primogenitura. Mesmo assim, apesar de o filho mais novo não ser impedido de governar, era preciso que se provasse a capacidade de Alfred, uma vez que este não havia sido escolhido pelo pai para comandar Wessex. Dentro de sua prerrogativa de escolher seu sucessor Æthelwulf preteriu Alfred em relação a seu irmão mais velho, até pelo fato de ser apenas uma criança na época. A escolha de seu pai torna ainda mais premente a necessidade de sublimar o fato de que o rei dos Anglo-Saxões não fora o escolhido pelos meios legítimos da época para suceder ao trono. Por meios legítimos entende-se

⁵⁰ BLAIR, Peter Hunter. Op. Cit. p. 198.

⁵¹ “há um número de passagens na *Historia* de Bede que sugerem que o rei em exercício designou, ainda durante seu tempo de vida, seu sucessor”. (Tradução Livre) BLAIR, Peter Hunter. Op. Cit. p. 198.

⁵² Todavia, a partir da leitura de Asser, podemos compreender que Æthelbald agiu de maneira a coagir o pai a dividir o reino com ele, uma vez que teria pretendido impedir que Æthelwulf adentrasse ao reino após sua viagem à Roma em 855. Por ocasião da expedição em questão o pai tinha dividido o governo de Wessex em caráter temporário entre seus dois filhos mais velhos, sendo que o primogênito teria aberto mão dessa prerrogativa com o retorno do pai, ao contrário do que fez Æthelbald. KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 70, 235.

a designação do sucessor pelo rei atual ainda em vida, com a aprovação dos membros da sociedade política.

Após a morte de Æthelbald, irmão de Alfred, seus outros irmãos varões tornaram-se reis, por vezes governando em parceria, como logo após a morte de Æthelwulf. Em última instância, após o falecimento de todos os seus irmãos, é que o mais jovem dos filhos homens chega de fato ao poder. Estando o pai e antigo rei Æthelwulf morto, bem como seu sucessor designado, era preciso que o rei que viesse a assumir o trono buscasse legitimar-se frente ao reino, uma vez que não havia leis definidas para uma sucessão automática e a contestação por parte de opositores estava sempre a espreita.

A necessidade de concessão e de apoio mútuo estava muito presente, na medida em que os reinos anglo-saxões se organizavam de forma a rememorar as tradições romano-bárbaras que se estabeleceram na antiguidade tardia. Yorke aponta que

Anglo-Saxon kings may also have inherited facets of their power from British rulers who came to pre-eminence following Britain's separation from the Roman Empire in the early fifth century. The kingdom of Kent, for instance, preserves both the name and territory of a Roman *civitas*⁵³.

O conceito de *regnum* permanece atual nessa realidade, uma vez que este pode ser definido no contexto anglo-saxão como o exercício de poder efetivo dentro de uma *politi* delimitada. Mais ainda, trata-se de um poder exercido no âmbito de um reino de virtude, sob o governo de um rei cristão. Como aponta Frighetto, “la primera caracterización del *regnum* parece vincularlo con la adopción de la autoridad por parte del soberano, el *rex*, de aquel que tenía poderes políticos, militares e incluso religiosos sobre los grupos sociopolíticos nobiliarios ubicados en un espacio geográfico determinado”⁵⁴. Destarte, o conceito de *regnum* auxilia a compreensão da realidade de Alfred, na medida em que esta mantém tais características fundantes.

⁵³ “Reis anglo-saxões podem também ter herdado facetas de seu poder de governantes ‘britânicos’ que vieram à preeminência seguindo a separação da Britânia do império romano no início do século quinto. O reino de Kent, por exemplo, preserva tanto o nome quanto o território de uma *civitas* romana.” (Tradução Livre) YORKE, B. A. E. Kings and Kingship. In: LAPIDGE, Michael (ed.). Op. Cit. p. 271.

⁵⁴ FRIGHETTO, Renan. *De la barbarica gens hacia la christiana ciuilitas: la conception de regnum según el pensamiento político de Isidoro de Sevilla (siglo VII)*. In: Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”. Córdoba, año 7, n. 7, 2007. p. 213.

Além disso, torna mais urgente a necessidade de legitimação, dado o caráter eletivo da submissão dos anglo-saxões a Alfred, como será discutido mais adiante.

1.2 Anglo-Saxões e Vikings

Ao se estudar o reinado de Alfred é preciso levar em conta o contexto histórico em que este se insere, com destaque para questões regionais que moldaram a configuração política da Inglaterra no século IX, bem como a importância do elemento Viking, o qual é imprescindível para a compreensão do período alfrediano e de toda a iniciativa de formação e literacia gestada naquele momento. Nesse sentido, Keynes e Lapidge⁵⁵ apontam alguns elementos básicos para a compreensão da realidade em questão, a citar: a diminuição da importância do reino de Mércia no panorama político, sendo esta substituída por uma nova supremacia de Wessex e também as invasões Vikings, iniciadas no século anterior. Aliado a isso, outro fator distintivo dos séculos IX e X na Britânia a ser considerado é a emergência da monarquia em detrimento de outras formas de governo mais antigas e fragmentárias⁵⁶. Nesse sentido podemos apontar a própria organização clânica de outrora, que evoluiu para a consolidação da heptarquia, ou divisão da ilha em sete principais reinos que dominavam os demais e detinham maior influência no panorama político local, os quais muitas vezes alternavam em importância e autoridade uns sobre os outros⁵⁷.

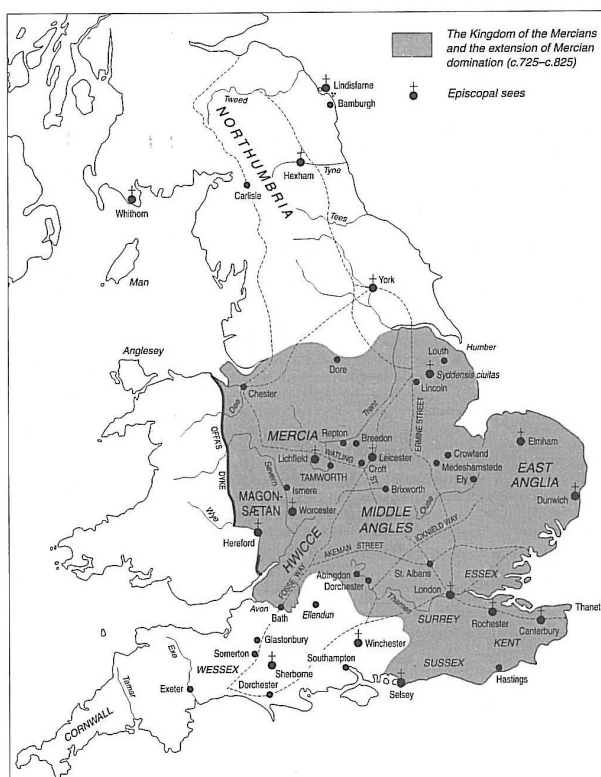
Durante o século VIII, Mércia e o reino Wessex, localizado mais ao sul, detinham o poder e a influência política na Britânia. O rei Offa (757-96) é um expoente no que diz respeito a essa era de supremacia dos mércios sobre diversos outros reinos, como Hwicce, Sussex, Kent, Anglia Oriental e outros. Offa inclusive mantinha contato próximo com Carlos Magno, de modo que a relação entre mércios e

⁵⁵ KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 11.

⁵⁶ BLAIR, Peter Hunter. Op. Cit. p. 68.

⁵⁷ “A noção de que a organização política na Inglaterra anglo-saxônica no início da Idade Média poderia ser formulada como uma ‘heptarquia’, compreendendo os sete reinos de Kent, Sussex, Wessex, Essex, Anglia Oriental, Mércia e Nortúmbria, parece ter surgido no início do século XII (Henry of Huntingdon, *Hist. Angl.* i. 4), como simplificação utilitária do esquema de Beda.” (Tradução Livre). KEYNES, Simon. *Heptarchy*. In: LAPIDGE, Michael; BLAIR, John; KEYNES, Simon e SCRAGG, Donald (Ed). Op. Cit. p. 233. Assim, trata-se de um esquema decorrente da divisão de povos apresentada por Beda mas criado a posterior como categoria de análise política.

francos se estreitou consideravelmente nesse período⁵⁸. Entretanto, apesar de toda a importância de Mércia, Wessex, no extremo sul, e Northumbria, ao norte, permaneciam como reinos independentes, não se submetendo ao jugo do vizinho poderoso. Wessex permanecia à sombra dos mércios, mas não havia sido subjugado ou dominado, mantendo sua constituição territorial e política como um reino autônomo.



Map 10 The Mercian Supremacy (c.800).

MAPA 3 – A supremacia mércia (séculos VIII e IX)

FONTE: LAPIDGE, Michael (ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Anglo-Saxon England*. Blackwell Publishing, 2000. p. 518.

Os sucessores de Offa não conseguiram manter o poder obtido por este, o que inclusive permite a Keynes afirmar que este rei, apesar de sua importância e de suas conquistas, “was no match for Charlemagne, and no model for Alfred the Great [...]. Offa was driven by a lust of power, not by a vision of English unity; and what he left was a reputation, not a legacy”⁵⁹. Trata-se de uma visão contemporânea e um tanto

⁵⁸ KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 11. Sobre este assunto vide também uma carta enviada da parte de Carlos Magno a Offa em CROSSLEY-HOLLAND, Kevin (tra). *The Anglo-Saxon World: an Anthology*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 189.

⁵⁹ “não podia ser equiparado a Carlos Magno e não era modelo para Alfred o Grande [...]. Offa era guiado por uma sede de poder, não por uma visão da unidade Inglesa; o que ele deixou foi uma

quanto nacionalista do tema, mas que se baseia na falta de fontes e documentos que apontem para a construção de um legado duradouro por parte de Offa, em termos culturais e sociais, em detrimento do que ocorreu com os reis de Wessex posteriormente. Assim sendo, em 825, com a Batalha de Ellindum, Egbert, então rei de Wessex (802-39) derrotou Beornwulf de Mércia, consolidando o processo de mudança do panorama das influências políticas na Britânia. A historiografia que versa acerca desta temática aponta tal encadeamento como crucial para a compreensão do papel de Wessex no século IX, especialmente no que se refere a uma defesa contra os ataques daneses e também a uma posterior unificação inglesa sob o neto de Alfred, o Grande.

Os reinos anteriormente submetidos à Mércia passaram então à tutela de Wessex. Quatro anos depois os próprios mércios foram conquistados por Egbert, e sua autoridade também se estendeu à distante Northumbria e aos belicosos vizinhos galeses⁶⁰. A importância dessas conquistas pode ser mensurada a partir de um incidente em específico; um cronista do oeste saxão (Wessex) no século IX coloca Egbert no patamar de *Bretwalda*. Egbert é assim tardiamente inserido nessa lista, sendo apontado como o oitavo *Bretwalda*. A este respeito é importante lembrar que a palavra *Bretwalda* em si, ou *Brytenwalda*, tem significado aproximado de “governante da Britânia”, o que indicaria que aqueles assim intitulados seriam reis cujo poder e importância se estendia além da fronteira de seus reinos. Entretanto é importantíssimo perceber que, tanto no caso de Bede quanto no caso do cronista do século IX, tal denominação foi muito mais fruto de uma reflexão e de uma escolha pessoal dos autores. Isso significa que nem os sete reis apontados por Bede e nem Egbert detinham necessariamente títulos oficiais de governantes gerais da Britânia, mas sim que os escritores dos períodos em questão os consideravam importantes o bastante para que se fizesse uma distinção destes com relação a outros reis, sendo eles detentores de uma destacada influência política⁶¹. Egbert foi creditado com o *Imperium*⁶² ou governo da Britânia muito provavelmente por conta das aspirações de

reputação e não um legado.” (Tradução Livre) KEYNES, Simon. *Offa*. In: LAPIDGE, Michael; BLAIR, John; KEYNES, Simon e SCRAGG, Donald (Ed). *The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England*. Oxford: Blackwell Publishing, 2001. p. 341.

⁶⁰ STENTON, Frank M. *Anglo-Saxon England*. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 232.

⁶¹ KEYNES, Simon. *Bretwalda or Brytenwalda*. In: LAPIDGE, Michael; BLAIR, John; KEYNES, Simon e SCRAGG, Donald (Ed).Op. Cit. p. 74.

⁶² (HE ii.5). KEYNES, Simon. *Bretwalda or Brytenwalda*. In: LAPIDGE, Michael; BLAIR, John; KEYNES, Simon e SCRAGG, Donald (Ed).Op. Cit. p. 74.

supremacia sobre outros reinos de que dispunham seus sucessores, dentre eles Alfred. Nota-se que Offa, por exemplo, não é citado, mesmo tendo sido um governante mércio extremamente influente, denotando a subjetividade na escolha do cronista em apenas acrescentar um nome à lista original de Bede.

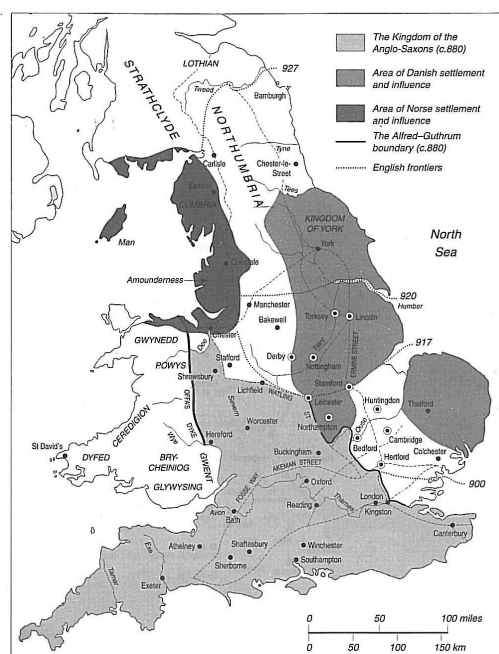
De todo modo, em 830 Wiglaf recuperou o território mércio, demonstrando que o poder político conquistado por Egbert não foi consolidado integralmente. Em realidade, não se sabe ao certo se tal recuperação se deu por força ou consentimento da parte de Wessex. De uma maneira ou de outra, já se apontava para uma alteração da ordem política na ilha, na qual os saxões do oeste passam a desempenhar um papel mais importante, mesmo que alternando períodos de supremacia da Inglaterra com outros reinos vizinhos e ainda reconhecendo-os como unidades distintas e separadas. Esse panorama começa a se alterar mais sensivelmente a partir de Alfred, momento em que Mércia passa a ter um *ealdorman* ao invés de um rei. Cabe aqui uma explicação do que seria um *ealdorman* e, mais especificamente, o que significava isso durante o reinado de Alfred. Esta foi uma terminologia que surgiu como a versão vernácula equivalente a vários títulos em latim, como *princeps*, *dux*, *comes*, *praefectus*. Ou seja, tratava-se de uma nomenclatura genérica usada para designar homens de grande importância que detinham autoridade, muitas vezes referindo-se a títulos quase reais.

Entretanto, o significado da palavra foi se alterando ao longo do tempo e, no período alfrediano, *ealdorman* era utilizado para definir líderes de condados individuais. Dessa forma, *ealdorman* era, assim como o termo *thegn*, utilizado amplamente tanto como caracterização de uma nobreza quanto de personagens de autoridade subordinados ao rei, de forma que o status dessas pessoas era principalmente bem definido no que se refere a uma inferioridade com relação a Alfred, por exemplo, que detinha o título real. Um bom exemplo disso seria o caso de Æthelred, senhor dos mércios, que governou concomitantemente a Alfred. Seu título era de *ealdorman* da Mércia, que deixara de possuir um rei, denotando um caráter subalterno de seu governante com relação a Alfred, rei do reino de Wessex, propriamente dizendo⁶³.

Antes de Alfred, o que se percebe é que os maiores reinos, especialmente Mércia e Wessex, mantinham alianças consolidadas por casamentos, um meio

⁶³ STAFFORD, Pauline. *Ealdorman*. In: LAPIDGE, Michael; BLAIR, John; KEYNES, Simon e SCRAGG, Donald (Ed).Op. Cit. p.152.

diplomático bastante usado em todo o medievo, e também no contexto em questão, para solidificar os consórcios entre as casas governantes. Isso continua acontecendo sob o governo de Alfred, como podemos perceber a partir do casamento de Æthelflæd, filha do rei, com Æthelred. Todavia tal união, na medida em que fortalece a ligação entre Mércia e Wessex, ainda sim é hierárquica, pois coloca um em posição inferior ao outro, sendo Wessex um reino de fato, ao passo que Mércia possui apenas um senhor, que está ligado por laços de casamento a Alfred.



Map 11 The Kingdom of the Anglo-Saxons (c.900).

MAPA 4 – A supremacia dos anglo-saxões de Wessex (séculos IX e X)

FONTE: LAPIDGE, Michael (ed.). Op. Cit. p. 519.

Ao mesmo tempo em que ocorriam essas mudanças, os nórdicos começaram a atacar a costa da Britânia, sendo então conhecidos como Vikings. Tais invasões contribuíram agudamente para manter e intensificar a importância de Wessex em detrimento dos outros reinos da Britânia do século IX, a citar Northumbria, Mércia e Anglia Oriental, uma vez que todos esses sofreram intensamente com a chegada dos escandinavos. Entretanto, para podermos nos utilizar da nomenclatura “Viking” sem incorrer em erros ou imprecisões é preciso primeiramente caracterizá-la adequadamente. De acordo com Keynes, “Viking” seria

a term of convenience applied indiscriminately by modern scholarship to the inhabitants of the Scandinavian countries (Denmark, Sweden, and Norway), before and after they achieved

separate or more distinctive identities, and to the men, women and children of Scandinavian extraction who at various times left their homelands in search of a better or more exciting life overseas (whether the Baltic, the North Sea, or the Atlantic Ocean)⁶⁴

Trata-se de uma nomenclatura bastante genérica, mas que tem em seu âmago a ideia de invasores indesejados, a qual se tornou bastante popular na Inglaterra medieval para caracterizar os piratas nórdicos. É digno de atenção o fato de que em alguns extratos de fonte do período, a palavra “Viking” pode ser encontrada com algumas significações diferentes, sendo uma delas quase sinônima ao termo “mercenário”⁶⁵. De qualquer maneira, em todos os casos a conotação dada ao termo é negativa, o que permite identificar a visão dos locais com relação a esse novo elemento que vem a se integrar na paisagem da ilha. Além dessa terminologia, os contemporâneos também utilizavam nomenclatura como “homens do norte”, “daneses” e “pagãos”⁶⁶.

De acordo com Stenton⁶⁷, ao final do século VIII havia três povos escandinavos distintos e singulares: os Swedes (suecos), os Norwegians (norrenos ou noruegueses) e os Danes (daneses, hoje em dia, dinamarqueses). Os primeiros teriam realizado uma expansão para o leste em tempos posteriores, no que hoje conhecemos como leste europeu. Já os noruegueses, por conta de suas poucas terras habitáveis e cultiváveis, teriam buscado novos territórios por mar, sendo os primeiros a terem chegado à costa da Britânia (786-809 em Portland e 793 no famoso ataque de Lindisfarne). Estes piratas tiveram a maior parte de suas atividades dirigidas ao norte, onde hoje se encontra a Irlanda e a Escócia. Por fim, os Daneses foram aqueles cujas invasões foram mais significativas em Mércia, Wessex e toda a parte sul da ilha.

⁶⁴ “um termo de conveniência aplicado indiscriminadamente por estudiosos modernos aos habitantes dos países escandinavos (Dinamarca, Suécia e Noruega), antes e depois de estes terem desenvolvido identidades mais distintas, e aos homens, mulheres e crianças de descendência escandinava que, em diferentes momentos, deixaram sua terra natal em busca de uma melhor ou mais excitante vida em além-mar (quer seja no Báltico, no Mar do Norte ou no Oceano Atlântico)” (Tradução Livre) KEYNES, Simon. *Vikings*. In: LAPIDGE, Michael; BLAIR, John; KEYNES, Simon e SCRAGG, Donald (Ed). Op. Cit. p. 460.

⁶⁵ Idem p. 460.

⁶⁶ Em inglês encontramos tanto os termos “pagans” quanto “heathens”, sendo que este último traz consigo uma conotação mais pejorativa. Entretanto em português permanecerá apenas o termo pagão, uma vez que não conseguimos adequar a palavra “heathen” a outra mais apropriada em português, sendo que as nomenclaturas “infiel”, “gentio” e “idôlatra” não se conformam bem ao nosso contexto. Assim, quando necessário, far-se-á uma distinção dos termos em inglês entre colchetes após a palavra “pagão”.

⁶⁷ STENTON, Frank M. Op. Cit. p. 239.

Contudo, seria um equívoco pensar que as únicas atividades dos nórdicos eram hostis, segundo nos aponta Hunter Blair⁶⁸. De acordo com o autor, não havia um isolamento dos povos escandinavos com relação à Britânia e ao continente em geral. Se os escandinavos tinham desenvolvido as habilidades náuticas necessárias para tantos ataques que desferiam contra a população costeira da Inglaterra medieval também utilizaram essa mesma habilidade para estabelecer outros tipos de relação com as populações autóctones. Assim, os nórdicos também realizavam comércio e mantinham relações diplomáticas com Carlos Magno e Luís, o Pio⁶⁹, por exemplo. A esse respeito, Stenton destaca a existência de reis e dinastias entre os daneses, de maneira que estes não eram somente um grupo de tribos independentes as quais compartilhavam apenas um nome⁷⁰. O autor cita o caso de Horik (825-54), governante danês que teria desencorajado a pirataria e respeitado a fronteira franca, estabelecendo relações mais amigáveis com outros povos do continente. Isso demonstra também que este possuía um tipo de influência que se estendia por seu povo além de uma organização tribal rudimentar. Entretanto com a sua morte não haveria mais quem pudesse tentar controlar as invasões e saques em favor das boas relações diplomáticas com francos e também na Britânia.

Autores do século XII e XIII atribuíam as migrações norueguesas, especificamente, a questões relacionadas ao poder central entre os nórdicos. Harold Fairhair teria sido um dos primeiros a centralizar o poder de forma mais marcante entre os norrenos, mas apontou-se durante muito tempo que a não aceitação de parcelas da população com relação a este governante os levava a realizar os movimentos migratórios, deixando sua terra natal⁷¹. Ou seja, historiadores medievais islandeses buscavam associar as migrações a um espírito de independência e insubmissão política dos noruegueses. Entretanto, Hunter Blair afirma que tais movimentos teriam suas origens mesmo antes do governo de Fairhair, sendo que tão ou mais determinantes que os desenvolvimentos políticos internos foram as próprias condições de vida na Noruega, uma vez que era bastante difícil ganhar a vida lá a não ser através do mar⁷².

⁶⁸ BLAIR, Peter Hunter. Op. Cit. p. 55-6.

⁶⁹ STENTON, Frank M. Op. Cit. p. 240.

⁷⁰ Idem. p. 241.

⁷¹ BLAIR, Peter Hunter. Op. Cit. p. 61-2.

⁷² Idem.

A partir dos anos 830, a presença dos invasores Vikings começou a ser sentida mais sensivelmente no sul da Britânia, mas os ataques já tinham se iniciado de fato no século anterior, com incursões mais esparsas. Até o século IX os ataques eram mais concentrados na região norte, tendo 793 como o marco oficial do primeiro saque ao mosteiro de Lindisfarne, em Northumbria. As *Crônicas Anglo-Saxônicas* relataram tal fato de maneira bastante intensa, como se pode ver neste extrato:

Here terrible portents came about over the land of Northumbria, and miserably frightened the people: these were immense flashes of lightning, y dragons were seen flying in the air. A great famine immediately followed these signs; and a little after that in the same year on 8 January⁷³ the raiding of heathen men miserably devastated God's church in Lindisfarne island by looting and slaughter⁷⁴

Swanton aponta que possivelmente os dragões mencionados, em outra versão do manuscrito descritos como dragões de fogo, fossem os cometas muitas vezes interpretados como sinais de desastre, seguindo o que havia comentado Bede a respeito do assunto, provavelmente reproduzindo a informação de Isidoro (*Etymologiae*, III, 16-17) a este respeito⁷⁵. Dessa maneira, percebe-se uma associação entre as invasões e outras calamidades, de forma que em alguns casos se percebiam as investidas hostis dos vikings como ações punitivas por conta de uma possível conduta pecaminosa.

O ataque a Lindisfarne não foi o único; houve outras incursões vikings no mesmo período, no entanto, de acordo com Wormald⁷⁶, até 835 as fontes pouco mencionam tal assunto. A partir daí se tornam mais frequentes as referências aos daneses, especialmente, pois este povo é o que acabou por concentrar a maior parte de suas incursões à região sul da ilha.

⁷³ Essa data é apontada por Michael Swanton como um possível erro na cópia do manuscrito, já que os anais de Lindisfarne registram a data de 8 de junho. Esta teoria é corroborada pelo fato de que junho seria um período no qual os mares estariam mais navegáveis, e por isso seria a época do ano em que a maioria das incursões vikings acontecia. SWANTON, Michael (Trad/Ed). *The Anglo-Saxon Chronicles*. London: Phoenix Press, 2000. p. 57.

⁷⁴ “Então terríveis acontecimentos se abateram sobre a terra da Northumbria e aterrorizaram miseravelmente a população: esses foram imensos flashes de luz [raios] e dragões foram vistos voando no ar. Uma grande fome sucedeu imediatamente esses sinais a pouco depois disso, ainda no mesmo ano em 8 de janeiro, a invasão dos homens pagãos devastou miseravelmente igreja de Deus na ilha de Lindisfarne pelo saque e matança” (Tradução Livre) Ibidem. p. 55, 57.

⁷⁵ Ibidem. p. 54, 83, 121.

⁷⁶ WORMALD, Patrick. *The Ninth Century*. In: CAMPBELL, James. Op. Cit. p. 132.

Na medida em que os nórdicos, especialmente os Daneses, voltavam suas incursões mais para o sul também começaram a modificar a natureza de suas atividades, passando a permanecer na Britânia durante o inverno em bases costeiras que, mais tarde, tornaram-se assentamentos. A década de 50 do século IX caracterizou-se por ser uma época de invasões de grandes exércitos Vikings, que já tencionavam estabelecer-se mais permanentemente na ilha. Antes disso, eram aplicadas o que se chamou de “hit-and-run tactics”⁷⁷, ou seja, táticas de ataque extremamente rápidas, pegando as vítimas desprevenidas em regiões costeiras, realizando o saque e partindo logo em seguida. Este tipo de incursão era realizada por grupos menores, diferentes dos massivos exércitos que vieram mais tarde, como o chamado Great Army (*micel here*)⁷⁸ de 865, o qual causou grandes problemas, especialmente na região da Northumbria, subjugada em 867, seguida de Anglia Oriental (869) e considerável parte da Mércia (874-7).

A respeito dos Vikings, é importante ressaltar novamente que suas relações com os Anglo-Saxões não eram apenas hostis, sendo que existia comércio entre eles mesmo no período de intensificação dos ataques e invasões. Havia uma distinção feita entre os “traders” (comerciantes) e “raiders” (piratas), apontando para o fato de as relações comerciais não terem sido totalmente abolidas durante o período dos ataques, muito embora tivessem seu fluxo diminuído. Havia de fato mercadores profissionais e também piratas profissionais entre os escandinavos, mas muitos dos daneses ganhavam a vida com uma combinação das duas atividades, o que fez com que não apreciassem a extrema cautela com que mais tarde Alfred aprendeu a tratar os comerciantes nórdicos⁷⁹.

Geralmente coloca-se que a falta de uma autoridade central forte e pouca oposição encorajaram a pirataria e pilhagem por parte dos escandinavos, além da dificuldade em sustentarem-se no clima difícil da região nórdica. O sucesso de tais ataques passa, necessariamente, pelo fato de os habitantes da Britânia encontrarem-se completamente despreparados para um possível ataque marítimo. Os Anglo-Saxões pareciam ter abandonado a navegação após terem se estabelecido e vencido os britônicos (galeses) séculos antes quando chegaram na Britânia, o que é evidenciado pela falta de navios de guerra quando da chegada dos Vikings. Outro fator que aponta

⁷⁷ KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 13.

⁷⁸ WORMALD, Patrick. Op. Cit. p. 135. e BLAIR, Peter Hunter. Op. Cit. p. 69.

⁷⁹ KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 12, 210.

para tal conclusão é a existência de muitos mosteiros e comunidades religiosas, sabidamente detentoras de riquezas, em ilhas e regiões costeiras, sem qualquer proteção militar⁸⁰.

A defesa contra os vikings era extremamente difícil e se acentuava ainda mais pelo despreparo dos anglo-saxões. Isso, devido aos invasores poderem desembarcar rapidamente centenas de combatentes, de forma que organizar uma resistência tão rápido era uma tarefa árdua, especialmente porque exigia uma cooperação entre todos os homens livres da região atacada. A responsabilidade pelos conquistadores, a partir do momento em que estes estavam em terra, era do *ealdorman*⁸¹ local e sua milícia, que se encontravam desorganizados e muitas vezes não querendo cooperar para com a defesa, tendo em vista apenas seu bem-estar imediato⁸². Foi apenas com Alfred que se organizou um sistema mais ordenado de defesa contra os Vikings.

Tais ataques se intensificaram a partir da segunda metade do século IX, sendo que começaram a desembarcar na Britânia hostes danesas compostas, especialmente por volta de 865, incluído líderes e comandantes de renome, como Ivar Boneless (Ivar Sem Ossos) e Halfdan, ambos filhos de Ragnar Lothbrok⁸³. Isso denota a gravidade do problema das incursões de maneira que não mais se podia colocar toda a responsabilidade de defesa apenas sobre o *ealdorman* do condado ameaçado. A partir do momento em que prestigiados chefes nórdicos começam a trazer sua influência pessoal para a Inglaterra e consigo exércitos cada vez maiores, além de hostes completas, incluindo planos para se estabelecerem, faz-se presente a necessidade de criar uma outra forma de lidar com as incursões. De fato, em 870, um ano antes de Alfred assumir o trono, foi desferido o primeiro grande ataque contra Wessex, sendo este um dos graves problemas com os quais se deparou Alfred ao se tornar rei e que acabou por exigir um esforço não só militar mas também intelectual para unir os povos da ilha em defesa contra o novo elemento hostil que começava a ganhar, ou talvez possamos dizer tomar o espaço dos anglo-saxões.

⁸⁰ BLAIR, Peter Hunter. Op. Cit. p. 63.

⁸¹ Que era basicamente o levy, ou seja, um grupo de camponeses não treinados que formava a milícia de defesa do *ealdorman*.

⁸² STENTON, Frank M. Op. Cit. p. 243.

⁸³ Idem. p. 246.

CAPÍTULO 2

Antes de nos debruçarmos mais atentamente aos questionamentos levantados pela fonte acerca do contexto histórico, é preciso fazer uma breve análise externa do material que elencamos para estudo. A versão alfrediana da *Consolatione* é um dos textos apontados como tendo sido produzidos no âmbito do que convencionamos chamar de período alfrediano. Entretanto, a forma como conceituamos tal recorte espaço-temporal difere sensivelmente daquela aplicada mais comumente pela historiografia. Por vezes se utiliza a denominação “período alfrediano” para delimitar o tempo de reinado do próprio Alfred, ou seja, de 871 até 899. No entanto é preciso salientar que, assim como Elton Medeiros, consideramos que o período alfrediano não se restringe apenas ao reinado de Alfred; ele se inicia sim com sua ascensão ao poder, mas vai findar-se apenas no século XI, com a nova inflexão de nórdicos, dessa vez os normandos, na Inglaterra. Medeiros clarifica:

Segundo nossa definição, o *período alfrediano* acaba por abranger três aspectos fundamentais: a) a retomada dos territórios ocupados pelos invasores escandinavos e a consolidação do poder de Wessex sobre toda a Inglaterra, b) a reorganização social anglo-saxônica, especificamente da aristocracia que foi fragmentada durante os anos de ataques vikings e c) a reorganização espiritual cristã do mundo eclesiástico e laico, que também havia passado por um período de crise⁸⁴.

Esta definição de período alfrediano se fortalece uma vez que está abalizada por marcos de mudanças sócio-políticas na Inglaterra. No início, observamos o reinado de Alfred, no qual a ilha começa a se unificar lentamente sob o domínio de Wessex, tanto política quanto culturalmente. Assim, a nova organização permanece até o século XI, período em que a reforma papal⁸⁵ e as novas incursões deflagram e acentuam uma nova fragilidade política que leva à transformação da ordem vigente até então. Dessa forma, entendemos que Alfred iniciou um processo que se estendeu ao governo de seus sucessores e marcou, por exemplo, uma nova valorização da

⁸⁴ MEDEIROS, Elton O. S. *Alfred o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: a construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica*. In: COSTA, Ricardo da (coord.). *Mirabilia 13 – As relações entre História e Literatura no mundo Antigo e Medieval*. 2011. p. 138

⁸⁵ Para mais informações sobre o assunto vide: RUST, Leandro Duarte. *A reforma papal (1050-1150): trajetórias e críticas de uma história*. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

literacia, o que, por sua vez, levou a uma profusão de fontes literárias que estão hoje disponíveis para os historiadores.

Assim sendo, a Consolação da Filosofia, originalmente escrita por Boécio em latim no século VI, foi traduzida para o inglês antigo no momento em que ocorriam essas transformações que levaram ao processo de unificação da Inglaterra. Sua datação não é exata, mas a existência do manuscrito Cotton, produzido no século X, demonstra que essa versão está ainda bem circunscrita ao período alfrediano. Especialmente se lembrarmos que o manuscrito Cotton é uma versão do texto que vemos reproduzido no manuscrito Bodley, cuja cópia remanescente é do século XII. Além disso, o próprio prefácio do texto no qual se infere a autoria do texto por Alfred dá conta de situar o manuscrito em um contexto de busca por sabedoria e aperfeiçoamento⁸⁶.

A organização do texto segue o formato da obra original, na qual observamos diálogos entre a Mente (personagem de Boécio que é renomeado na versão alfrediana) e a Sabedoria (que vem a substituir a Filosofia), que por vezes vem ao encontro de seu interlocutor acompanhada pela Razão. Em face a um rei cruel, Boécio teria sido injustiçado e por isso lastimava seus infortúnios, ao que é consolado por Sabedoria e seus ensinamentos.

O formato de diálogos e a temática em si não são estranhos ao momento e se aproximam bastante de outro texto produzido no mesmo contexto, a versão alfrediana dos Solilóquios de Santo Agostinho. Este trata-se de um diálogo do interlocutor consigo mesmo acerca da autoeducação através da razão⁸⁷. Ora, ambos os textos surgem em um momento em que a ideia de aperfeiçoamento se encontra muito forte, tendo em vista o “projeto” alfrediano. Os diálogos são uma forma didática e simples

⁸⁶ Tal contexto pode ser evidenciado, por exemplo, no prefácio da versão alfrediana da *Cura Pastoralis*, como se observa a seguir; “I [Alfred] wondered exceedingly why the good, wise men who were formerly found throughout England and had thoroughly studied all those books, did not wish to translate any part of them into their own language [...] When I recalled how knowledge of Latin had previously decayed throughout England, and yet many could still read things written in English, I then began, amidst the various and multifarious afflictions of this kingdom, to translate into English the book which in Latin is called *Pastoralis*.” “Eu [Alfred] questioneei excessivamente por que os homens bons e sábios que eram anteriormente encontrados em toda a Inglaterra e tinham cuidadosamente estudado todos esses livros, não quiseram traduzir qualquer parte deles em sua própria língua [...] Quando eu recordei como o conhecimento do latim tinha previamente se deteriorado por toda a Inglaterra, mas ainda muitos podiam ler coisas escritas em Inglês, eu então comecei, em meio às várias e múltiplas aflições deste reino, a traduzir para o Inglês o livro que em latim é chamado *Pastoralis*.” (Livre Tradução) *From the translation of Gregory's Pastoral Care*. Apud. KEYNES, Simon and LAPIDGE, Michael. Op. Cit. pp. 125 – 126.

⁸⁷ A esse respeito, vide NODARI, Paulo César. *A busca de Deus nos Solilóquios de Santo Agostinho*. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 150-168, jan./jun. 2011. p. 150-168.

de bem expor um argumento, de forma a encadear logicamente questionamentos que são respondidos pouco a pouco, introduzindo o assunto a partir das noções mais comuns, levando a uma discussão aprofundada na medida em que os argumentos e as perguntas se desenvolvem. No caso dos textos mencionados, trata-se de uma exposição que permite o bom desenvolvimento dos pontos apresentados a partir de questionamentos cotidianos sobre o divino e sua relação com o mundo temporal. A escolha por tal tipo de texto permite a criação de uma argumentação filosófica e religiosa ancorada em expectativas cotidianas, clarificando o entendimento de questões consideradas importantes pelo autor. Além disso, trata-se de um formato já utilizado por autores que influenciaram as tradições alfredianas, como o próprio Platão, Cícero, Gregório Magno, dentre outros.

A tradução de obras já reconhecidas da Patrística cristã, elemento fundamental para compreensão do “renascimento” cultural espiritual anglo-saxônico, nos apontam para uma busca por legitimidade da palavra, na medida em que recorre a fórmulas antigas e consagradas para dar voz a questionamentos presentes. A busca por uma cristalização de valores e normatização da cultura a partir da produção de discursos autorizados se faz presente, apoiando a construção de uma legitimidade pautada no providencialismo religioso, nas tradições romano-cristãs e busca de aperfeiçoamento por meio das virtudes do ser, ou seja, as virtudes cristãs. As temáticas dos textos escolhidos para tradução, bem como sua forma, evidenciam as questões que se pretendia debater e também qual o ponto de vista oficial que se pretendia divulgar. Textos que versam acerca da sabedoria e do aperfeiçoamento casam muito bem com a propaganda régia feita na biografia de Alfred, segundo a qual ele seria o mais apto dos irmãos a governar pela nobilitude de sua mente. Tudo isso é expresso em textos que não necessariamente versam acerca da prática real como tema central, mas que agregam valor a esse debate pela forma como trabalham questões tangenciais a tal argumento.

2.1 O poder das analogias

Seguindo os mestres da Patrística cristã e a própria organização original do texto de Boécio, observa-se na versão alfrediana da *Consolatione* a importância dada a analogias no processo de elucidar um argumento ou explicar uma questão. Em determinado momento do texto, Sabedoria se dirige à Mente quando inquirida a

respeito dos acasos em relação à providência divina, dizendo: “I want to teach you by analogies as I did all the way”⁸⁸. De fato, todo o livro é organizado de forma que ocorre um diálogo entre a Mente e Sabedoria e, seja nos momentos de diálogo ou seja nos momentos de canção dessa última, é recorrente a retomada de analogias e metáforas para a explicação de acontecimentos ou encadeamentos. Algumas das mais recorrentes dizem respeito à natureza, uma vez que essa é uma criação de Deus, a qual segue exatamente os desígnios divinos por se comportar de acordo com aquilo que espera o criador. Por não ter livre arbítrio, os animais, as plantas, os astros e demais criações de Deus (excetuando-se os homens e os anjos) são servos, que fazem aquilo que deles é esperado. Assim, permitem dar a ver um pouco dos caminhos traçados por Deus e a forma como Ele concebe a ordenação das coisas.

A natureza é recorrentemente citada como modelo das ações humanas, sendo esta uma criação do pai supremo. Isso fica bem exemplificado pela metáfora do riacho, o qual pode ter pedras e curvas, mas segue seu percurso predestinado pela vontade de Deus⁸⁹, assim demonstrando como funcionaria a providência divina com relação ao destino dos homens, assunto que exploraremos com mais vagar adiante. Deus é caracterizado como o todo poderoso, de modo que todos o servem, mesmo aqueles que disso não tem consciência ou que Nele não creem⁹⁰, incluindo os seres da natureza, sejam eles racionais ou não.

As metáforas e analogias têm um objetivo claro e simples, o de fazer ver através de situações e argumentos conhecidos aquilo que ainda se desconhece ou não se compreende por completo. Por conseguinte, a lógica inerente a esse processo de argumentação é utilizada não apenas internamente no texto, mas também de forma a criar analogias com fatores externos, contextuais, que aproximem os ensinamentos presentes na obra ao vivido, aquilo que se faz importante para os atores sociais da época; segundo Discenza “the Boethius melds late-antiquity and Christian Latin discourses with Anglo-Saxon elements. Thus Alfred’s translations bridges three cultures, linking the two higher in prestige with the one most familiar to his readers”⁹¹. O primeiro exemplo que podemos elencar é a própria criação da

⁸⁸ “Eu quero ensina-lo por analogias, como fiz durante todo o caminho” (Tradução Livre) *OEB* p. 90.

⁸⁹ *Idem* p.9.

⁹⁰ *Idem* p. 31.

⁹¹ “o texto mescla discursos da antiguidade tardia e discursos latinos cristãos com elementos anglo-saxões. Assim as traduções de Alfred fazem uma ponte entre três culturas, a qual liga as duas maiores em prestígio com a mais familiar aos seus leitores” (Livre Tradução) *DISCENZA*, Nicole Guenther. *Op. Cit.* p. 87.

personagem Sabedoria, que vem a substituir a senhora Filosofia, interlocutora inicial de Boécio. Quando a versão alfrediana realiza tal transição é notável que a personificação da sabedoria é masculina e não feminina, como a original filosofia. Se, por um lado, isso tem uma estreita correlação com o próprio histórico da virtude da sabedoria, também faz referência a todos aqueles que já foram considerados homens sábios e exemplos a serem seguidos, como é o caso de Salomão, figura recorrente nos textos da época. Tal referência, corroborada em muitas passagens do texto que remetem a homens sábios, leva a uma identificação daquele homem que busca aperfeiçoar-se e por isso se aproxima de Deus e seus desígnios. Cria-se assim um arquétipo de homem bom, o qual encaixa-se perfeitamente com a descrição de Alfred em sua biografia régia, por exemplo⁹².

Da mesma maneira, aproximações entre as situações descritas na *Consolatione* e o contexto vivido pelos anglo-saxões facilitam o entendimento das temáticas apresentadas, uma vez que espelham as expectativas dos leitores. Canta a sabedoria:

O in what bottomless pit the mind suffers when the turbulence of this world rages around it, if it then forgets its own light, that is eternal bliss, and presses on into the alien darkness, that is the sorrows of the world, as this Mind does now, now it knows nothing but grief⁹³

Tal referencia às turbulências do mundo faz um excelente e conveniente eco às tribulações pelas quais passava a Inglaterra anglo-saxônica, que já vinha sofrendo desde o início do reinado de Alfred com as incursões vikings. Se as estimativas dos anglo-saxonistas a respeito da datação da *Consolatione* estão corretas, ela teria sido produzida a partir dos anos finais do reinado de Alfred (década do 890), momento em que as guerras com os nórdicos começavam a cessar na medida em que os planos de defesa do rei de Wessex se consolidavam, mas que ainda trazia muito vivo na memória as turbulências causadas pelas incursões e pelos assentamentos vikings, que agora se pretendiam de fato permanentes.

⁹² Sobre esse assunto vide PEREIRA, Monah N. *Warfare and wisdom – as bases legitimadoras da monarquia anglo-saxã sob Alfredo, o Grande (871-899)*. Monografia de conclusão de curso.

⁹³ “em que poço profundo sofre a mente quando a turbulência desse mundo revolve ao seu redor, se então se esquece de sua própria luz, que é o eterno êxtase, e se lança em uma escuridão estranha, que são as dores deste mundo, como a Mente o faz agora, agora esta não conhece nada a não ser pesar.”(Tradução Livre) *OEB*. p. 6.

A referência que se faz ao papel da Mente na obra é também reverberada na missão que a ela é dada pela Sabedoria: a de instruir e levar seu conhecimento às pessoas na terra, que sofrem com as aflições mundanas e tem dificuldade de enxergar a verdade de todas as coisas. Discorre a sabedoria: “So I would wish, Mind, that you came up to us [Wisdom and Reason] if you wished, on condition that you afterwards with us are willing to seek the earth for the sake of good people”⁹⁴. A missão da mente é, assim, um espelho da missão do próprio governante, que se transfigura na personagem principal, a qual busca compreensão das coisas deste mundo com relação a Deus, de forma a melhor compreender seus desígnios. Payne aponta que “Alfred’s alteration of the names [Philosophy to Wisdom] redefines the boundaries of the dialogue [...] he represents in the figure of the mentor an idea as central to his own thinking and experience as the figure of Philosophy is to Boethius”⁹⁵.

A organização do texto, de forma a expor assuntos simples que vão gradativamente se transformando em mais complexos na medida em que avança o diálogo, é também explicitada pela Sabedoria ao explicar à Mente que é preciso que haja uma preparação gradual para que as pessoas possam receber o conhecimento. A analogia dessa vez é com o campo, que precisa estar maturado o suficiente para receber as sementes de forma que essas gerem frutos⁹⁶. De nada adiantaria semear a terra árida do inverno, e por isso é preciso que haja a preparação para o recebimento do conhecimento. A tradução de obras da Patrística cristã no período alfrediano tem justamente essa conotação, a de selecionar os conhecimentos que se julgam importantes de serem perpetrados, bem como a forma como isso é feito, de modo que haja um melhor entendimento por parte daqueles que recebem tal discurso.

Entretanto, dentre todas as analogias internas e externas que se podem observar no texto a mais pungente é a que faz referência à hierarquia e ao papel daquele que governa. Assim, o mundo terreno seria uma sombra daquele mundo celeste, da vida eterna onde se podem encontrar as verdadeiras felicidades [felicities], como explica a Sabedoria: “But I can easily explain to you by an analogy, so that you

⁹⁴ “Então eu desejaria, Mente, que você viesse a nós [Sabedoria e Razão] se assim o desejar, com a condição que depois junto conosco estivesse disposta buscar a terra para o bem das boas pessoas. (Tradução Livre) OEB. p. 12.

⁹⁵ A alteração dos nomes [Filosofia para Sabedoria] feita por Alfred redefine os limites do diálogo [...] ele representa na figura do tutor uma ideia tão central para seu próprio pensamento e experiência como a figura de Filosofia é para Boécio.” (Livre Tradução) PAYNE, F. Anne. *King Alfred & Boethius: An Analysis of the Old English Version of the Consolation of Philosophy*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1968. p. 110.

⁹⁶ OEB. p. 8.

can clearly enough understand that this present life is very like a shadow, and in that shadow no one can attain the true felicities”⁹⁷. A vida terrena seria quase que uma sombra, à moda do pensamento de Platão⁹⁸, na qual se observa uma semelhança com a ordenação da vida eterna, mas não em igual magnitude. Entretanto, tal posição não é apresentada de modo fatalista, mas sim enfatizando que podemos nos aproximar das verdadeiras felicidades ao nos aproximarmos de Deus, por meio do aperfeiçoamento. Essa visão, também coincidente com o que expõe Agostinho em seu *Cidade de Deus*⁹⁹ e em *Soliloquios*¹⁰⁰, aponta para uma identificação entre a hierarquia celeste e a terrena, sempre tendo em mente que esta última possuía uma qualidade inferior à primeira, mas a ela se assemelhava em seu ordenamento.

Destarte, o objetivo a ser atingido pelos homens não é completamente alcançável neste mundo, mas sim no próximo, uma vez que lá residem as reais glórias e alegrias. O papel dos homens bons seria o de procurar estar o mais próximo possível de Deus, agindo de acordo com seus desígnios e cumprindo seu papel no mundo terreno. Assim, “the sole ruler has so embraced and drawn and instructed all his creatures with his rein”¹⁰¹, ou seja, Deus instruiu e guiou suas criaturas, assim como os reis o fazem em seus reinos uma vez que a própria caracterização dada a Deus, como frequentemente observamos em fontes medievais é a de “king over kings”, ou rei dos reis¹⁰². A metáfora do capitão do barco que guia sua tripulação através da turbulência é utilizada na *Consolatione* para caracterizar Deus¹⁰³, ao passo que na *Asser’s Life* esta é igualmente empregada para caracterizar o próprio Alfred.

King Alfred has been transfixed by the nails of many tribulations, even though he is invested with royal authority: from his twentieth year until his forty-fifth (which is now in course) he has been plagued continually with the savage attacks of some unknown disease, such that he does not have even a single hour of peace in which he does not either suffer from the disease itself or else, gloomily dreading it, is not driven almost to despair. Moreover, he

⁹⁷ “Mas eu posso facilmente explicar-lhe por analogia, para que você possa entender de forma suficientemente clara que essa vida presente é como uma sombra, e nessa sombra ninguém consegue atingir as verdadeiras felicidades”. (Tradução Livre) *OEB*. p. 41.

⁹⁸ “a moving image of eternity.” “uma imagem em movimento da eternidade” (Livre Tradução) *Platão* Apud PAYNE, F. Anne. Op. Cit. p. 15.

⁹⁹ SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Ed. Calouste Gulbenkian, 2011.

¹⁰⁰ CARNICELLI, Thomas. *King Alfred’s Version of St. Augustine’s Soliloquies*.

¹⁰¹ “O único governante abraçou e guiou e instruiu todas as suas criaturas com suas rédeas” (Tradução Livre) *OEB*. p. 32.

¹⁰² Idem. p. 68.

¹⁰³ Idem. p. 62.

was perturbed – not without good reason – by the relentless attacks of foreign peoples, which he continually sustained from land and sea without any interval of peace [...] Yet once he had taken over the helm of his kingdom, he alone, sustained by divine assistance, struggled like an excellent pilot to guide his ship laden with much wealth to the desired and safe heaven of his homeland, even though all his sailors were virtually exhausted.¹⁰⁴

Assim o papel de Deus está para o rei assim como o mundo celeste está para o terreno, tendo em mente que a hierarquia coloca o primeiro sempre acima do segundo, uma vez que é Deus o criador de todas as coisas, sejam elas eternas ou terrenas. Ao falar de Deus, a *Consolatione* o trata por rei, denotando sensivelmente a aproximação dessas duas figuras em termos de sua função. Discorre a Sabedoria em canção: “If that one stable king did not stabilise all creatures, then they would become dissolved and scattered and come to nothing”¹⁰⁵. Dentro de suas funções o rei teria então uma função de organização e controle daqueles sob seu domínio, sendo essa inclusive uma ferramenta utilizada por Deus para depor os maus que buscam dominar o mundo. Ao discorrer sobre providência e destino [*wyrð*], Sabedoria aponta que “often also power over this world comes to very good people so that the power of the wicked may be overthrown”¹⁰⁶. Está posto o papel do bom governante, que se utiliza de seu poder e sabedoria para fazer o bem e é, por consequência, um instrumento do divino. De fato, esta seria a própria definição de bom governante: aquele que possui as virtudes cristãs e, em especial, a sabedoria, de forma a governar de acordo com os desígnios divinos. Sabedoria esta que seria adquirida através do aperfeiçoamento, ponto focal do reinado de Alfred.

Tal concepção se torna ainda mais evidente uma vez que a Sabedoria não *procura os tolos, mas sim aqueles que se dispõe a ouvi-la, ou seja, aqueles que*

¹⁰⁴ “Rei Alfred foi assolado por muitas tribulações, mesmo ele sendo investido com autoridade real: do seu vigésimo até o quadragésimo quinto ano de vida (que agora está em curso) ele tem sido atormentado continuamente com os ataques selvagens de uma doença desconhecida, de forma que não tem uma única hora de paz em que não sofra da doença em si ou se não, melancolicamente temendo-a, não é levado quase ao desespero. Ademais, ele era perturbado – e não sem bom motivo – pelos ataques incessantes dos povos estrangeiros, de que ele continuamente se defendeu por terra e mar sem nenhum intervalo de paz [...] No entanto, uma vez que tomou o leme de seu reino, ele sozinho, sustentado pela assistência divina, lutou como um excelente piloto para guiar seu navio carregado com muita prosperidade até o refúgio desejado e seguro de sua terra natal, apesar de todos os seus marinheiros estarem virtualmente exaustos” (Tradução Livre) *Asser's Life of King Alfred*. In: KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 101.

¹⁰⁵ “Se aquele rei estável não estabilizasse todas as criaturas então elas se tornariam esparsas e dissolvidas e resultariam em nada”. (Tradução Livre) *OEB*. p. 87.

¹⁰⁶ “Frequentemente também o poder do mundo terreno vem para pessoas muito boas, de forma que o poder dos perversos possa ser derrubado.” (Tradução Livre) Idem. p. 85.

buscam o aperfeiçoamento e o caminho reto; Sabedoria afirma: “I never speak to them [foolish men], but I speak to you, for you intend to seek after me and toil more on the track then they do”¹⁰⁷. A Sabedoria revela-se e ensina aqueles que são dignos e que estão prontos para recebe-la. Nesse caso especificamente estamos falando de Boécio, que acaba por ser despersonalizado ao se transformar em Mente na versão alfrediana. Godden esclarece tal identificação, afirmando que

If Boethius the author splits himself, as it were, between Philosophy and a representation of himself which we might call Boethius the prisoner, Alfred then introduces himself as a third party engaged in a dialogue with Boethius the author, speaking at times through the first speaker, Wisdom, and at times through the second, called ‘Boetius’ or Mod.¹⁰⁸

Tal modificação não é apenas cosmética, mas ajuda a aproximar a figura da Mente com a do próprio rei que é tido como o autor da tradução. Alfred, sendo aquele que selecionou e traduziu esse texto, está assim buscando a sabedoria, se demonstrando digno da mesma e, em última instância, digno de seu posto.

Destacamos ainda a famosa passagem do capítulo 17 em que é feita uma referência às três ordens, imortalizadas em tempos posteriores nas palavras de Adalberon de Laon, mas que já se apresentavam anunciadas no contexto em questão, ao se discutir os instrumentos para o bom governo de um rei.

Truly you know that no-one can show any skill, or exercise or control any power, without tools and material. The material of any skill is that without which one cannot exercise that skill. Then the material for a king and his tools for ruling with are that he has his land fully manned. He must have prayer-men and army-men and work-men¹⁰⁹.

¹⁰⁷ “Eu nunca falo com eles [homens tolos], mas falo com você, pois você pretende buscar-me e trabalhar mais em seu caminho do que eles o fariam.” (Tradução Livre). Idem. p. 78.

¹⁰⁸ “Se Boethius, o autor, divide-se, por assim dizer, entre a Filosofia e uma representação de si mesmo, que poderíamos chamar de Boécio o prisioneiro, Alfred, em seguida, apresenta-se como uma terceira parte envolvida em um diálogo com Boécio, o autor, falando às vezes através da primeira personagem, Sabedoria, e às vezes através da segunda, chamado ‘Boetius’ ou Mod [Mente].” (Livre Tradução) GODDEN, Malcom. *The player king: identification and self-representation in King Alfred’s writings*. In: REUTER, Timothy (Ed.). Op. Cit. p. 137.

¹⁰⁹ “Verdadeiramente você sabe que ninguém pode demonstrar qualquer habilidade, ou exercitar ou controlar qualquer poder, sem ferramentas e material. O material de qualquer habilidade é aquele, sem o qual não se pode exercer essa habilidade. Então o material para um rei e os seus instrumentos para governar são de que ele tenha a sua terra totalmente tripulada. Ele deve ter homens de oração e homens de armas e homens de trabalho” (Livre Tradução) OEB. p. 26.

Tal trecho denota a importância dada à função real, vide a necessidade da inclusão de um segmento como este, o qual não se encontra na versão original da *Consolatione* por Boécio. A analogia é inserida no texto em um momento em que o diálogo versa a respeito dos reis injustos do passado e de como estes poderiam então ser contrapostos a um bom governante, o qual, por sua vez, necessitava ter a sua disposição as ferramentas para bem governar. Trata-se de uma tentativa de normatizar o domínio que exerce o rei sobre seu reino, tanto em termos de pessoas como de bens, o que fortaleceria a posição de Alfred como governante e ajudaria a justificar as reformas financeiras por ele instauradas¹¹⁰.

Ao salientar as analogias e referências contextuais não pretendemos afirmar que todas elas foram acrescentadas à versão alfrediana do texto. De fato muitas das passagens supracitadas estão presentes no texto original e são reproduzidas na tradução, por vezes de forma mais fiel, por vezes de forma mais livre. Igualmente, não é nosso objetivo explicitar cada uma das diferenças entre a versão de Boécio e a atribuída a Alfred, mas sim analisar o texto como um todo, em sua unidade, uma vez que este responde à necessidade de atualização dos temas para o contexto da Inglaterra anglo-saxônica. Igualmente, é importante notar que a *Consolatione* foi selecionada para tradução justamente porque vários dos temas nela abordados eram relevantes no contexto alfrediano e foram assim considerados dignos de serem traduzidos.

2.2 Unidade e unificação

For the eternal and almighty one sits always in the high seat of his power, from which he can see all and rewards everyone justly according to his deeds. Therefore it is not in vain that we trust to God, for he does not change as we do. But pray [*plural*] to him humbly for he is very generous and very merciful. Raise *your* minds to him with *your* hands and ask for what is right and is necessary for *you*, for he will not refuse *you*. Hate evil and flee it as much as *you* can. Love virtues and follow them. *You* men have great need that *you* always do well for *you* always do all that *you* do in the presence of the eternal and almighty God. He sees all and he repays it all.¹¹¹

¹¹⁰ A esse respeito, vide BLACKBURN, Mark. *Alfred's coinage reforms in context*. In: REUTER, Timothy (Ed.). Op. Cit. pp. 199 – 218.

¹¹¹ “Pois o eterno e todo poderoso sempre senta-se no alto trono de seu poder, de onde pode ver tudo e recompensa a todos justamente por seus feitos. Assim não é em vão que confiamos em Deus, pois ele não muda como nós o fazemos. Mas rezem a ele humildemente pois ele é muito generoso e muito piedoso. Elevem suas mentes a ele com suas mãos e peçam o que é certo e necessário para vocês, pois ele não os irá recusar. Odeiem o mal e dele fujam o quanto puderem. Amem as virtudes e sigam-nas.

Esta é a mensagem final apresentada na versão alfrediana da *Consolatione*, a qual, resumidamente, expõe qual deveria ser a conduta esperada de um bom cristão. Este sempre deve orientar-se por Deus, o grande guia da humanidade, que tudo vê e tudo sabe. Como grande criador do universo, o Senhor conheceria tudo, passado, presente e futuro, pois aos seus olhos todos os tempos são um e seus desígnios são absolutos. Tal visão providencialista da História, segundo a qual só há apenas um início e um fim possível para a humanidade indica que, para poder viver melhor os homens devem fazer o possível para se aproximarem de Deus.

A temática da unidade entra então com toda a força no discurso alfrediano, uma vez que esta é a definição básica da crença religiosa cristã. A ideia de que há apenas um Deus e um destino comum para a humanidade é instrumental na medida em que delineia um modelo celeste a ser seguido na terra, de acordo com o qual há uma direção específica para a qual os homens têm que se voltar. Não é coincidência que tal direção seja justamente aquela que está ancorada nos discursos de poder então vigentes, os quais são manipulados por uma elite intelectual, em grande medida episcopal, que serve a um propósito real¹¹². Não é casual o fato de cópias da *Cura Pastoralis* terem sido enviadas aos bispados do reino, de forma a propagar para a *ecclesia* uma visão política acerca da própria religião e sua função no *regnum*.

Essa aproximação entre mundo espiritual e mundo secular também se dá no âmbito da noção de unidade, que recupera a ligação entre a *ecclesia* e o rei, na medida em que este defende a unidade da *ecclesia*, logo da própria fé cristã, no universo temporal. Segundo Frighetto, podemos observar tal desdobramento desde o Concílio de Nicéia, sendo uma ideia recobrada pelos reinos tardo-antigos, os quais são base e modelo de conduta para Alfred na medida em que representam eles próprios a fusão de elementos bárbaros e romanos que o rei anglo-saxão pretende recuperar para reforçar sua legitimidade. Observa-se então uma

perspectiva unitária de *ecclesia* existente desde o Concílio de Nicéia de 325 e reafirmada nos Concílios de Constantinopla I de 381 e no de Calcedônia de 451, unidade que foi igualmente proposta, em termos ideológicos, no ambiente do mundo secular ao apontar-se o *imperator* como interlocutor e defensor da *ecclesia* enquanto comunidade dos homens que se vinculam a Deus através da fé.¹¹³

Vocês homens têm grande necessidade que sempre façam o bem pois vocês sempre fazem tudo o que fazem na presença do eterno e todo poderoso Deus. Ele tudo vê e tudo repaga.” (Tradução Livre) *OEB*. p. 96.

¹¹² PRATT, David. Op. Cit. p. 130.

¹¹³ FRIGHETTO, Renan. *Religião e Política na Antiguidade Tardia. Dimensões*, vol. 25, 2010. p. 115.

Os herdeiros de tal tradição imperial, na qual aquele que detém o poder político tem o dever de promover a unidade, são justamente os reinos romano-bárbaros que vão surgir após a fragmentação do Império. Essa herança é sensível na *Consolatione*, que, afinal de contas, em seu original, trata-se de um texto produzido no contexto dos reinos tardo-antigos e que vai ser recuperado por Alfred. Os anglo-saxões são inseridos nessa tradição, colocando-se como herdeiros desse passado bárbaro e imperial, utilizando-se de seus conceitos e definições para tecerem uma identidade própria. Logo, essa Primeira Idade Média em que podemos situar o período alfrediano não rompe com o conceito de Antiguidade Tardia, na medida em que observamos permanências e reflexos dessa construção na própria teorização política e religiosa que dá significado ao contexto anglo-saxônico. A união entre política e religião fortalece a noção de unidade em ambos os aspectos e recupera uma tradição que concede voz de autoridade aos discursos criados pelo, ou atribuídos, ao rei.

Os argumentos teológicos que justificam um posicionamento político centralizador se pautam na própria noção de unidade e indivisibilidade aos moldes neoplatônicos às quais todos estão sujeitos. Canta a sabedoria:

There is one creator, without any doubt, and he is also ruler of heaven and earth and of all creatures, visible and also invisible; that is God Almighty. All those which serve, serve him, both those that know him and those who do not know him, both those who know that they serve him and those who do not know it. The same (God) established immutable practices and customs and also natural peace for all his creatures when he wished and as he wished and for as long as he wished. Those now shall stand for ever¹¹⁴.

Assim sendo, mais felizes e livres seriam aqueles que seguissem as práticas corretas, tornando-se parte harmônica de um todo unitário, criado e controlado por Deus. Essa ideia de unidade e estabilidade é muito cara a Alfred, que se encontra em uma situação política turbulenta, tanto no que se refere à sua necessidade de legitimação interna quanto aos seus problemas externos. Para melhor enfrentar a ameaça viking, percebeu-se a necessidade de organizar uma defesa coordenada, o que, segundo

¹¹⁴ “Existe um criador, sem dúvida, e ele é também o senhor do céu e da terra e de todas as criaturas, visíveis e invisíveis; esse é Deus Todo Poderoso. Todos aqueles que servem, o servem, tanto aqueles que o conhece quanto aqueles que não o conhecem, tanto aqueles que sabem que o servem quanto aqueles que não o sabem. O mesmo (Deus) estabeleceu práticas e costumes imutáveis e paz natural para todas as suas criaturas quando ele desejasse, da forma que desejasse e por quanto tempo ele desejasse. Estas agora durarão para sempre.” (Tradução Livre) *OEB*, p. 31.

Alfred, só poderia ser feito a contento caso houvesse uma liderança una para a os povos anglo-saxônicos¹¹⁵.

A unidade passa a ser um ideal que representa a organização do mundo celeste, o qual serve de modelo para a organização política do plano terreno, o que se transfigura em um objetivo de unificação da ilha sob um único governante. Este procura se utilizar do discurso, através da tradição da Patrística, para demonstrar a importância de tal unidade, a qual levaria à verdadeira felicidade. A inconsistência e o caráter passageiro das alegrias terrenas não seriam um objetivo a ser atingido, mas sim a felicidade real, que é estável e verdadeira¹¹⁶. Ora, e como é proposto que se atinja tal felicidade? Por meio das virtudes que aperfeiçoam a alma imortal. Segundo a *Consolatione*,

it is clear enough that God is single and indivisible [...] it is to be considered that those five things which we spoke about before, though they are named separately with words, are all one thing when they are gathered together, that is power and sufficiency and fame and honour and joy. Those five things, when they are gathered together, are God¹¹⁷

O que é almejado por todos os homens – poder, suficiência, fama, honra e alegria – seria a própria essência do divino e o único meio real de se aproximar de tal objetivo seria através da mãe de todas as virtudes, a sabedoria¹¹⁸. O desejo pela verdadeira felicidade seria suprido com preces ao senhor, realizando seus desígnios, e se aperfeiçoando de forma a melhor compreender e aceitar sua orientação.

O texto é ainda mais claro em uma passagem posterior, na qual o autor associa a felicidade real (*felicity*) a Deus e, conseqüentemente, à noção de unidade: “*felicity is the highest good and the highest good is God and God is continually in undivided unity*”¹¹⁹. Assim, o homem em seu desejo natural de atingir o bem maior deseja atingir a Deus, pois esta seria sua natureza, a forma como ele fora criado. Esse desejo de atingir a Deus seria traduzido assim por um desejo de unidade que seria comum a

¹¹⁵ BLAIR, Peter Hunter. Op. Cit. p. 79.

¹¹⁶ OEB. p. 10.

¹¹⁷ “É claro o suficiente que Deus é único e indivisível [...] deve ser considerado que aquelas cinco coisas que mencionamos anteriormente, embora sejam nomeadas separadamente com palavras, são todas uma coisa quando reunidas, sendo elas poder, suficiência, fama, honra e alegria. Aquelas cinco coisas, quando estão reunidas, são Deus.” (Tradução Livre) Idem. pp. 48-49.

¹¹⁸ PAYNE, Anne F. Op. Cit. p. 122.

¹¹⁹ “felicidade é o bem maior e o bem maior é Deus e Deus está continuamente em unidade não dividida.”(Tradução Livre) OEB. p. 57.

todos os homens. Engenhosamente, a unidade não é apresentada como condição necessária para a política de um reino, mas sim como necessária e desejada por todos os homens, os quais devem espelhar sua vida terrena no mundo dos céus. Tal discurso faz sentido quando associado a um contexto no qual Alfred começa a expandir seus domínios por toda a ilha, tornando Wessex a principal referencia de poder político para os anglo-saxões.

Mais ainda, Deus e a unidade são constantemente associados à ideia de liberdade, uma vez que aqueles que não procuram o bem se encontram presos nas falsas alegrias terrenas dos vícios; Sabedoria exorta: “O men, everyone who is free, come to good and to felicity, and he who is now imprisoned with the vain love of this earth, seek for himself freedom to come to felicity, for that is the resting-place from all our toils”¹²⁰. Os seres humanos se distinguem dos animais na medida em que possuem razão, a qual seria utilizada para atingir a sabedoria, grande qualidade da alma. A mãe das virtudes eleva o homem ao mais elevado dos postos, e por isso aquele que a possui é bom, e, se tem poder, tem o que se considera o poder perfeito¹²¹.

A respeito do poder terreno, é notável a existência de diversas referências a reis do passado, os quais, na maior parte dos casos, são retomados como reis injustos, os quais falharam com os seus. Ancorada na tradição, a *Consolatione* se vale de exemplos do mundo antigo para exemplificar as falhas em que incorreram os governantes antigos. Teodorico é o primeiro a ser citado, por se tratar justamente do governante que aprisionou Boécio. Ele é caracterizado como um governante cruel, e herético, que teria mandado matar o próprio Papa, grande representante da cristandade e de seus valores¹²². A questão da heresia ariana é também muito pertinente à discussão levantada na obra a respeito da noção de unidade. Esta é especialmente nociva pois além de representar uma divisão no seio da própria cristandade carrega consigo mudanças doutrinarias que fragmentam ainda mais a unidade que se atribui ao divino. Se Deus é único e indivisível e essa é a característica suprema da bondade e da felicidade verdadeira, ao negar a consubstanciação e a natureza una da divina trindade o arianismo passa a ser, para nosso autor, ponto tácito para crítica com relação a esse rei, justificando as atitudes de Boécio ao tramar para destroná-lo. Esse

¹²⁰ “Ó homens, todos aqueles que são livres, venham para o bem e para a felicidade, e aquele que está agora aprisionado com o amor vão desta terra, busque por si mesmo liberdade para atingir a felicidade, pois este é o lugar de descanso de todas as nossas labutas”. (Tradução Livre). *OEB*. p. 58.

¹²¹ Idem. pp. 70-71.

¹²² Idem. p. 5

contraponto pode ser levado à figura do próprio Alfred, que se funde com a de Boécio na personagem Mente. Alfred seria o modelo do bom governante, o qual buscava se aperfeiçoar – vide toda ode a seus esforços para educar-se em sua biografia régia – dentro dos preceitos da fé cristã reta, que valoriza a unidade acima de tudo, pois confere harmonia ao mundo.

A *Consolatione* acaba por tecer uma analogia sutil entre o contexto alfrediano e a situação vivida por Boécio, de forma a estabelecer um paralelo que reforce a necessidade da unidade sob Alfred. Este é retratado, de certa maneira, como um prisioneiro ante à ameaça viking, o qual passa por tribulações e dificuldades originadas em um elemento avesso à unidade cristã, representado pela figura do nórdico pagão. Em outras obras produzidas no período alfrediano, como por exemplo a biografia régia de Alfred e as Crônicas Anglo-Saxônicas, observa-se a caracterização recorrente dos daneses como invasores cruéis, que impõem uma condição adversa aos reinos da Britânia, aprisionando-os e afastando-os do bom caminho. De fato, essa condição de aprisionamento torna-se literal quando há a descrição do período em que Alfred se encontra acuado em Somerset, vivendo como fugitivo após derrotas militares para o inimigo nórdico¹²³. O paralelo é claro com a figura de Boécio, que na *Consolatione* é apresentado como sendo aprisionado injustamente por um rei cruel, Teodorico. Rei este que não é pagão mas é herético, o que também se apresenta como um afastamento da unidade cristã e reforça sua definição como mau e prejudicial aos bons cristãos.

Assim, há um espelhamento da figura de Alfred em Boécio, o qual está buscando consolo e entendimento para sua situação adversa com ajuda da Sabedoria. Esta seria exatamente a trajetória do rei anglo-saxão, que precisa, por meio do aperfeiçoamento, tornar-se um bom rei para superar as dificuldades que a ele são apresentadas. Mais ainda, na condição de governante, é sua responsabilidade libertar o reino de tais dificuldades, restaurando e fortalecendo a unidade, o que é feito por meio da religião, que é o fio condutor da sua trajetória.

Nero, por sua vez, é utilizado como exemplo, mas é apresentado como um outro exemplo de mau governante, sendo apontado como injusto e até mesmo falso rei¹²⁴. Ele possui, segundo a *Consolatione*, uma característica marcante e recorrente

¹²³ Sobre esse assunto, vide PEREIRA, Monah N. *Warfare and Wisdom – as bases legitimadoras da monarquia Anglo-Saxã sob Alfredo, o Grande (871-899)*. Monografia de conclusão de curso. 2010.

¹²⁴ *OEB*. p. 43.

entre os governantes indignos e injustos – a de destruir e matar os seus. A imagem do rei como guia e piloto do navio que é seu reino está intimamente atrelada às funções que a essa figura são atribuídas. Alfred sempre buscou afirmar-se como um legítimo rei cristão, sem, todavia, deixar de lado as atribuições tradicionais do governante germânico. As habilidades militares sempre estiveram em alta conta na tradição germânica e eram requisitos básicos para a manutenção de um reinado, ainda mais se considerarmos as características da sucessão entre os anglo-saxões. Estas não previam algum tipo de padrão imutável para definir quem seria o governante após o falecimento do rei anterior.

A tentativa de Asser na *Life* de aliar sabedoria e coragem, destacando as qualidades de seu rei, fica bastante evidente no capítulo 42, no qual o autor descreve a ascensão de Alfred ao trono.

In the same year [871] Alfred, who until that time (while his brothers were alive) had been “heir apparent”, took over the government of the whole kingdom as soon as his brother had died, with the approval of divine will and according to the unanimous wish of all the inhabitants of the kingdom. Indeed, he could easily have taken it over with the consent of all while his brother Æthelred was alive, had he considered himself worthy to do so, for he surpassed all his brothers both in wisdom and in all good habits; and in particular because he was a great warrior and victorious in virtually all battles.¹²⁵

Assim, a *Life* afirma que Alfred poderia inclusive ter governado antes, caso ele se achasse digno, pois superava todos os seus irmãos mais velhos em todos os aspectos; demonstrava-se que o rei era merecedor da posição que ocupava. Sua modéstia, entretanto, outra virtude cristã, em contraste com o orgulho, o impediria de tomar o poder de seus irmãos, mesmo que ninguém no reino fosse contrário a isso, dada sua sabedoria e coragem.

Entretanto, apesar de Asser afirmar que Alfred era virtualmente invencível em batalha, sabe-se que os saxões não ganharam todas as guerras que travaram com os

¹²⁵ “No mesmo ano [871] Alfred, que até então (enquanto seus irmãos estavam vivos) tinha sido “o “próximo herdeiro” [herdeiro que não pode ser descartado com o nascimento de um novo herdeiro na linha sucessória] assumiu o governo do reino inteiro logo após a morte de seu irmão, com aprovação da vontade divina e de acordo com o desejo unânime de todos os habitantes do reino. De fato ele poderia facilmente ter assumido com o consentimento de todos enquanto seu irmão Æthelred estava vivo, tivesse ele se considerado digno de fazê-lo, pois ele ultrapassava todos os seus irmãos, tanto em sabedoria quanto nos bons hábitos; e em particular porque ele era um grande guerreiro e vitorioso em virtualmente todas as batalhas.” (Tradução Livre) *Asser’s Life of King Alfred*. In: KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 80-1.

pagãos, nem mesmo durante o período alfrediano. Ora, o bispo relata que naquele período os saxões se encontravam virtualmente aniquilados, devido às inúmeras escaramuças contra os invasores, o que tornava a tarefa de Alfred de proteger seu reino imensamente difícil¹²⁶. Assim, o autor justificava desde já alguma possível derrota militar que viesse a descrever, de forma a não denegrir a imagem de seu governante. Além disso, é ressaltado o enorme número de daneses que também teriam sido mortos ao longo das guerras, de modo que se torne evidente para o leitor que tantas perdas para os saxões só ocorreram pois enfrentava-se um inimigo numeroso e perigoso, o qual também sofreu severas baixas. Em 878, Alfred encontrava-se acuado nos pântanos de Somerset, vivendo como um fugitivo.

At the same time King Alfred, with his small band of nobles and also with certain soldiers and thengs, was leading a restless life in great distress amid the woody and marshy places of Somerset. He had nothing to live on except what he could forage by frequent raids, either secretly or even openly, from the Vikings as well as from the Christians who had submitted to the Vikings' authority¹²⁷

Dessa maneira, era preciso que se justificasse como Alfred teria chegado a essa situação tão adversa, apontando que ele assumia um reino já extremamente prejudicado pelos recorrentes combates. Assim, não se comprometia sua caracterização como governante virtuoso, tendo em vista que uma das mais importantes atribuições de um rei é a de proteger seu povo¹²⁸.

Tal atribuição era sumariamente ignorada por governantes como Nero, citado na *Consolatione* como injusto e mau, uma vez que cometera atrocidades contra seus conselheiros, família e até mesmo povo, quando do incêndio de Roma. O autor salienta que o poder revela a perversidade do homem e que o poder em si não é bom, mas sua qualidade vem da virtude dos homens que o exercem¹²⁹.

¹²⁶ Asser's *Life of King Alfred*. In: KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 80-1.

¹²⁷ "Ao mesmo tempo rei Alfred, com seu pequeno bando de nobres e também com certos soldados e thengs, estava levando uma vida desassossegada em grande aflição em meio aos bosques e locais pantanosos de Somerset. Ele nada tinha do que viver, com exceção daquilo que podia pilhar com frequentes ataques, seja secretos ou mesmo abertos, dos vikings, assim como dos cristãos que tinham se submetido à autoridade dos vikings." (Tradução Livre) Asser's *Life of King Alfred*. In: KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 83.

¹²⁸ "As principais virtudes do rei cristão são: obedecer a Deus e servir à Igreja; assegurar a justiça e a paz ao seu povo; prover as necessidades deste". LE GOFF, Jacques. Rei In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean- Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2002. p. 401.

¹²⁹ OEB. p. 25.

O capítulo 29 da obra é bastante revelador no que se refere à visão que se tecia a respeito do poder temporal. Em um diálogo com a Sabedoria, a Mente pergunta o que existiria de mais agradável na vida terrena do que servir a um rei, estando próximo do mesmo e recebendo riqueza e poder¹³⁰. A sábia interlocutora responde com escárnio, salientando que o poder dos reis não dura para sempre e que em geral estes inclusive necessitam da ajuda de seus thegns, sua sociedade política, para manter o poder terreno que eles lutam para manter; “how can kings deny or conceal their lack of power when they cannot produce any honour without the help of their thegns?”¹³¹. Tal passagem é vista por autores como Godden como um indício contrário a autoria da *Consolatione* por parte do rei¹³². Para ele, não haveria sentido em manter uma passagem que criticava o poder dos reis em uma obra com objetivos políticos atrelados à realeza. Entretanto, consideramos que tal crítica se refere muito mais ao poder terreno como ele foi frequentemente praticado do que uma condenação a todos os reis por princípio. De fato, uma das tônicas da obra é ressaltar a primazia das verdadeiras felicidades sobre as felicidades terrenas, mas sem deixar de apontar que se pode, aliás se deve, buscar a verdade superior praticando o bem e se aperfeiçoando ainda no mundo temporal. Isso serve como contraponto ainda mais forte entre o arquétipo do mau rei, injusto e amante dos bens terrenos e o rei virtuoso, que busca se aproximar de Deus e de sua harmonia.

Ainda nesse capítulo o autor procura salientar que tais reis de visão pobre buscam sempre estender mais e mais seus domínios sobre outras “nações” [nationes]¹³³. No entanto, a Sabedoria afirma que “prosperity and power cannot make a man honoured in a foreign country”¹³⁴, enfatizando que cada terra produz as plantas que são naturais da sua região. A metáfora da natureza é utilizada novamente para explicar o conceito de que um governante só pode exercer o poder efetivamente no território que pertence ao seu reino, ou seja, no âmbito de uma unidade, de acordo com o conceito de *regnum*. Ora, tal afirmação pode também, à primeira vista, parecer

¹³⁰ *OEB*. p. 42.

¹³¹ “como podem os reis negar ou ocultar sua falta de poder quando eles não conseguem produzir honra alguma sem a ajuda de seus thegns?” (Tradução Livre) *Idem*. p. 43.

¹³² GODDEN, Malcom. *Op. Cit.*

¹³³ O termo nação (nation) utilizado na tradução da *Consolatione* de Godden e Irvine precisa ser historicizado, na medida em que não representa o conceito moderno de estado nação, mas sim unidades de povos distintos, muitas vezes com línguas, costumes e etnias diferentes, que se tratam de unidades políticas independentes.

¹³⁴ “prosperidade e poder não conseguem tornar um homem honrado em um ‘país’ estrangeiro” (Tradução Livre) *OEB*. p. 41.

contraproducente no contexto alfrediano, no qual observamos uma expansão dos domínios dos saxões do oeste sobre os outros reinos da ilha. No entanto ela é bastante pertinente se considerarmos que nesse contexto há também a tentativa de normatização de uma identidade “inglesa”, por meio da religião especialmente, modificando os conceitos de “nós” e os “outros” no contexto anglo-saxônico¹³⁵.

A partir da renovação espiritual que se dá a partir do ideal de formação e aperfeiçoamento alfrediano observamos a recorrência da questão das virtudes e da religião, as quais podem elevar o homem e leva-lo para próximo de Deus. Assim, ao identificar este como o baluarte de seu reinado Alfred acaba por estender seus domínios, pelo menos em âmbito teórico, inicialmente, abarcando todos os povos de origem anglo-saxônica e galesa ante a um inimigo pagão que se assenta gradativamente na ilha. Tal ameaça não é refutada apenas com armas, mas também com palavras, na medida em que se incentiva uma união dos povos ingleses contra um inimigo comum, enfatizando a capacidade de governar de Alfred e seu virtuosismo como homem e governante.

A legitimação pretendida para o reinado alfrediano não era apenas interna. Alfred tinha pretensões de expandir sua autoridade significativamente para os outros reinos da Britânia, dando continuidade ao processo iniciado por seu avô Egbert, na primeira metade do século. De fato, na obra de Asser encontramos passagens que procuram diminuir a importância dos reinos vizinhos no que se refere à sua unidade política de forma que Alfred, o sábio governante de Wessex, fosse ainda mais enaltecido.

No capítulo 14, o autor cita Offa, um importante governante mércio que estendeu a influência de seu reino para além de suas fronteiras. No entanto, ele não é mencionado de maneira positiva, mas sim negativa, de modo que sua autoridade teria sido calcada não na sabedoria, como a de Alfred, mas sim no terror; “there was in Mercia in fairly recent times a certain vigorous king called Offa, Who terrified all neighbouring kings and provinces around him”¹³⁶. Dessa forma, seu domínio sobre as províncias próximas não era apresentado como virtuoso, mas sim como aterrorizante. Enfatizando ainda mais o aspecto negativo desse rei, Asser conta que Beorhtric, então

¹³⁵ A esse respeito vide ALBUQUERQUE, Isabela Dias de. *A conquista: a questão do outro na “Inglaterra” de Alfred, o Grande (século IX)*. In: XIV encontro regional da Anpuh – Rio. *Memória e Patrimônio*. 2010.

¹³⁶ “Havia em Mércia, em tempos relativamente recentes um certo rei vigoroso chamado Offa que aterrorizou os reis vizinhos e províncias ao seu redor.” (Tradução Livre) *Asser’s Life of King Alfred*. In: KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 71.

rei dos saxões do oeste, tomou sua filha em casamento, mas que esta começou a se comportar como uma tirana¹³⁷.

Mais adiante no texto, também se aponta que, ao serem derrotados pelos pagãos, os mércios haviam feito com eles um acordo, de modo que um thegn local teria ficado no poder, mas submetido à autoridade Viking, ato condenado na biografia de Alfred. Na medida em que se buscava criar uma identidade calcada na religião se submeter aos pagãos era considerado se voltar contra os seus, aqueles que seguiam o verdadeiro Deus. A esse respeito, Asser afirma que “the Vikings reduced the whole kingdom of the mercians to their authority; however, by a wretched arrangement they entrusted it to a certain foolish king’s thegn”¹³⁸, de modo que este seria totalmente obediente aos comandos dos nórdicos. Entretanto, Keynes e Lapidge salientam que apontar Ceolwulf como um governante fantoche seria muito mais um jogo político do que uma representação real dos fatos¹³⁹. Ele é apontado nos documentos reais mércios como rei e não thegn, tendo cunhado moedas em seu nome, de maneira que quando Asser o caracteriza como fantoche, ele está diminuindo o papel do mesmo.

Da mesma maneira, a *Life* faz uma crítica ao reino de Northumbria, alegando que, em 867, sua população teriam tomado parte em atos maléficos, pelos quais o reino havia sido castigado com a chegada dos Vikings. O autor afirma que os northumbrianos tinham expulsado seu rei de direito, caracterizando uma usurpação, de modo que “at that time a great dispute, fomented by the devil, had arisen among the Northumbrians, as always happens to a people which has incurred the wrath of God [...] Virtually the entire force of Northumbrians was annihilated”¹⁴⁰. Assim, a obra diminui os outros reinos da Britânia, ora colocando-os sob o domínio de um rei tirânico, ora atribuindo a eles comportamentos condenáveis, de forma que Wessex surge nesse retrato como um reino de virtude, comandado por um bom governante cristão. Adicionalmente, a *Life* constrói sua narrativa de maneira a salientar os momentos em que os outros reinos se submetem a Wessex, enfatizando que isso não

¹³⁷ Asser’s *Life of King Alfred*. In: KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p.p.71-2.

¹³⁸ “os Vikings reduziram todo o reino dos mércios a sua autoridade; no entanto, por um arranjo infeliz, confiaram o reino a um certo thegn tolo” (Tradução Livre) Idem. p. 82.

¹³⁹ KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 244.

¹⁴⁰ “Naquele momento, uma grande disputa, fomentada pelo diabo, tinha surgido entre os northumbrianos, como sempre acontece com um povo que incorreu na raiva de Deus. Virtualmente, toda a força dos northumbrianos foi aniquilada.”(Tradução Livre) Asser’s *Life of King Alfred*. In: KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 76.

aconteceria por vias da tirania, mas sim por conta de um reconhecimento, e que Alfred buscava dar proteção a todos aqueles que se postavam sob sua autoridade.

Menciona-se que em 885, todos os distritos do sul de Gales pertenciam ao rei¹⁴¹ e que nesse mesmo ano o *ealdorman* de Mércia se punha em posição de obediência para com a vontade do governante de Wessex¹⁴². Nota-se que nessa época Mércia já não tem mais rei e sim um *ealdorman* que a governa. Isso faz com que Alfred apareça como a autoridade principal da parte sul da ilha, estando o *ealdorman* Æthelred subordinado a ele, não sendo comparável em termos de título nem de autoridade.

Finalmente, logo antes de Asser finalizar a primeira parte da obra, na qual o mesmo realiza uma tradução das *Crônicas*, o bispo aponta que, em 886, “all the Angles and Saxons [...] turned willingly to King Alfred and submitted themselves to his lordship”¹⁴³. Novamente se salienta o aspecto eletivo da submissão dos anglo-saxões a Alfred, de modo que esse não seja tomado por tirano. Nesse momento, a biografia aponta o rei não mais como rei dos saxões do oeste apenas, mas sim, como rei de todos os anglo-saxões. De fato, percebemos que a partir do reinado de Alfred a nomenclatura utilizada para definir os reis de Wessex muda, passando a ser mais abrangente ao englobar outros povos sob o comando dos governantes do reino saxão do oeste. Alfred foi o primeiro rei dos anglo-saxões e sua descendência expandiu ainda mais esse domínio, de modo a ser caracterizada, a partir de 927, aproximadamente, com o título de reis dos ingleses¹⁴⁴. Dessa maneira, percebemos em nossa fonte secundária a clara tentativa de justificação desse domínio, criando um discurso que torna Alfred um rei legítimo não só para Wessex, mas também para os outros povos da Britânia que se encontravam sob sua hegemonia.

Tal colocação está coordenada com a temática explorada na *Consolatione*, a qual aponta para uma diferenciação bem clara entre o bem e o mal. O capítulo 16 traz essa distinção quando Sabedoria explica à Mente:

do you not know that it is not natural or customary for any adverse thing to be mixed with other things opposed to it, or to have any

¹⁴¹ Asser's *Life of King Alfred*. In: KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 96.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ “todos os anglos e saxões se voltaram por vontade própria para Alfred e se submeteram ao seu domínio.” (Tradução Livre) Idem p. 98.

¹⁴⁴ A esse respeito vide anexo 1, p. 94.

companionship with it? But nature shuns it so that they cannot be mixed together any more than good and evil can be together¹⁴⁵.

O bem estaria na unidade em Deus, de forma que se exclui da equação o elemento nórdico pagão e abre-se possibilidade de assimilação de grupos cristãos sob o domínio de Alfred. Assim, seria tolice para um governante tentar expandir seus domínios e sua fama por todas as regiões. a diversidade seria grande demais e não haveria possibilidade de unidade; “For no-one can have similar praise in every country, for in each country they don’t like what they like in others. Therefore every man ought to be content that he is liked in his own land”¹⁴⁶. Ao buscar expandir seus domínios sobre a ilha, Alfred está também redefinindo, ao menos em plano teórico, o conceito de identidade dos povos ingleses, colocando-os gradativamente sob sua tutela. O projeto de conversão se encaixa neste contexto na medida em que o ideal identitário proposto pelos escritos alfredianos se baseia na religião. Assim, os nórdicos que viessem a se converter ao cristianismo poderiam fazer parte da unidade sob a égide de Alfred, o qual precisava encontrar uma maneira de lidar com o aumento da população danesa no território da Britânia.

Os maus reis, injustos e orgulhosos, são vistos como uma ameaça para a humanidade, pois a ameaçam com seu poder¹⁴⁷, ao passo que quando há unidade há o bem e a humanidade conserva o que ela tem de melhor. Segundo a Sabedoria, “everything that has oneness, we say that it is as long as it is together, and that togetherness we call good”¹⁴⁸. Alfred aparece como a imagem da unidade na Inglaterra anglo-saxônica, oferecendo uma alternativa de unificação ante aos vikings.

2.3 Identidade, religião e tradição

Notadamente, observa-se o esforço existente no contexto alfrediano para que se traduzissem para a língua vernácula obras da Patrística Cristã. Estas foram produzidas originalmente, em grande medida, em um momento de construção e

¹⁴⁵ “Você não sabe que não é natural ou costumeiro para qualquer coisa adversa se misturar com outras coisas opostas a ela, ou ter qualquer companhia com ela? Mas a natureza esquiva-se de forma que elas não podem se misturar, assim como bem e mal não podem estar juntos.” (Tradução Livre) *OEB*. p. 24.

¹⁴⁶ “Pois ninguém pode ter o mesmo louvor em todo ‘país’, pois em cada ‘país’ eles não gostam do que se gosta em outros. Assim cada homem deve se contentar com que gostem dele em sua própria terra” (Tradução Livre) *Idem*. p. 28.

¹⁴⁷ *Idem*. pp. 71-72.

¹⁴⁸ “tudo que tem unidade, dizemos que o é desde que permaneça junto, e essa união nós chamamos de bem.” (Tradução Livre) *Idem*. p. 73.

consolidação das monarquias romano-bárbaras, as quais se pautavam em elementos clássicos, bem como em valores ditos “germânicos”. Segundo Marcelo Cândido,

a grande contribuição da noção de Antiguidade Tardia é ter situado a instalação dos bárbaros no Ocidente menos em termos de fim do mundo romano do que de um rearranjo de forças que conduziu à constituição de um mundo ainda marcado pela influência da românia, mas profundamente original.¹⁴⁹

Nesse sentido, o reinado de Alfred bebe dessa mesma fonte, na medida em que retoma como voz de autoridade autores como Boécio e Orósio. Na versão alfrediana da *Consolatione*, por exemplo, percebemos como forte eixo temático a busca por sabedoria como guia da conduta do homem justo. Tal virtude é inserida no escopo dos preceitos cristãos, mas também remontando às noções clássicas segundo as quais Filosofia, uma das interlocutoras do texto original, e Sabedoria são a própria imagem da perfeição e, nesse caso, perfeição divina.

Tal discussão não pode ser considerada aparte das transformações que estavam ocorrendo no cenário político anglo-saxônico. Ao se pensar política na era alfrediana, é preciso primeiramente compreender os mecanismos e as práticas exercidas no interior da sociedade política em questão. Nesse sentido, percebe-se que a prática política *per se* não pode ser deslocada de uma discussão teológica e filosófica. A teoria política observada no período em questão se pauta, em grande medida, em argumentos teológicos, cuja fonte maior é o Cristianismo. Este é caracterizado por sua doutrina, moral e ritos, constituindo-se como uma filosofia revelada, que não se apresenta apenas em forma de discurso, mas que também leva a práticas concretas.

No âmbito do discurso, o papel da escrita é assim visto como crucial para o registro daquilo que se passa e, portanto, esta pode ser considerada uma importante ferramenta de legitimação, fazendo circular discursos tecidos e aprovados por um rei com uma notável necessidade de sublimação de um certo defeito de nascimento, por assim dizer. Este, por vias sucessórias que valorizavam a primogenitura, não seria o rei mais indicado para ascender ao poder. Entretanto a palavra escrita foi utilizada recorrentemente por Alfred para fortalecer sua posição como governante. Isso não foi

¹⁴⁹ SILVA, Marcelo Cândido. *Entre “Antiguidade Tardia” e “Alta Idade Média”*. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 2/n.3, 2008. p. 57.

feito apenas nos trabalhos de tradução a ele atribuídos, mas também e especialmente em outros textos, como a sua biografia régia. Nesta, percebemos também a constante associação de Alfred com as virtudes religiosas e com a própria religião em si, tendo sido ele apontado na obra como o favorito do próprio Papa, ainda quando pequeno em visita a Roma, como mencionado anteriormente.

Tal menção demonstra uma tentativa de utilização da voz de autoridade do Papa para confirmar ou legitimar o reinado de Alfred, o qual apresentava uma forte identificação com o catolicismo, ou seja, a prática reta do Cristianismo. Em uma carta enviada ao pai de Alfred, o papa Leão apresenta sua visão a respeito do encontro com o menino, a qual difere um pouco daquela mencionada na biografia.

We have now graciously received your son Alfred, whom you were so anxious to send at this time to the threshold of the Holy Apostles, and we have decorated him, as a spiritual son, with the dignity of the belt [*or sword*] and the vestments of the consulate, as is customary with Roman consuls, because he gave himself into our hands.¹⁵⁰

Assim sendo, Keynes e Lapidge salientam que “the chronicler probably intended merely to convey that Alfred had been marked out for kingship when still a young boy, in much the same way as heavenly signs attended the birth of those who were to become saints”¹⁵¹. Não se trataria apenas de uma legitimação por sangue assim, questão essa que inclusive é relativizada na *Consolatione*, por exemplo, mas também por predestinação. De acordo com a concepção teleológica e providencialista de história presente no escritos alfredianos, Alfred seria o melhor rei e demonstraria isso por suas práticas de governo, eficazes tanto no campo das armas como no campo das letras e da fé.

O sentido atribuído à obra original em sua versão anglo-saxônica aponta que o objetivo de Boécio, ao se colocar contra Teodorico, era o de recuperar os antigos direitos romanos e também a própria Cristandade, exemplificando justamente dois dos

¹⁵⁰ “Recebemos graciosamente seu filho Alfred, a quem você estava tão ansioso para enviar neste momento para a soleira dos Santos Apóstolos, e o decoramos, como um filho espiritual, com a dignidade do cinto [ou a espada] e os paramentos do consulado, como é costume com cônsules romanos, porque ele deu-se a si mesmo em nossas mãos.” (Livre Tradução) POPE LEO IV, Apud. KEYNES, Simon e LAPIDGE Michael. Op. Cit. p. 232.

¹⁵¹ “O cronista, provavelmente, tinha apenas por objetivo transmitir que Alfred havia sido marcado para a realeza quando ainda garoto, da mesma forma que os sinais celestiais marcavam o nascimento dos que viriam a se tornar santos.” (Livre Tradução) KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 232.

grandes pilares dos textos traduzidos no período: uma tradição clássica e os preceitos cristãos. Considerando-se a associação da *Consolatione* com o reinado de Alfred, nota-se assim que tais pilares também servem ao objetivo de consolidar ante a sociedade política uma visão específica acerca de uma cultura política, na qual a legitimidade se dá pela virtude mais do que apenas pela genealogia. Assim, quando Teodorico é mencionado, não se ignora a questão da ancestralidade, mas esta não tem primazia sobre suas práticas religiosas; “this Theodoric was of the line of Amul. He was Christian, although he persisted in the Arian heresy”¹⁵². A tradicional identidade de linhagem, estirpe, é assim reconhecida, mas passa a ser relativizada pela heresia ariana, de modo a valorizar a religião como base principal da criação de uma identidade anglo-saxônica.

No quinto capítulo da obra, Sabedoria e Razão se dirigem a Boécio, afirmando:

I realised that you had departed from your father's country, that is, from my teachings. [...] No-one should have expected such thing of you either, if you were willing to recall of what birth you were and of what citizenry, as regards the world, or again, in a spiritual sense, of what community you were in your mind and in your reason, that is that you are one of the righteous and well-intentioned (those are the citizens of the heavenly Jerusalem)¹⁵³.

Nessa passagem, há a criação de uma identidade comum para os homens bons, ou no sentido salomônico proveniente da sabedoria, de homem sábio. O nascimento é levado em consideração, mas o verdadeiro pai de Boécio seria a própria sabedoria em si, por meio da qual ele teria conseguido toda sua riqueza e dignidade¹⁵⁴. Em última instância, a forma pela qual o indivíduo consegue atingir a sabedoria é através do treinamento e instrução. Ora, a tradução de obras tradicionais latinas para a língua vernácula, que começa a ocorrer de forma mais marcante a partir de Alfred, visava justamente difundir entre os ealdormen e thegns os conhecimentos autorizados considerados de extrema importância, isto é, virtudes cristãs tais quais sabedoria, a

¹⁵² “Este Teodorico era da linhagem dos Amal. Era cristão, embora persistisse na heresia ariana.” (Livre Tradução) *OEB*. p. 4.

¹⁵³ “Percebi que você tinha se afastado dos domínio de seu pai, ou seja, de meus ensinamentos. [...] Ninguém tampouco teria esperado tal coisa de você, se você estivesse disposto a se lembrar de que nascimento você era e de que cidadania, no que diz respeito ao mundo, ou mais uma vez, em um sentido espiritual, de que comunidade você fazia parte em sua mente e em sua razão, ou seja que você é um dos justos e bem-intencionados (esses são os cidadãos da Jerusalém celeste)” (Livre Tradução) *Idem*. p. 7.

¹⁵⁴ *Idem*. p. 11.

mãe todas as virtudes, além de cautela, moderação, coragem e justiça¹⁵⁵. Caracteriza-se assim um discurso de poder que visa apresentar moldes de conduta e pensamento para uma sociedade política que tradicionalmente, durante o medievo, precisa ser conquistada pelos governantes, uma vez que sem seu apoio o exercício do poder se torna extremamente difícil.

Tal obra de cunho filosófico apresenta assim um acentuado tom cristão, pelo qual se procura definir uma identidade aos anglo-saxões, que vai além das questões de ancestralidade. Essa forma de pensar justifica a legitimidade de um rei voltado para as questões da alma e coloca a religião como base de um ideal identitário e cultural que se quer transmitir ao reino. Nesse sentido, em última instância, não são apenas laços familiares, sanguíneos ou étnicos que definem um homem e sim as virtudes que este possui. Na *Consolatione* a Sabedoria cita o sogro de Boécio, Symmachus, e lembra-o de quão caro este era para o aprisionado, mas isso não por laços familiares, necessariamente, mas por suas qualidades a citar sabedoria e virtudes, bem como as de sua filha, esposa de Boécio, cheia de prudência, modéstia e pureza, e os filhos do casal que possuíam as virtudes do pai e do avô, “as like old man as young can be”¹⁵⁶.

Da mesma maneira, Sabedoria se refere aos romanos como os ancestrais dos homens e estes não eram intrinsecamente bons por sua estirpe, uma vez que as ações e a conduta podem fazer com que o homem se desvie do bom caminho; “*your*”¹⁵⁷ ancestors of old, the counsellors of the Romans, first removed the kingly name from Rome in the days of Tarquin, the proud king, because of his arrogance”¹⁵⁸. Assim sendo, o poder é tão bom quanto aquele que o exerce, ou segundo o texto “power is never good unless he who has it is good”¹⁵⁹. A autoridade advém da virtude e da excelência e não o contrário, pois o que define um homem é sua prática reta.

É claro que este tratava-se de um ideal difundido especialmente para uma elite e não era necessariamente uma prática presente entre a população como um todo, a

¹⁵⁵ A esse respeito, vide *From the translation of Boethius's Consolation of Philosophy*. Apud. KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. *Alfred the Great – Asser's life of king Alfred and other contemporary sources*. London: Penguin, 1983. p. 133. Essa é uma das passagens acrescentadas na versão anglo-saxônica, não presente no texto original em latim, o que demonstra uma preocupação específica da época em enumerar as virtudes segundo as quais os homens bons deveriam se comportar, todas elas em coordenância com os preceitos cristãos.

¹⁵⁶ “Tão parecidos com os homens velhos quanto os jovens podem ser.” (Livre Tradução) *OEB*. p. 15.

¹⁵⁷ Este “*your*” em itálico refere-se aos homens como um todo, no plural, e não apenas Boécio mas aqueles de seu meio também.

¹⁵⁸ “seus antepassados de tempos antigos, os conselheiros dos romanos, primeiro removeram o nome real de Roma nos dias de Tarquino, o rei orgulhoso, por causa de sua arrogância.” (Livre Tradução) *OEB*. p. 23.

¹⁵⁹ “O poder nunca é bom, a não ser que aquele que o possui seja bom.” (Livre Tradução) Idem. p. 23.

qual recebia apenas uma projeção de toda essa teoria, direcionada à sociedade política, essencial para manutenção do poder do rei. A ideia de uma identidade forjada nas bases do Cristianismo e a própria organização social decorrente disso eram instrumentais para o governo de Alfred e sua descendência, os quais buscavam legitimação de sua linhagem, uma constante na Idade Média. Adicionalmente, há que se considerar a própria mentalidade presente no medievo, que colocava o cristianismo em uma posição social de destaque, a qual dava as bases para a organização política e cultural de um reino. De fato, a crença na fé cristã não era apenas um elemento de manipulação com fins políticos mas uma forma de fazer política per se, dentro da lógica política e teológica do contexto. Além disso, observa-se neste contexto uma soma de fatores que ajudaram a moldar um novo cenário político na ilha, de modo que Alfred teve de enfrentar dificuldades ante aos inimigos vikings e também acabou por buscar estender sua hegemonia para além de Wessex, de modo a não ser mais considerado apenas rei dos saxões do oeste, mas sim rei dos anglo-saxões¹⁶⁰.

No que se refere a um projeto de organização social pautado no Cristianismo, relembramos a importância da alusão feita à sociedade tripartida, mais de um século antes do que preceituou Adalberon de Laon a respeito do tema. Tal passagem demonstra uma característica medieval que vem se desenvolvendo mais fortemente a partir do período alfrediano, segundo a qual a Igreja passa a ser um denominador comum para as interações socioculturais. A explicação religiosa para uma sociedade tripartida denota a importância da religião para a definição identitária de um povo, uma vez que os anglo-saxões, sob o reinado de Alfred, devem se comportar de tal forma a disponibilizar para seu bom e sábio rei as ferramentas necessárias para bem governar. Novamente percebemos um projeto de poder e de prática real que se entrelaça com a produção cultural do período.

Nesse sentido, a ancestralidade e linhagem são relativizadas, de forma que conceitos classicamente valorizados pela etnogenese¹⁶¹ não seriam o fator único e preponderante na definição do caráter de um homem da identidade de um grupo. Esta se deveria, de acordo com o ideal alfrediano, a uma unidade cristã atingida através da formação, muito na linha da *paideia* e *humanitas*.

¹⁶⁰ A esse respeito, vide PEREIRA, Monah N. *Warfare and Wisdom – as bases legitimadoras da monarquia Anglo-Saxã sob Alfredo, o Grande (871-899)*. Monografia de conclusão de curso. 2010.

¹⁶¹ A esse respeito, vide os trabalhos de Andrew Gillet, “On Barbarian Identity” e Herwig Wolfram, “*Origo et Religio*”, na coletânea de Thomas Noble, “*From Roman provinces to Medieval kingdoms*”.

He who wants to have complete power must first strive to have power over his own mind [...] Therefore I urge you that you rejoice over other men's goodness and their noble birth to the extent that you do not claim it for your own, for every man's goodness and his nobility is more in the mind than in the flesh¹⁶².

A obra aponta que todos os homens vieram de um pai e uma mãe, e que, em última instância, Deus é o supremo pai de todos os homens¹⁶³, por isso a nobreza se dá pela educação da mente e busca pela sabedoria mais do que por parentesco. A preocupação em colocar a religião como a baliza para identificação dos homens nobres é bastante importante em um contexto no qual observam-se intensas interações culturais entre escandinavos e anglo-saxões, sendo que muitos dos nórdicos já haviam abandonado suas atividades predatórias Vikings em favor de assentamento na ilha. O volume de elementos até então considerados externos e a crescente interação entre estes e a população local levam a, por um lado, delimitar barreiras étnicas, mas também criar princípios de regulação para interação entre os diferentes povos que passam a dividir o mesmo espaço.

Ainda, ao apontar a fé cristã como baluarte da sua identidade e legitimação, tal fé não inclui a heresia ariana, uma vez que é dito explicitamente que “God is single and undivided”¹⁶⁴. De acordo com este raciocínio, pagãos e arianos estariam excluídos. Nesse sentido, a sabedoria cristã reta seria a única forma de se chegar à uma unidade, característica do divino e aspiração do reino. Aqueles que buscam a recompensa em Deus e não na fama terrena podem de fato aproximar-se dessa universalidade; os homens seriam muito diferentes uns dos outros e muito passageiros, mas a sabedoria vem de Deus. Podemos observar a importância dada a tais questões religiosas em relação a questões étnicas quando observamos o episódio do fim da guerra entre Alfred e o rei nórdico Guthrum, o qual dominava a Ânglia Oriental na década de 870.

Na *Anglo-Saxon Chronicle*, descreve-se a cristianização de Guthrum em 878 após este ter sido derrotado pelo exército de Alfred, processo em que o próprio rei anglo-saxão teria sido o padrinho de batismo do até então inimigo: “Three weeks later

¹⁶² “Aquele que quer ter poder total deve primeiro se esforçar para ter poder sobre sua própria mente [...] Por isso peço-lhe que se alegre com a bondade de outros homens e sua origem nobre, na medida em que não reclame-a para si próprio, pois a bondade de cada homem e sua nobreza está mais na mente do que na carne” (Livre Tradução) *OEB*. pp. 44-45.

¹⁶³ Idem. P. 45.

¹⁶⁴ “Deus é único e indivisível” (Livre Tradução) Idem. p. 48.

King Guthrum with 30 of the men who were the most important in the army came [to him] at Aller [...] and the king stood sponsor to him at his baptism there; and the unbinding of the chrism took place at Wedmore”¹⁶⁵. Ainda mais interessante que a prática relativamente comum de conversão de reis derrotados é o tratado firmado entre ambos os reis, no qual se diz que todos os anglo-saxões bem como todas as pessoas instaladas em Ânglia Oriental haviam concordado com os termos. Apesar da distinção aqui existente entre os de “raça inglesa”¹⁶⁶ e os demais, os termos do tratado fixam um valor igual de compensação pela morte de qualquer destes homens; “if a man is slain, all of us estimate Englishman and Dane at the same amount, at eight half-marks of pure gold”¹⁶⁷.

Assim sendo, Alfred estende sua hegemonia sobre essas pessoas, aceitando-as sob sua tutela mediante sua conversão ao Cristianismo, grande pilar identitário de seu governo. Tal prática justificaria a hegemonia e a unidade apenas alcançáveis através de Deus, ou seja, do Cristianismo.

2.4 História e *wyrd* – do destino do homem e da humanidade

A *Consolatione* foi produzida por um dos mestres da Patrística cristã, apesar de, ela própria, não conter referências específicas ao Cristianismo. Entretanto, como nos apontam Greenfield e Calder¹⁶⁸, seus elementos de filosofia grega são compatíveis com uma noção de Cristianismo e cristandade. Na versão alfrediana da *Consolatione*, é notavelmente interessante a tentativa de “cristianização” da obra. Nesse sentido, Pratt afirma que “philosophia received biblical guise, as the persona of *Wisdom*; far from cosmetic, the transformation enabled explicit account of Solomonic kingship”¹⁶⁹. De fato, podemos perceber que diversas das alterações feitas na tradução

¹⁶⁵ “Três semanas mais tarde, o rei Guthrum, com 30 dos homens que eram os mais importantes no exército, veio [até ele] em Aller [...] e o rei tornou-se padrinho no seu batismo lá; laço da crisma teve lugar em Wedmore.” (Livre Tradução) *The Anglo-Saxon Chronicle*. Apud. CROSSKEY-HOLLAND, Kevin (trad.). Op. Cit. p. 41.

¹⁶⁶ Apud. KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. *Alfred the Great – Asser’s life of king Alfred and other contemporary sources*. London: Penguin, 1983. p. 171.

¹⁶⁷ “Se um homem é morto, todos nós estimamos a mesma quantia para ‘Ingleses’ e ‘Dinamarqueses’, a qual será de oito half-marks de ouro puro” (Livre Tradução) Idem. P. 171.

¹⁶⁸ GREENFIELD, Stanley B. e CALDER, Daniel G. Op. Cit. p. 46

¹⁶⁹ “Filosofia recebeu roupagem bíblica, personificada como Sabedoria; longe de ser cosmética, a transformação habilita um relato explícito de reinado nos moldes salomônicos.” Livre tradução. PRATT, David. Op. Cit. p.280.

da obra de Boécio denotam claramente o objetivo de enfatizar e incluir aspectos cristãos no texto.

O texto anglo-saxônico acabou por, em muitos momentos, substituir a lógica da especulação filosófica por dogmatismo cristão, se preocupando mais com o modo de operação da mente humana e sua relação com o divino do que apenas com a metafísica presente em Boécio¹⁷⁰. A virtude cristã da Sabedoria é um tema recorrentemente incluído no texto sendo que os dois personagens originais, Filosofia e Boécio, são transformados em Sabedoria e Mente, respectivamente.

Ao procurarmos analisar qual a noção de História presente na obra, é necessário apontar, primeiramente, a natureza filosófica da obra, a qual versa sobre questões concernentes à mente humana, os prazeres mundanos, a sabedoria e o destino. É bastante interessante percebermos que a obra inicia-se, no capítulo primeiro, com uma breve explicação à respeito dos eventos que levaram ao aprisionamento de Boécio e consequente produção do texto original. Nesse relato, conta-se que, quando Teodorico sucedeu ao trono este teria prometido aos romanos sua amizade, de forma que estes poderiam ter acesso aos seus antigos direitos. Entretanto este rei godo, ainda que cristão, persistia na heresia ariana e não cumpriu o que prometera, cometendo muitos malefícios¹⁷¹. Nesse contexto surge a figura de Boécio, o qual teria se colocado contrário à Teodorico e por isso teria sido punido:

Then there was a certain *consul*, which we call a general, named Boethius, who was the most righteous of men in book-learning and worldly virtues. He then perceived the manifold evils which King Theoderic did against Christianity and the Roman counsellors. He then remembered the privileges and old rights which they had had under the emperors, their old rulers. Then he began to ponder and study within himself how he could detach the kingdom from that unjust king and bring it under the control of right-believing and just people¹⁷².

Apresenta-se logo de início o ideal do que seria um governante correto, face à comparação negativa com Teodorico. O fato deste persistir no arianismo já depõe

¹⁷⁰ GREENFIELD, Stanley B. e CALDER, Daniel G. Op. Cit. pp. 46-51.

¹⁷¹ OEB. pp. 4-5

¹⁷² “Então houve uma certo *consul*, que chamamos de general, chamado Boécio, que era o mais justo dos homens em conhecimento dos livros e virtudes mundanas. Ele, então, percebeu os múltiplos males que o rei Teodorico fez contra o cristianismo e os conselheiros romanos. Ele, então, lembrou-se dos privilégios e direitos antigos que estes tiveram sob os imperadores, seus antigos governantes. Então ele começou a ponderar e estudar dentro de si mesmo como ele poderia livrar o reino daquele rei injusto e trazê-lo para o controle de pessoas crentes e justas.” (Livre tradução) OEB. pp.4-5

contra ele, uma vez que, como aponta a obra na sequência, Deus é único e indivisível¹⁷³. São excluídos pagãos e arianos igualmente, os quais não observam a unidade divina e por isso não conseguem alcançar seu destino ideal. Deus aparece como o guia e o caminho e isso define um ideal de conduta para os homens do período.

Nesse sentido, é interessante observarmos a forma como Teodorico é representado, sendo apontado como um mau governante, injusto e herege, muitas vezes comparado a Nero¹⁷⁴. Os romanos e também as monarquias romano-bárbaras são recorrentemente retomados no texto a título de exemplo. No capítulo dezoito, ao mencionar os perigos da busca pela fama, os romanos são novamente citados, sob o governo de Marcus Tullius Cicero¹⁷⁵, como detentores de um grande império, mas que não podiam ser reconhecidos em terras a que ainda não haviam estendido sua supremacia¹⁷⁶. Assim, o passado serve de guia para o presente, no qual Alfred se vê em situação de expansão de sua hegemonia na ilha, em oposição a um inimigo nórdico que não poderia reconhecê-lo por conta de seus costumes diversos e não por alguma incapacidade do rei.

Novamente, percebemos que os romanos são o grande espelho, de onde se tiram lições e aos quais se retorna para justificação do presente. De fato, ao discorrer a respeito da riqueza (*wealth*) e do poder, o texto se volta novamente para o passado, utilizando a História a título de *exempla*, e isso abarca a história escrita, como a própria tradição latina aponta. Função

Tell me now whether you have ever heard that it [wealth and power] continued in full for any of those who were before us. Or do you think that any of those who have it now can have it always? Do you not know that all books are full of the examples of those men who were before us? And everyone who now lives knows that power and wealth left many a king until he was again a beggar¹⁷⁷.

¹⁷³ OEB. p.48

¹⁷⁴ Idem. p.23

¹⁷⁵ A atribuição de uma função de governo à Cicero é feita no texto da obra analisada. Sabe-se que este não era seu papel de fato, mas pode ter sido assim apontado devido ao grande poder de influência atribuído ao romano.

¹⁷⁶ Idem. p.28

¹⁷⁷ “Diga-me, agora, se você já ouviu falar que ela [a riqueza e o poder] permaneceu integralmente entre qualquer daqueles que foram antes de nós. Ou você acha que qualquer daqueles que a tem agora pode tê-la sempre? Ou não sabeis que todos os livros estão cheios de exemplos daqueles homens que foram antes de nós? E todo aquele que vive agora sabe que o poder e a riqueza deixaram muitos reis até que estes voltaram a ser novamente pedintes.” (Livro tradução) Idem. p.42.

Nesse sentido, o exemplo passado é evocado num sentido ciceroniano de *Historia Magistra Vitae*. Ainda, os livros são sempre apontados como a grande fonte a que se retorna. É indicado, inclusive, que muitas vezes a fama dos bons homens caia em esquecimento pelo desleixo dos maus escritores, que deixavam de registrar seus bons feitos. Destarte, percebe-se uma visão de História calcada numa tradição romana cristã, a qual é apresentada como um passado comum.

A herança romana é bastante presente em todo o instrumental teórico utilizado nas traduções anglo-saxônicas supracitadas e esta não é apenas decorrente da presença física dos romanos na ilha, assim como a identidade não se calca apenas em questões étnicas. As tradições, costumes e modos de ver o mundo delimitam tanto a identidade quanto a herança de um povo, a qual no caso anglo-saxão é marcada pela própria escolha de obras da Patrística cristã para incorporarem o cânone de traduções alfredianas. Assim sendo, a identidade delineada na *Consolatione* baseia-se nos pilares da tradição romano-cristã, nos costumes, na língua e religião, evocando a História romana como seu grande exemplo, como provedora das grandes lições da humanidade. Os governantes a que se faz referência são tanto os romanos quanto os bíblicos, os quais são relacionados ao ideal de rei sábio, retomado e associado à figura de Alfred. Os moldes da noção de história e os exemplos a serem estudados derivam, portanto, da tradição romano-cristã, um dos pilares identitários do governo de Alfred.

Outra questão bastante presente no texto refere-se a destino, providência e *wyrd*, ou destino mutável, a qual é central para nosso entendimento da natureza humana para o pensamento anglo-saxônico, bem como os rumos da história humana de acordo com a providência divina. A natureza é recorrentemente citada como modelo das ações humanas, sendo esta uma criação do pai supremo. De acordo com tal linha de raciocínio, o destino desempenha papel importante na vida dos homens, de modo que todo destino, favorável e desfavorável, provém de Deus. O destino adverso seria inclusive mais útil, pois é estável e verdadeiro, ensina e revela a fragilidade das felicidades (*felicities*) presentes¹⁷⁸. Já a felicidade verdadeira, essa poderia ser alcançada por meio da sabedoria. De acordo com a *Consolatione*, “the same (God) established immutable practices and customs and also natural Peace for

¹⁷⁸ OEB. pp.30-31

all his creatures when he wished and as he wished and for as long as he wished”¹⁷⁹. A unidade em Deus determina os caminhos corretos a serem traçados, mas dos quais o homem pode se afastar por conta de suas práticas.

Os homens, seres dotados de liberdade, ou livre arbítrio, podem se desviar de sua natureza, a partir de uma ideia de *wyrd*, ou destino mutável. Como criaturas racionais, os homens podem escolher, mas aqueles que se encontram mais próximos a Deus tem mais liberdade dentro do âmbito das ações possíveis de acordo com a providência¹⁸⁰. Aqueles mais ligados às fortunas mundanas, incluindo a riqueza e o poder por si só, e aqueles imersos em vícios, já não possuem liberdade; “Do you think that you can turn aside the wheel when its running?”¹⁸¹ [relacionado às fortunas mundanas]. Ou seja, seriam reféns da falsa felicidade presente, da qual se escapa pela sabedoria e se aproximando de Deus. Assim a ideia de destino está atrelada às escolhas que cada um faz, e aquele que escolhe o aperfeiçoamento está mais próximo de Deus. Segundo Abels, naquele contexto era preciso fortalecer o reino não apenas militarmente, mas também desenvolvendo uma ideologia de prática real, a qual fortaleceria o elo entre o governante e sua sociedade política¹⁸². A criação de um ideal de identidade perpassa então a religião através da questão do destino, que só pode ser plenamente atingido por aqueles que se aperfeiçoam junto ao divino.

Tal visão denota a ideia de que estando-se próximo a Deus e agindo com sabedoria e as demais virtudes cristãs, especialmente as virtudes cardeais - prudência, temperança, fortitude e justiça - já mencionadas por Marciano Capella e outros autores tardo-antigos¹⁸³, o homem pode ser um bom governante. O poder, por si só não é bom, mas sim depende das virtudes daquele que o possui. Assim, se constrói um discurso de legitimação da sabedoria, a qual seria mais necessária que o sangue para que um governante fosse bom. Nesse sentido, o texto retoma exemplos variados de maus governantes, como Nero, caracterizado como injusto, mas que mesmo assim detinha poder e influência sobre os homens. Ora, Deus poderia ter tirado o seu poder,

¹⁷⁹ "O mesmo (Deus) estabeleceu práticas e costumes imutáveis e também a paz naturais para todas as suas criaturas quando queria e como ele desejava e por quanto tempo ele desejava" (Livre Tradução). Idem. p.31.

¹⁸⁰ OEB. pp. 84-90

¹⁸¹ “Você acha que pode mudar o curso da roda quando ela já está em movimento?” (Livre Tradução) Idem. p.11.

¹⁸² ABELS, Richard P. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*. Harlow: Longman, 1998. P. 8

¹⁸³ BEJCZY, István Pieter. *The Cardinal Virtues in the Middle Ages: A Study in Moral Thought from the Fourth to the Fourteenth Century*. Brill, 1965. p. 74.

se assim lhe aprouvesse, mas no contexto geral do movimento humano, os homens tendem a saber, mesmo que como em um sonho, seu caminho designado e se voltam à sua natureza¹⁸⁴, ou assim deveriam agir.

A obra apresenta uma distinção entre destino e providência, explicando como estes afetam a vida dos homens.

Fate then delivers to all creatures appearance and places and times and orderings, but fate comes from the intelligence and providence of the almighty God. He effects according to his inexpressible providence then whatever he wishes, just as a craftsman considers and designs his work in his mind before he carries it out and afterwards effects it all. This mutable fate which we call *wyrd* acts according to his providence and his design, as he plans that it should be. [...] We call it fate after it is done; previously it was God's providence and his pre-ordaining¹⁸⁵

Nesse sentido, o texto aponta que apesar da providência, os homens dispõem de livre arbítrio e podem se afastar de sua própria natureza, momento em que se tornam maus¹⁸⁶. Entretanto todos estão conectados a Deus, de alguma forma, mas aqueles que desenvolvem sua sabedoria se encontram mais próximos Dele e por isso agem de maneira reta como vislumbrou a providência divina. O autor utiliza-se da metáfora do eixo e da roda da carroça para explicar isso, de modo que o eixo (Deus) controla o destino dos homens, mas aqueles que estão mais afastados dele encontram mais dificuldades e tribulações. Segundo a *Consolatione*, “Such is that which we call *wyrd* in comparison with divine providence as contemplation and reason is in comparison with perfect knowledge, and as these transitory things are in comparison with the eternal, and as the wheel is in comparison with the axle; for the axle controls all the wagon”¹⁸⁷. Para poder ser um bom cristão e um bom governante, é preciso esforçar-se para se aproximar do divino, sendo este a grande representação da unidade, a qual é transpassada como ideal também na vida terrena.

¹⁸⁴ *OEB*. pp.22-26

¹⁸⁵ “O destino então entrega a todas as criaturas, aparências, e lugares, e tempos e ordenações, mas o destino vem da inteligência e da providência do Deus Todo-Poderoso. Ele afeta, de acordo com a sua providência inexprimível, então o que quiser, assim como um artesão considera e projeta seu trabalho em sua mente antes de realizá-lo e depois afeta a tudo. Este destino mutável que chamamos de *wyrd* age de acordo com a sua providência e seus desenhos, como ele planeja que ele deveria ser. [...] Nós o chamamos de destino depois que é feito; antes era a providência de Deus e sua pré-ordenação.” (Livre tradução) *OEB*. pp.82-83.

¹⁸⁶ *Idem*. p.52.

¹⁸⁷ “Tal é o que chamamos *wyrd* em comparação com a providência divina é como a contemplação e a razão estão para o conhecimento perfeito, e como essas coisas transitórias são em comparação com o eterno, e como a roda é, em comparação com o eixo; pois o eixo controla todo o vagão” (Livre Tradução) *Idem*. p. 84.

Essa construção discursiva valoriza a ação do indivíduo sem excluir os desígnios divinos da equação. Assim, um bom homem está mais próximo de Deus e o caminho por ele traçado, desde que aja com sabedoria e se aperfeiçoe. Podemos ligar tal estrutura de pensamento com o contexto vivido pela Inglaterra anglo-saxônica a partir do reinado de Alfred, período em que se dá uma valorização da língua vernácula e do aperfeiçoamento espiritual da sociedade, tanto no âmbito eclesiástico quanto no âmbito laico da sociedade política. Como afirma Discenza¹⁸⁸, uma tradução prova a legitimidade daquele que escreve e demonstra sua capacidade de assimilar algo que já foi dito em uma língua mais prestigiada e reconhecida, no caso o latim. Assim, as traduções legitimam esse novo ideal de unidade que surge em face da própria situação da ilha com o assentamento cada vez maior de escandinavos na área. O destino e a unidade têm ambos sua origem em Deus, que pode ser acessado através do conhecimento e sabedoria.

Dessa forma, o autor justifica a existência de governos tirânicos na história como um desvio possível dentro de uma das possibilidades de destino, *wyrd*, mas aponta que os governantes justos são aqueles cuja sabedoria permite exercer sua liberdade dentro do caminho do Senhor. Destarte, a história como apresentada na *Consolatione*, além de *exempla*, é teleológica e providencialista. Essa visão favorece a legitimação de Alfred e sua dinastia na medida que este, como um homem sábio, buscando a educação e espiritualização pessoal e de seu povo, se encontraria próximo a Deus. Em última instância, ele é apresentado como o representante da cristandade, frente ao inimigo pagão, oferecendo aos anglo-saxões uma identidade baseada em uma ideia clássica romana e cristã teleológica de História.

¹⁸⁸ DISCENZA, Nicole Guenther. Op. Cit. p.3

CONCLUSÃO

Percebemos a partir de nossa análise da *Consolatione* e de outros escritos alfredianos produzidos no mesmo contexto a existência de um discurso legitimador que se constrói acerca do reinado de Alfred, apontando inclusive para a tentativa de consolidação de um governo hegemônico dos anglo-saxões na Britânia. Além disso, também compreendemos o importante papel das traduções alfredianas e o ideal de aperfeiçoamento posto em prática pelo rei, de forma que tais trabalhos solidificaram as bases de um modelo de governo que levou os diversos reinos da Britânia a se postarem sob a autoridade de uma única figura de poder.

Assim, identificamos no conjunto de fontes do período uma busca por comprovação da legitimidade régia de Alfred. Da mesma maneira, foi possível que se observasse uma relação efetiva entre a busca por legitimação e o contexto vivido pela Britânia anglo-saxã, a qual passava por um processo de fortalecimento da monarquia e enfraquecimento da autoridade religiosa na figura dos arcebispos. Tudo isso está intimamente conectado com o processo de unificação da Inglaterra que se concretizou posteriormente, já que no período em questão os outros reinos foram subjugados pelos invasores nórdicos, sendo Wessex o último reino saxão a se colocar contrário a essa ameaça, constituindo assim o baluarte da resistência saxã. De fato, quando em 886 Alfred retomou a cidade de Londres, previamente em poder danês, Asser apontou que, “all the Angles and Saxons [...] turned willingly to King Alfred and submitted themselves to his lordship”¹⁸⁹.

Observa-se uma conjuntura em que a monarquia ia se fortalecendo e os reinos menores eram progressivamente subjugados pelos maiores, tornando-se províncias. Quando restavam apenas três desses reinos mais influentes os Vikings alteraram significativamente o panorama da Britânia, pois conquistaram Mércia e Northumbria, tornando Wessex a referência saxônica em termos de autoridade. Isso permitiu que Alfred se afirmasse efetivamente como um rei cuja autoridade era maior do que aquela de que dispunham os governantes de outros reinos, num processo iniciado anteriormente de aumento da influência de Wessex na ilha.

¹⁸⁹ “Todos os Anglos e Saxões [...] se voltaram a Alfred por vontade própria e se submeteram a seu domínio.” (Tradução Livre) *Asser’s Life of King Alfred*. In: KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 98.

Se muito da imagem de Alfred existente entre as pessoas hoje se deve a um posterior culto a sua figura desenvolvido em tempos modernos, isso só foi possível devido ao aparato intelectual, sem precedentes na Britânia, criado em seu reinado para tanto. A palavra escrita foi utilizada e monopolizada pelo rei para justificar e legitimar seu reinado, bem como sua influência por toda a ilha.

A *Consolatione* é uma obra filosófica que versa acerca de temas religiosos e questões existenciais, tendo sido adaptada para o contexto anglo-saxão de forma a enfatizar elementos cristãos em sua narrativa. Outro aspecto distintivo do texto analisado é a alteração de uma das personagens presentes na obra escrita por Boécio. No original, a figura da Filosofia faz a interlocução no diálogo, ao passo que na versão alfrediana quem faz este papel é a Sabedoria. Tal mudança denota a importância do ideal de aperfeiçoamento que se constrói nesse período, uma vez que é por meio dele que um governante se prova como eficiente e digno do seu posto. De acordo com a noção de liberdade presente na obra, ser livre é estar o mais próximo possível dos desígnios divinos, de modo a não sofrer tanto as tribulações do caminho.

De fato, apesar de o texto fazer poucas referências específicas ao ofício do rei, é significativo o paralelo traçado entre a Mente/Boécio e o próprio Alfred, uma vez que ambos encontram-se em uma situação adversa, sofrendo com um aprisionamento ante a inimigos cruéis. Trata-se de um lamento e, ao mesmo tempo, um questionamento, sobre os motivos das provações e como melhor passar por elas. A lição dada pela Sabedoria encaixa-se perfeitamente com a iniciativa de incentivo à literacia que é fomentada no período alfrediano. A melhor forma de se aproximar de Deus é através do aperfeiçoamento, da busca do indivíduo pelas virtudes cristãs que o colocam dentro do caminho divisado pela providência, mas que precisa ser escolhido pelo sujeito. Transmutando essa análise para um ponto de vista régio, para que o rei seja legítimo e bom para seu reino, mais importante que a nobreza de sangue é a nobreza da mente. Tal argumento é instrumental para legitimação do reinado de Alfred, que buscava sublimar sua condição de quinto filho, que inicialmente não fora destinado a governar e sofria contestações por parte de seu sobrinho mais velho.

A busca por apoio da sociedade política é uma constante neste período, uma vez que os anglo-saxões da Primeira Idade Média são herdeiros da ideia de *electio* segundo a qual a aristocracia tem um papel decisivo na escolha e aceitação do governante. Sem esse apoio o exercício do poder efetivo não se caracteriza. Aliado a essa questão está o fato de que o próprio *regnum*, nesse momento, se define a partir da

noção de um governo cristão, no qual a religião é fundamental para a construção de uma identidade que relativiza a ideia tradicional de etnogênese. Enfatiza-se a necessidade de uma crença comum na verdadeira fé, sendo esse o elemento que faz com que a convivência entre grupos distintos seja possível. O elemento nórdico é uma ameaça enquanto pagão, mas pode ser incluído se abandonar suas crenças e abraçar o verdadeiro Deus. Não se trata de um desejo arbitrário de incluir outros povos no ideal identitário que se construía, mas sim uma necessidade, visto que as migrações danesas em Wessex e no restante da ilha eram uma realidade com a qual Alfred precisava lidar. O aumento cada vez maior da população nórdica ameaçava a estabilidade do reino e suas próprias instituições e a melhor forma de lidar com tal ameaça é através da integração. Destarte, “attacks by pagan Vikings in the ninth century encouraged kings like Alfred to present themselves as patrons of the church and protectors of Christianity among the Anglo-Saxon peoples”¹⁹⁰.

Por isso, outra ideia focal da *Consolatione* que pode ter sido decisiva na escolha da mesma para integrar o programa de traduções alfrediano é a de unidade. A unidade é necessária para a estabilidade pois mimetiza a própria organização do mundo celeste. Assim a unidade é, por excelência, cristã, e tal noção “está presente no discurso eclesiástico desde Nicéia”¹⁹¹, sendo estendida à figura do condutor político da sociedade, no caso o rei. Como consequência, a unidade religiosa se transfigura em unidade política, uma vez que os dois aspectos são indissociáveis no medievo. Teoria política caminha lado a lado com a teologia e a espiritualidade de forma geral, de modo que estas são ferramentas explicativas que justificam uma dada organização política, ao mesmo tempo que a sustentam.

A obra produz um discurso em consonância com as preocupações e necessidades do contexto histórico no qual se insere, compondo um panorama mais amplo no qual observa-se a primazia de discursos de poder, fundados na autoridade da tradição e da religião. Estes são utilizados para fins políticos na medida em que o próprio pensamento religioso estava integrado a essa discussão. Nesse sentido, a falta de confirmação sólida da autoria da *Consolatione* se torna relativamente irrelevante, pois não anula o fato de esta ter sido produzida em consonância com outros discursos reais produzidos na época. Ao ser atribuída a Alfred ela se torna de Alfred, uma vez que expressa o pensamento que dele era esperado.

¹⁹⁰ YORKE, B. A. E. Kings and Kingship. In: LAPIDGE, Michael (ed.). Op. Cit. p. 271.

¹⁹¹ FRIGHETTO, Renan. *Religião e Política na Antiguidade Tardia. Dimensões*, vol. 25, 2010, p. 116.

A escolha da *Consolatione* denota a importância de certas temáticas que a primeira vista podem parecer puramente teológicas, até por não abordarem política como uma temática central. Entretanto, ao trazer à tona discussões sobre unidade e identidade, ambas a partir do ponto de vista da religião cristã, acabam por se encaixar nas necessidades de Alfred, o qual buscava justamente fortalecer sua posição, ou seja, legitimar-se, com base em tais conceitos.

REFERÊNCIAS

FONTE PRIMÁRIA

GODDEN, Malcom e IRVINE, Susan (ed.). *The Old English Boethius: An Edition of the Old English Versions of Boethius's De Consolatione Philosophiae* (2 volumes). Oxford: Oxford University Press, 2009.

FONTES SECUNDÁRIAS

CARNICELLI, Thomas. *King Alfred's Version of St. Augustine's Soliloquies*.

GOINS, Scott e WYMAN, Barbara H. (trad.). *The Consolation of Philosophy*. San Francisco: Ignatius Press, 2012.

KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. *Alfred the Great – Asser's life of king Alfred and other contemporary sources*. London: Penguin, 1983.

SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Ed. Calouste Gulbenkian, 2011.

SEDFIELD, Walter John (trad.). *King Alfred's Version of the Consolations of Boethius*. Kessinger Publishing's Legacy Reprints.

SWANTON, Michael (trad/ed.). *The Anglo-Saxon Chronicles*. London: Phoenix Press, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marco Antônio Sousa. *O autor e a obra como funções do discurso em Michel Foucault*. Disponível em: http://www.academia.edu/2543068/O_autor_e_a_obra_como_funcoes_do_discurso_e_m_Michel_Foucault. Acesso em: julho de 2014. p. 14.

ABELS, Richard P. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*. Harlow: Longman, 1998.

ALBUQUERQUE, Isabela Dias de. *A conquista: a questão do outro na "Inglaterra" de Alfred, o Grande (século IX)*. In: XIV encontro regional da Anpuh – Rio. *Memória e Patrimônio*. 2010.

BLAIR, John. *The Church in Anglo-Saxon society*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BLAIR, Peter Hunter. *An introduction to Anglo-Saxon England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOSWORTH, Joseph (trad.). *King Alfred's Anglo-Saxon Version of the Compendious History of the World by Orosius*. Kessinger Publishing's Legacy Reprints.
- BEJCZY, István Pieter. *The Cardinal Virtues in the Middle Ages: A Study in Moral Thought from the Fourth to the Fourteenth Century*. Brill, 1965. CAMPBELL, James (ed.). *The Anglo-Saxons*. London: Penguin, 1991.
- CERTEAU, Michel de. A história, ciência e ficção. In: *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CHARTIER, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Carlos: Edufscar, 2012.
- _____. Textos, impressos, leituras. In: *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1989.
- CORNWELL, Bernard. *As Crônicas Saxônicas*. Rio de Janeiro: Record. Oito livros traduzidos para o português.
- CROSSLEY-HOLLAND, Kevin (trad.). *The Anglo-Saxon World – An Anthology*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- DISCENZA, Nicole Guenther. *The King's English: strategies of translation in the Old English Boethius*. Albany: State University of New York, 2005.
- EARLE, John e PLUMMER, Charles. *Two of the Saxon Chronicles Parallel*. London: Oxford University Press, 1952.
- FALBEL, Nachman e MEDEIROS, Elton O. S. *Os dois corpos do rei na Inglaterra Anglo-Saxônica*. In: BUTIÑÁ JIMÉNEZ, Julia, e COSTA, Ricardo da (coord.). *Mirabilia 9. Aristocracia e nobreza no mundo antigo e medieval*. Dezembro, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. O que é um autor? In: *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III)*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001. p.264-298. Versão PDF.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média, nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- FRIGHETTO, Renan. *Da teoria à prática política: o exercício do poder na Antiguidade Tardia*. In: *Revista História Helikon*, Curitiba, v.2, n.2, p.16-36, 2º semestre/2014.
- _____. *Religião e Política na Antiguidade Tardia. Dimensões*, vol. 25, 2010, p. 114-130.

_____. *De la barbarica gens hacia la christiana ciuilitas: la concepcion de regnum según el pensamiento politico de Isidoro de Sevilla (siglo VII)*. In: Anuario del Centro de Estudos Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”. Córdoba, año 7, n. 7, 2007.

GILSON, Étienne. *O espírito da filosofia medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GODDEN, Malcolm. *Did King Alfred Write Anything?* In: *Medium Ævum* 76.1, 2007. p 1-23.

_____. e IRVINE, Susan (ed.). *The Old English Boethius: An Edition of the Old English Versions of Boethius's De Consolatione Philosophiae (2 volumes)*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

GREENFIELD, Stanley B. e CALDER, Daniel G. *A new critical history of Old English literature*. New York: New York University Press, 1986.

HARRIS, Stephen J. *Race and Ethnicity in Anglo-Saxon Literature*. New York: Routledge, 2003.

JAMES, Edward. *Europe's Barbarians*. Routledge, 2009.

KARKOV, Catherine E. *The Ruler Portraits of Anglo-Saxon England*. Woodbridge: The Boydell Press, 2004.

KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. *Alfred the Great – Asser's life of king Alfred and other contemporary sources*. London: Penguin, 1983.

LACAPRA, Dominick. Retórica e história. In: *Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan-jun. 2013.

LAPIDGE, Michael (ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Anglo-Saxon England*. Blackwell Publishing, 2000.

LEGOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2005.

_____. e SCHMITT, Jean- Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2002.

LIBERA, Alain de. *A filosofia medieval*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LOBATO, Maria de Nazareth. *Alfred, o Grande: um rei saxão no Esope de Marie de France*. In: *Brathair* (2)1, 2002. p. 14-28.

MACEDO, José Rivair de. *Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese*. Estratto da Reti Medievali Rivista, VII – 2006/1 (gennaio-giugno).

MATHISEN, Ralf. *Law, Society, and Authority in Late Antiquity*. Oxford University Press, 2001.

MCEVEDY, Colin. *Atlas de história medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MCGRADY, S. A. (org). *Filosofia Medieval*. Aparecida: Idéias & Letras, 2008.

MEDEIROS, Elton O. S. *Alfred o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: a construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica*. In: COSTA, Ricardo da (coord.). *Mirabilia 13 – As relações entre História e Literatura no mundo Antigo e Medieval*. 2011. p. 134-172.

_____. *Dominus exercituum: política, poesia heróica e narrativa bíblica durante o período alfrediano*. 2011. Tese de Doutorado.

MIETHKE, Jurgen. *Las ideas políticas de la Edad Media*. Editorial Biblos, 1993.

NOBLE, Thomas. *From Roman provinces to Medieval kingdoms*.

NODARI, Paulo César. *A busca de Deus nos Solilóquios de Santo Agostinho*. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 150-168, jan./jun. 2011. p. 150-168.

PAYNE, F. Anne. *King Alfred & Boethius: An Analysis of the Old English Version of the Consolation of Philosophy*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1968.

PEREIRA, Monah N. *Warfare and wisdom – as bases legitimadoras da monarquia anglo-saxã sob Alfredo, o Grande (871-899)*. Monografia de conclusão de curso. 2010.

PRATT, David. *The political thought of king Alfred the Great*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

_____. *Persuasion and Invention at the Court of King Alfred the Great*. In: Catherine Cubitt (Ed.). *Court Culture in the Early middle Ages: The Proceedings of the First alcuin Conference*. Turnhout: Brepols, 2003. p. 189-221.

REUTER, Timothy (Ed.). *Alfred the Great – Papers from the Eleventh-Centenary Conferences*. Ashgate, 2003.

RUST, Leandro Duarte. *A reforma papal (1050-1150): trajetórias e críticas de uma história*. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SILVA, Marcelo Cândido. *Entre “Antiguidade Tardia” e “Alta Idade Média”*. In: *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 2/n.3, 2008. p. 57.

STANLEY, E. G. *King Alfred's Prefaces*. In: *Review of English Studies*. 1988; XXXIX: 349-364. Disponível em: <http://res.oxfordjournals.org/cgi/reprint/XXXIX/155/349> acesso em 20 de março de 2013.

STENTON, Frank. *Anglo-Saxon England*. 3ª edição. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SWANTON, Michael (trad/ed.). *The Anglo-Saxon Chronicles*. London: Phoenix Press, 2000.

VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. Bauru: Edusc, 1999.

ANEXO

Genealogia detalhada – caracterização dos reis de Wessex

Fonte: LAPIDGE, Michael (ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Anglo-Saxon England*. Blackwell Publishing, 2000. p. 511-6.

VII. Kings of the West Saxons

The people known originally as the *Gemisse* (HE iii.7) came to be known as 'Saxons' in the seventh century and as 'West Saxons' in the late seventh and early eighth centuries, reflecting early stages in their political development. The *shires of Devon, Dorset, Somerset, Wiltshire, and Hampshire originated in the same process; and episcopal sees were established at *Winchester and at *Sherborne. A major commercial centre developed at *Southampton (*Hamwic/Hamtun*); but it was probably not until the late ninth century that Winchester emerged as the major political centre, and it was at about this time, in effect, that the kingdom was given its historical identity. The information on royal succession contained in regnal lists, and in the *Anglo-Saxon Chronicle*, was massaged by those who had a special interest in creating an impression of deep-rooted political order. For the text of the West Saxon regnal list (to Alfred), see Dumville, 'The West Saxon Genealogical Regnal List: Manuscripts and Texts', pp. 21–5; and for discussion of its historical value (or lack of it), see Dumville, 'The West Saxon Genealogical Regnal List and the Chronology of Early Wessex'. For general discussion, see Yorke, *Kings and Kingdoms*, pp. 128–56.

*CERDIC

acc. 519; d. 534

APPENDIX: RULERS OF THE ENGLISH, c.450–1066

CYNRIC	acc. 534; d. 560
CEAWLIN	acc. 560; d. 593 [2nd holder of <i>imperium</i> (Bede), or 2nd Bretwalda (<i>ASC</i>)]
CEOL	acc. 591; d. ? 597
CEOLWULF	acc. 597; d. ? 611
CYNEGILS	acc. 611; d. ? 642
According to an entry in the <i>Anglo-Saxon Chronicle</i> , MS. E, Edwin, king of the Northumbrians, ravaged Wessex in 626, 'and destroyed there five kings'.	
CENWEALH	acc. 642; driven out by *Penda, 645–8; d. 672
Following the death of King Cenwealh, 'sub-kings (<i>subreguli</i>) took upon themselves the government of the kingdom, dividing it up and ruling for about ten years' (Bede, <i>HE</i> iv.12).	
SEAXBURH, queen	acc. 672; d. ? 674
ÆSCWINE	acc. 674; d. 676
CENTWINE	acc. 676; d. ? 685
*CÆDWALLA	removed the 'sub-kings'; acc. 685; resigned in 688, and went to Rome; d. 20 Apr. 689 (buried at Rome)
*INE	acc. 688; abdicated in 726, and went to Rome; d. ? 726 (buried at Rome)
ÆTHELHEARD	acc. 726; d. ? 740
CUTHRED	acc. 740; d. 756 ['he fought stoutly against King Æthelbald' (<i>ASC</i>)]
SIGEBERHT	acc. 756; deprived of his kingdom in 757, by Cynewulf and the councilors of the West Saxons (<i>ASC</i>); d. 757 × ? (stabbed to death by a swineherd avenging Ealdorman Cumbra)
CYNEWULF	acc. 757; d. 786 (ambushed by Cyneheard, Sigiberht's brother, and killed; buried at Winchester)
BEORHTRIC	acc. 786; d. 802 (accidentally poisoned by his wife; buried at Wareham)
*ECGBERHT	in exile in Francia, 789–92; acc. 802; defeated Mercians at <i>Ellendun</i> in 825

Kings of the Isle of Wight

The Isle of Wight was originally a Jutish kingdom, which extended across to the mainland opposite and which was associated with the kingdom of Kent (Bede, *HE* i.15). In the third quarter of the seventh century the island came under the control of Wulfhere, king of the Mercians, who gave it to Æthelwealh, king of the South Saxons (*HE* iv.13).

Arwald 'king of the island' in the mid 680s; his two brothers were among the first of the islanders to be converted to Christianity (*HE* iv.16)

The kingdom was integrated into the kingdom of the West Saxons during the reign of Cædwalla (685–8).

Kings of the West Saxons and of Other Peoples

Following the defeat of the Mercians at the battle of *Ellendun* (Wroughton, Wilts.), in 825, the people of Kent, Surrey, Sussex and Essex submitted to King Ecgbert, 'because they had been wrongfully forced away from his kinsmen' (*ASC*). In the same year the East Angles appealed to Ecgbert for peace and protection, 'because of their fear of the Mercians' (*ASC*). Ecgbert and his son *Æthelwulf secured the loyalty of the archbishop of Canterbury in a council convened at *Kingston-upon-Thames in 838. A form of sustained political alliance developed between the rulers of Wessex and Mercia. The alliance may have found its first expression c.830, with the restoration of Wiglaf, king of the Mercians. It found expression thereafter in 853 (a joint expedition against the Welsh; marriage of Æthelswith and Burgred), in 868 (a joint expedition against the Danes; marriage of Alfred and Ealhswith), and in 886 (restoration of London; ? marriage of Æthelflæd and Æthelred).

ECGBERT (cont'd) extended his rule over Kent and other eastern provinces in 825; conquered the kingdom of the Mercians, 'and everything south of the Humber', in 829 [8th Bretwalda (*ASC*)]; received the submission of the Northumbrians 829; d. 839 (? buried at Winchester)

APPENDIX: RULERS OF THE ENGLISH, c.450–1066

*ÆTHELWULF	sub-king of Kent in the 830s, under Ecgberrht; acc. 839; with his son Æthelbald defeated the Danes at Aclea in 851; sent his son Alfred to Rome in 853, and went to Rome himself, with Alfred, in 855–6
Æthelstan	appointed king of Kent, Essex, Surrey and Sussex, under Æthelwulf, in 839 (<i>ASC</i>); d. 851 × 855

When King Æthelwulf set off for Rome, in 855, he assigned control of the western kingdom to his son Æthelbald and of the eastern kingdom (Kent, with Surrey, Sussex and Essex) to his son Æthelberht:

WESTERN KINGDOM	EASTERN KINGDOM
ÆTHELBALD: put in control of the western part of the kingdom in 855; contrived to retain control of the 'more important' western kingdom when his father returned to England in 856 (Asser, c. 12)	ÆTHELBERHT: put in control of the eastern kingdom in 855; gave up the kingdom to his father in 856
ÆTHELWULF (cont'd)	married Judith, d. of Charles the Bald, in 856; confined to the eastern kingdom after his return to England in 856 (Asser, c. 12), though he retained the power to make arrangements for the division of the whole kingdom into two parts after his death (Asser, c. 16); d. 13 Jan. 858 (buried at *Steýning, Sussex; later re-buried at Winchester)

WESTERN KINGDOM	EASTERN KINGDOM
ÆTHELBALD (cont'd): acc. 858; married Judith, his step-mother; d. 860 (buried at Sherborne)	ÆTHELBERHT(again): acc. 858
ÆTHELBERHT (cont'd)	acc. 860 (to the kingdom as a whole, following the death of Æthelbald); d. 865 (buried at Sherborne)
ÆTHELRED I	may have served as a sub-king in Wessex during the early 860s; acc. 865; d. 871 (after 15 Apr.) (buried at Wimborne, Dorset)
*ALFRED the Great	journeyed to Rome twice as a child, in 853 and 855; acc. 871 (after 15 Apr.); received the submission of Æthelred, ealdorman of the Mercians, c.880

Kings of the Anglo-Saxons (c.880–927)

In the early or mid-880s, when or soon after Æthelred, ealdorman of the Mercians, submitted to Alfred, king of the West Saxons, a new polity came into existence, distinctively 'Alfredian' in its conception and symbolising his own political vision; it was this polity which endured until itself superseded in 927. See Keynes, 'King Alfred and the Mercians', pp. 34–9. In effect, the 'kingdom of the Anglo-Saxons' represented the combination for political purposes of the people of Wessex (and its eastern extensions) and the people of 'English' Mercia, and it could thus be formulated as subsuming all the English people who were not under subjection to the Danes. In certain contexts (notably his *law-code and his *will) Alfred chose to call himself 'king of the West Saxons'; but Asser, writing in 893, calls him 'king of the Anglo-Saxons' (clearly distinguished as such from his predecessors), and the same style is used in the king's charters. The new kingdom combined not only the 'Anglian' and 'Saxon' peoples, but also the land lying to the north and south of the river Thames; and if it was the Thames which served to unite its component parts, and to give it life and strength, it was only a matter of time before London would eclipse the political centres at Gloucester (for Mercia) and Winchester (for Wessex), and claim what was most naturally its own. It may be significant in this connection that the order of service for the king's coronation was apparently re-written as if for the new kingdom, and that the site chosen for the ceremonial from 900 to 979 was the royal estate at Kingston-upon-Thames. A continuation of the West Saxon regnal list includes lengths of reigns for Edward, Æthelstan, Edmund, Eadred, Eadwig and Edgar which appear to have been calculated from a date of coronation; see Dumville, 'The West Saxon Genealogical Regnal List: Manuscripts and Texts', pp. 29–30. The 'kingdom of the Anglo-Saxons' was extended in the early tenth century, eastwards to the coast and northwards towards the river Humber, in the course of Edward the Elder's campaign against the Danes of the southern Danelaw.

APPENDIX: RULERS OF THE ENGLISH, c.450–1066

- ALFRED the Great (cont'd) acknowledged as ruler of the English, perhaps from c.880, and made treaty with Guthrum, king of the East Angles, at about the same time; recognized more formally, as 'king of the Anglo-Saxons', perhaps in connection with the general submission at London in 886; said (in retrospect) to have been consecrated king, at Rome, in 853; d. 26 Oct. 899 (buried at Winchester; re-buried at the New Minster, Winchester, c.901; removed to Hyde Abbey Winchester, in 1110)
- *EDWARD the Elder sub-king, perhaps of Kent, in the late 890s, under King Alfred; acc. 899 (after 26 Oct.); consecrated king at Kingston-upon-Thames, 8 June 900; extended his authority over the rulers and inhabitants of the southern Danelaw, 912–20; d. 17 July 924 (died at Farndon-on-Dee, Cheshire; buried at the New Minster, Winchester)

It is conceivable that Edward intended a division of the kingdom after his death, between Æthelstan (in Mercia) and Ælfweard (in Wessex). But it seems more likely that the political establishment in Wessex chose Ælfweard, and that the establishment in Mercia set up Æthelstan in opposition to him.

WESSEX

ÆLFWEARD: recognized as king, in Wessex, following the death of his father, Edward the Elder; d. 2 Aug. 924 (buried at the New Minster, Winchester)

Ælfweard did not long survive his father, and sooner or later Æthelstan himself gained recognition as king 'of the Anglo-Saxons'.

ÆTHELSTAN (cont'd)

acc. 924 (after 2 Aug.), or 925, as 'king of the Anglo-Saxons and of the Danes' (S 1417); consecrated king at Kingston-upon-Thames, 4 Sept. 925

MERCIA

*ÆTHELSTAN: recognized as king, in Mercia, following the death of his father, Edward the Elder

Kings of the English (927–1066)

In 927 King Æthelstan 'succeeded to the kingdom of the Northumbrians; and he brought under his rule all the kings who were in this island' (*ASC*); on 12 July, peace was established at Eamont, in north Derbyshire. Æthelstan and his successors were generally regarded as kings 'of the English', but for twenty years, from Æthelstan's death in Oct. 939 until Eadwig's death in Oct. 959, the unity of the kingdom of the English was far from secure.

ÆTHELSTAN (cont'd) regarded as 'king of the English' from 927; defeated force of Norsemen and Scots at the battle of *Brunanburh* 937; d. 27 Oct. 939 (died at Gloucester; buried at *Malmesbury)

*EDMUND

acc. 939 (after 27 Oct.); consecrated king, probably at Kingston-upon-Thames, c.29 Nov. 939

Following the death of King Æthelstan, the Northumbrians accepted Olaf Guthfrithsson (from the Scandinavian kingdom of Dublin) as their king. In 939–40 Olaf extended his control further south, over the territory of the *Five Boroughs (Lincoln, Leicester, Nottingham, Stamford, and Derby), and came to terms with King Edmund at Leicester:

SOUTH OF WATLING STREET

EDMUND: king south of *Watling Street 940–2

EDMUND (cont'd)

recovered control of the territory of the Five Boroughs in 942, and of Northumbria in 944; d. 26 May 946 (stabbed to death at Pucklechurch, Gloucs.; buried at *Glastonbury)

*EADRED the Weak-in-the-Foot

acc. 946 (after 26 May), and asserted control of Northumbria; consecrated king at Kingston-upon-Thames, 16 Aug. 946; lost control of Northumbria 947; recovered control of Northumbria 948; lost control of Northumbria c.950; recovered control of Northumbria 954; d. 23

NORTH OF WATLING STREET

OLAF II (s. of Guthfrith II): king of York, and of the territory of the Five Boroughs; d. 941

APPENDIX: RULERS OF THE ENGLISH, c.450–1066

Nov. 955 (buried at the Old Minster, Winchester, perhaps in defiance of his own intentions)

The draftsman of the series of ‘alliterative’ charters, issued in the 940s and 950s, employed royal styles of a kind which reflect his distinctive conception of a quadripartite kingdom, and which at the same time respect fluctuations in the king’s political position. Edmund was styled ‘king of the Anglo-Saxons’ in the early 940s, when his rule was confined south of Watling Street. Eadred was ‘king of the Anglo-Saxons, Northumbrians, pagans, and Britons’ (*vel sim.*) in 946, and again in 949–50; but he was reduced (in this diplomatic parlance) to ‘king of the English’ in 951, and raised back to ‘king of the Anglo-Saxons, Northumbrians, pagans, and Britons’ in 954.

*EADWIG the All-Fair acc. 955 (after 23 Nov.); consecrated king, probably at Kingston-upon-Thames, c.26 Jan. 956

In 957, some time after 9 May, the kingdom of the English was divided between Eadwig and his younger brother Edgar, apparently as the result of a formal political settlement:

SOUTH OF THE RIVER THAMES	NORTH OF THE RIVER THAMES
EADWIG: king ‘of the English’, from 957 (after 9 May); d. 1 Oct. 959 (buried at the New Minster, Winchester)	*EDGAR: acc. as king of the Mercians and Northumbrians, 957 (after 9 May)
EDGAR the Peacable	acc. as king of the English, 959 (after 1 Oct.); ? consecrated king, perhaps at Kingston-upon-Thames, c.960; if so, consecrated king for a second time, at *Bath, Pentecost (11 May) 973; d. 8 July 975 (buried at Glastonbury)
*EDWARD the Martyr	acc. 975 (after 8 July; ? 17 July); ? consecrated king at Kingston-upon-Thames, late summer 975; d. 18 Mar. 978 (murdered by supporters of his half-brother, Æthelred, at Corfe Castle, Dorset, and buried secretly nearby; body revealed and taken to *Wareham 13 Feb. 979; transl. from Wareham to *Shaftesbury 18 Feb. 979)
*ÆTHELRED II the Unready	acc. 978 (after 18 Mar.); consecrated king at Kingston-upon-Thames, 4 May 979; forced into exile in *Normandy in 1013, and remained there for the duration of the reign of Swein Forkbeard
*SWEIN Forkbeard	succeeded his father Harold Bluetooth as king of the Danes, c.987; active in England, 991–4, 1003–5, and 1013–14; acknowledged by the English as ‘full king’, 1013; d. 3 Feb. 1014, whereupon his son Cnut was acknowledged as king by the Danish fleet; his body was removed from England in 1014, and buried at Roskilde in Denmark
ÆTHELRED II the Unready (again)	returned to England, as king, in the spring of 1014; invasion of Cnut in 1015–16; d. 23 April 1016 (buried at St Paul’s, London)
*EDMUND Ironside	acc. 1016 (after 23 Apr.), at London, and took control of Wessex
Edmund Ironside was defeated by King Cnut at the battle of Ashingdon, 18 Oct. 1016. The two kings came to terms at Olney (an island in the river Severn, near *Deerhurst, Gloucestershire):	

SOUTH OF THE RIVER THAMES	NORTH OF THE RIVER THAMES
EDMUND: regarded after 18 Oct. 1016 as king ‘of Wessex’, with sovereignty; d. 30 Nov. 1016 (buried at Glastonbury)	*CNUT: regarded after 18 Oct. 1016 as king ‘of Mercia’
CNUT	acc. 1016 (after 30 Nov.), as king of ‘all the kingdom of England’ (<i>ASC</i> 1017); king of Denmark from 1018, and extended rule over Norway and part of Sweden; journeyed to Rome in 1027; d. 12 Nov. 1035 (at Shaftesbury; buried at the Old Minster, Winchester)

Following the death of Cnut, on 12 Nov. 1035, there was ‘an assembly of all the councillors at Oxford’ (*ASC*). The outcome was apparently another division of the kingdom:

APPENDIX: RULERS OF THE ENGLISH, c.450–1066

SOUTH OF THE RIVER THAMES

*HARTHACNUT: chosen as king in the south (*in absentia*) in 1035; but deserted by his supporters in 1037

HAROLD Harefoot

acc. 1037, 'as king everywhere' (*ASC*); d. 17 Mar. 1040 (at Oxford; buried at Westminster; body exhumed by Harthacnut and thrown first into a fen and then into the river Thames; body recovered and buried in London)

HARTHACNUT

acc. 1040 (after 17 Mar.); d. 8 Jun. 1042 (suddenly, at Lambeth, while attending a wedding; buried at the Old Minster, Winchester)

*EDWARD the Confessor

in exile in Normandy 1016–41, and there regarded as king of the English; abortive return to England in 1036; 'sworn in as king' in 1041 (*ASC*), during the reign of Harthacnut; acc. 1042 (after 8 Jun.); consecrated king at Winchester, 3 Apr. 1043; d. 5 Jan. 1066 (buried at Westminster)

*HAROLD II, son of Earl Godwine

acc. 5 Jan. 1066; consecrated king at Westminster, 6 Jan. 1066; d. 14 Oct. 1066, at the battle of Hastings (buried at Waltham)

Following the death of King Harold, Archbishop *Ealdred (archbishop of York) and the citizens of London wanted to have Edgar the Ætheling, son of Edward the Exile and grandson of Edmund Ironside, as king, 'as was his proper due' (*ASC*); but in the event Ealdred, Edgar, and others, submitted to Duke William at Berkhamstead.

NORTH OF THE RIVER THAMES

*HAROLD Harefoot: chosen as king in the north in 1035, with regency over all England; wished to be consecrated king, but failed to prevail over the archbishop; extended his rule south of the Thames in 1036–7

The Normans

WILLIAM I

defeated King Harold, 14 Oct. 1066; crowned at Westminster, 25 Dec. 1066; d. 9 Sept. 1087 (in Normandy; buried at St Stephen's, Caen)

WILLIAM II

acc. 26 Sept. 1087; d. 2 Aug. 1100

HENRY I

acc. 5 Aug. 1100; d. 1 Dec. 1135

STEPHEN

acc. 22 Dec. 1135; d. 25 Oct. 1154